

Arnaldo Ferreira Lobato

AFFORDANCES SOCIAIS E OUTRAS MENTES
A PERCEPÇÃO EM JAMES J. GIBSON E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A
COGNIÇÃO SOCIAL

Dissertação de Mestrado em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Daniel De Luca Silveira de Noronha

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2024

Arnaldo Ferreira Lobato

AFFORDANCES SOCIAIS E OUTRAS MENTES
A PERCEPÇÃO EM JAMES J. GIBSON E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A
COGNIÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Filosofia

Linha de pesquisa: Ética, Filosofia Política e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Daniel De Luca Silveira de Noronha

Belo Horizonte
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

	Lobato, Arnaldo Ferreira
S796a	<i>Affordances</i> sociais e outras mentes: a percepção em James J. Gibson e suas consequências para a cognição social / Arnaldo Ferreira Lobato. - Belo Horizonte, 2024. 93 p.
	Orientador: Prof. Dr. Daniel De Luca Silveira Noronha. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Filosofia.
	1. Filosofia. 2. Percepção. 3. Cognição social. 4. Gibson, James J. I. Noronha, Daniel De Luca Silveira de. II. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Departamento de Filosofia. III. Título
	CDU 1

Elaborada por Zita Mendes Rocha – Bibliotecária – CRB-6/1697

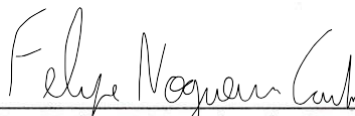
Dissertação de **Arnaldo Ferreira Lobato** defendida e aprovada, com a nota 9
(NOVE) atribuída pela Banca Examinadora constituída pelos
Professores:



Prof. Dr. Daniel de Luca Silveira de Noronha / (Orientador)



Profa. Dra. Veronica de Souza Campos / FAJE



Prof. Dr. Felipe Nogueira de Carvalho / UFLA

Departamento de Filosofia – Pós-Graduação (Mestrado)

FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

Belo Horizonte, 03 de maio de 2024.

AGRADECIMENTOS

A percepção, ensinou-me James Jerome Gibson é um guia para a ação e para ser bem-sucedida necessita de sujeitos habilidosos na arte de obter as informações que estão em todo lugar disponíveis para nós. E quantas pessoas generosas me mostraram as informações necessárias para bem viver e me ensinaram a perceber as *affordances* da vida. E é por ter aprendido a perceber o mundo com elas que expresso a minha mais intensa gratidão por ser quem eu sou.

Aos meus professores que me influenciaram moral e intelectualmente, em especial, aos meus queridos mestres da FAJE que me fizeram perceber a grande façanha humana do saber, de forma honesta e clara.

À FAJE, lugar de pessoas estimulantes que me proporcionaram um ambiente acolhedor e de pesquisa. Meu coração foi afetado por tamanha generosidade e educação.

À OFM Capuchinhos, por apurar em mim a percepção das nobres artes através da gentileza e simplicidade em olhar sempre o bem que existe nas pessoas e no sagrado.

Aos meus amigos, fonte de verdadeira inspiração e dedicação, que sempre foram um suporte de cordialidade, de sanção das dúvidas e reciprocidades dos afetos e saberes.

A Sylvia Calandrini, amiga que me fez acreditar que podemos ser *Alfredos*. Esse mestrado, em parte, se deve à sua ponderada persistência. Obrigado.

Ao Prof. Daniel De Luca Silveira de Noronha, doutor no traquejo de ensinar e orientar, que para mim, desde a graduação, foi uma luz em meu caminho, sempre gentil e humano, e que teve, desde o início, muita leveza, paciência e generosidade com os meus desconhecimentos. É um mestre e amigo por me ter influenciado intelectualmente, apresentando a filosofia da mente. Sou profundamente agradecido por tudo.

À minha família, pela simplicidade e confiança que sempre tiveram em mim; a meus irmãos, Ananda e Artur, por sempre contar com o amor e generosidade deles; aos meus amados pais, Arnaldo e Ivone, que me perguntaram o que era mestrado e sempre me mostraram o que é ser ético e amado.

Ao meu sobrinho Arthur, por todo amor.

Àqueles que eu amo!

O organismo depende de seu ambiente para a sua vida, mas o ambiente não depende do organismo para a sua existência.

(James Gibson)

Para o meu sobrinho Arthur

RESUMO: Os objetivos desta dissertação são (i) elucidar o conceito de *affordances* sociais a partir dos trabalhos de Jerome Gibson e (ii) mostrar a fecundidade explicativa deste conceito para a compreensão da cognição social nos seres humanos. Basicamente, as *affordances* sociais são um conjunto de fenômenos, presentes em ambientes compartilhados, pertinentes para a coordenação de ações entre agentes. A sensibilidade dos agentes a *affordances* sociais permite uma coordenação de ações estável, fluente e de baixo custo cognitivo. Pretende-se trazer à tona o impacto desse conceito para as teorias tradicionais da cognição social, em particular, a teoria-teoria (theory-theory) e a teoria da simulação. Apesar de haver diferenças entre essas teorias, ambas se comprometem com uma ideia de cognição social muito sofisticada, visto que assumem uma concepção empobrecida da percepção social. Segundo essas teorias, essa insuficiência perceptiva requer dos agentes comuns o emprego de capacidades cognitivas de alto-nível, como a posse de metarrepresentações e a capacidade de realizar inferências ou imaginação. Contrariamente a isso, argumentaremos que as *affordances* sociais trazem consigo uma concepção robusta de percepção, a saber: na percepção social, presente em contextos de coordenação de ação, os agentes se deparam com um comportamento dos seus co-específicos carregado de mentalidade. Sendo assim, não há necessidade do emprego de capacidades de alto-nível. As *affordances* sociais em Gibson pode, portanto, fornecer uma ideia de cognição social que faz justiça ao seu caráter fluente, de modo a se colocarem com uma fecundidade explicativa não encontrada nas teorias tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Cognição social. Percepção Direta. *Affordance*. Interacionismo. James Gibson.

ABSTRACT: The objectives of this dissertation are (i) to elucidate the concept of social affordances based on the works of Jerome Gibson and (ii) to demonstrate the explanatory power of this concept for understanding social cognition in humans. Basically, social affordances are a set of phenomena present in shared environments relevant to the coordination of actions among agents. The sensitivity of agents to social affordances allows for stable, fluent, and low cognitive cost of action coordination. Our aim is to highlight the impact of this concept on traditional theories of social cognition, particularly theory-theory and simulation theory. Although there are differences between these theories, both commit to a notion of highly sophisticated social cognition, as they assume a impoverished conception of social perception. According to these theories, this perceptual insufficiency requires high-level cognitive abilities, such as possessing metarepresentations and the capacity for inference or imagination. Contrary to this, we argue that social affordances entail a robust conception of perception. In social perception, present in action coordination contexts, agents encounter behavior from their co-specifics as soaked with mentality. Thus, there is no need for the employment of high-level capacities. Finally, social affordances in Gibson can provide an idea of social cognition that does justice to its fluent character, presenting an explanatory fecundity not found in traditional theories.

KEYWORDS: Social cognition. Direct Perception. Affordance. Interactionism. James Gibson.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O LUGAR DA PERCEPÇÃO NAS TEORIAS DA PERCEPÇÃO NAS TEORIAS TRADICIONAIS DE COGNIÇÃO SOCIAL	13
1.1. A Teoria-teoria	18
1.2. A Teoria da simulação.....	24
1.3. Uma concepção empobrecida de percepção na cognição social	29
2. PERCEPÇÃO E AFFORDANCES	35
2.1. A concepção de affordances e a percepção como atividade	35
2.2. A riqueza informacional do mundo percebido	44
2.3. Nichos informacionais	48
2.4. A crítica ao conceito de representação.....	53
3. AS AFFORDANCES SOCIAIS E OUTRAS MENTES.....	64
3.1. O conceito de affordances sociais.....	65
3.2. A ideia da mente estendida na cognição social.....	74
3.3. A percepção do outro a partir do conceito de affordances sociais.....	83
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Os objetivos desta dissertação são (i) elucidar o conceito de *affordances* sociais a partir dos trabalhos de James Jerome Gibson e (ii) mostrar a fecundidade explicativa deste conceito para a compreensão da cognição social nos seres humanos.

O conceito de *affordances* aparece nos trabalhos de Gibson na década de 70 do século XX. Desde então, este conceito tem chamado a atenção de filósofos da mente de diferentes tradições. Basicamente, segundo Gibson, a percepção se coloca a serviço de um corpo engajado no seu entorno físico. Os objetos que se apresentam neste entorno físico são percebidos de acordo com a sua potencialidade adaptativa. Por exemplo, uma árvore é percebida como um objeto passível de ser escalado de determinada forma, como um objeto que fornece frutos comestíveis e assim por diante. Assim, um mesmo objeto pode ser percebido de diferentes maneiras por diferentes espécies, tendo em vista as especificidades e demandas adaptativas de cada uma delas. Essa variação pode estar presente também entre os indivíduos de uma mesma espécie, dependendo dos interesses e da *expertise* prática de cada agente. De modo geral, as *affordances* têm pertinência para as ações, mesmo as que não possuem valor adaptativo evidente.

Essas considerações introdutórias sobre *affordances* dizem respeito a uma relação diádica, a saber, entre agente e ambiente no qual está situado. Sem dúvida, essa foi a preocupação central do pensamento gibsoniano. Além disso, é interessante notar que Gibson deixou pistas sobre o papel das *affordances* na relação entre agentes que coordenam ações em contextos sociais. Aqui a relação é triádica: no processo de coordenação de ações, dois ou mais agentes percebem objetos pertinentes para o êxito da interação. Neste processo, eles coordenam suas ações a partir de um acesso aos seus estados mentais recíprocos. Trata-se aqui da cognição social, ou seja, da capacidade de interagir com os outros a partir da compreensão dos seus estados mentais.

A presente dissertação pretende seguir essas pistas deixadas por Gibson, mostrando a pertinência e fecundidade do seu trabalho para a cognição social. Deveremos mostrar que, do mesmo modo que os trabalhos de Gibson são fundamentais para se esclarecer a relação entre agente e ambiente, eles também o são para o esclarecimento do modo como seres humanos acessam seus estados mentais recíprocos.

A pergunta central que guia o nosso trabalho é a seguinte: será que as *affordances* teriam algum papel nessas situações de coordenação de ações entre agentes? A julgar pelas pistas

deixadas por Gibson, a resposta é afirmativa. E, como veremos no último capítulo desta dissertação, alguns pesquisadores vêm desdobrando essas pistas nos últimos anos. Entretanto, nem sempre é colocado em tela o impacto desse conceito nas teorias tradicionais da cognição social. Uma dessas teorias é a chamada Teoria-teoria (*Theory-theory*). Essa posição defende que a cognição social é uma capacidade dependente da posse de uma teoria comum da mente. A outra posição no debate é a Teoria da simulação. Segundo essa teoria, a cognição pode ser compreendida como a capacidade de simular os estados mentais das outras pessoas. Há, como veremos, diferenças importantes entre essas duas teorias. Durante muito tempo, foram elas que figuraram nos debates sobre cognição social.

Apesar das diferenças entre essas duas teorias, elas compartilham da mesma concepção de percepção no domínio da cognição social. Para ambas as teorias, a percepção social – aqui considerada como a percepção do outro – é somente o início de um processo que deve ser complementado com recursos cognitivos superiores. Isso porque a percepção dos outros em nada difere da percepção de fenômenos físicos. Na Teoria-teoria, o intérprete observa o comportamento do outro e infere os estados mentais que poderiam explicar o comportamento a partir da posse de leis psicofísicas.

Segundo a Teoria da simulação, o intérprete observa o comportamento do outro e simula, imagina, os estados mentais que ele mesmo teria se estivesse no lugar do outro. Para ambas, o intérprete deve possuir metarrepresentações para acessar a mente do outro. Apenas mediante metarrepresentações é que os agentes podem compreenderem-se mutuamente como seres intencionais. Desse modo, as teorias tradicionais acabam abraçando o chamado *gap* cognitivo: os estados mentais dos outros são inobserváveis porque se encontram entrincheirados nos limites intracranianos. Sendo assim, eles se encontram disponíveis para o intérprete apenas por meio de inferências ou pela imaginação.

Qual seria, então, o problema dessas teorias? O problema mais evidente é que esse *gap* cognitivo parece retomar uma concepção dualista que parece já superada na Filosofia da mente. Com efeito, a ideia de que a mente se coloca em algum reino escondido não tem lugar nas teorias mais contemporâneas da mente em que se assume, de diferentes maneiras, o externismo. Outro problema, que nos interessa mais de perto, pode ser identificado a partir do pensamento de Gibson. A julgar pelos seus trabalhos, o problema é que ambas as teorias se comprometem com uma concepção empobrecida de percepção social. Afinal, para essas teorias a percepção não gera, por si só, qualquer tipo de compreensão sobre outras mentes. Isso porque na percepção os agentes se deparariam com estímulos empobrecidos. Por isso, o processo perceptivo deve

ser suplementado por outras capacidades cognitivas superiores. O problema é que o recurso a essas capacidades obscurece o caráter fluente do acesso a outras mentes nas interações sociais.

Tendo em vista essas considerações, esperamos deixar claro que o conceito de *affordances* sociais pode contornar o problema da sobrecarga cognitiva. Com efeito, a partir de Gibson, podemos diagnosticar que as teorias tradicionais, na medida em que passaram ao largo do conceito de *affordances* sociais, acabaram defendendo uma concepção de cognição social que não faz justiça às interações sociais, justamente onde essa cognição normalmente opera. Noutros termos, esperamos elucidar, a partir de Gibson, que a percepção social é tão ou mais rica em comparação com a percepção do mundo. Isso ocorre porque ela se depara com *affordances* sociais e não com estímulos empobrecidos desprovidos de significado. Em contextos de interação, a percepção do comportamento do outro depara-se com um comportamento investido de mentalidade. De tal modo que, comumente, não há necessidade de realização de inferências a partir das premissas da teoria da mente, tampouco de simulação. Diferentemente do que afirmam essas teorias, portanto, o conceito de *affordances* sociais permite conceber a cognição social no modo pelo qual ela se apresenta.

O percurso argumentativo do nosso trabalho é tal como se segue: no primeiro capítulo, trataremos do conceito de percepção social proposto pelas teorias tradicionais da cognição social, a saber, a Teoria-teoria e a Teoria da simulação. Veremos que, apesar das diferenças, ambas defendem um conceito empobrecido de percepção. Esse conceito de percepção faz com que ambas as teorias, de diferentes maneiras, comprometem-se com uma concepção inflacionada de cognição social. O problema é que tal concepção não esclarece como os agentes acessam a mente dos seus coespecíficos em episódios comuns de interação. Para contornar este problema, defenderemos, com Gibson, uma ideia de riqueza perceptiva. Assim, o segundo capítulo da dissertação trata do conceito de *affordances* em Gibson. Veremos que esse conceito traz consigo a ideia de que os processos cognitivos não se encontram entrincheirados nos limites intracranianos, mas sim, se estendem no corpo do agente e nos objetos que se colocam no espaço da sua ação. Essa concepção estendida da mente tem, por certo, impacto na cognição social. Vale dizer o que está disponível para a percepção do intérprete não é um fenômeno físico como qualquer outro, mas sim ações nas quais a mente se estende. Por fim, o terceiro capítulo mostra uma posição contemporânea na cognição social, o interacionismo, no qual as *affordances* sociais podem ser pensadas cabalmente. Veremos que, em episódios de coordenação de ações, há uma miríade de *affordances* sociais nas quais os agentes identificam e reconhecem seus estados mentais recíprocos. Isso significa que podemos reconhecer outras mentes de forma direta, ou seja, independentemente de metarrepresentações que se coloquem

em uma teoria da mente ou na imaginação. Por fim, esperamos mostrar a fecundidade explicativa do conceito de *affordances* sociais para o modo como acessamos outras mentes.

1. O LUGAR DA PERCEPÇÃO NAS TEORIAS DA PERCEPÇÃO NAS TEORIAS TRADICIONAIS DE COGNIÇÃO SOCIAL

O principal objetivo deste capítulo é expor e analisar o conceito de percepção tal como proposto pelas teorias tradicionais da cognição social. Para isso, será necessário um percurso por essas teorias para que possamos compreender o lugar da percepção em cada uma delas. Veremos que, apesar das diferenças entre essas teorias, o conceito de percepção que ambas assumem é problemático. A constatação deste problema deve nos levar a buscar outra concepção de percepção presente na cognição social. Trata-se de um conceito muito mais rico do que aquele pressuposto por essas teorias. A ideia de *affordances* sociais, tal como proposta por James Gibson, que será exposta no terceiro capítulo, traz consigo essa ideia de riqueza perceptiva.

Nosso primeiro passo é apresentar a ideia geral de percepção que será levada em conta neste trabalho. Esse passo é importante porque há diferentes concepções de percepção na Filosofia da mente. Cabe ressaltar que o nosso objetivo nesta dissertação é tratar da percepção no contexto da cognição social. Mas, para que possamos chegar nesta concepção, é necessário esclarecer a ideia geral de percepção que será assumida neste trabalho.

Um argumento presente em muitos trabalhos de Filosofia da mente é que a experiência perceptiva nos coloca em contato direto – não mediado – com os objetos e fenômenos físicos¹. Esses objetos são explorados ativamente pelos agentes, mediante o emprego da atenção em diferentes pontos do campo perceptivo. Ademais, os objetos se mostram de um determinado modo, que varia conforme a posição do sujeito no espaço. Isso significa que eles possuem uma fenomenologia, ou seja, eles se apresentam com determinada forma, cor ou textura.

Aquilo que os sujeitos percebem na realidade externa encontra-se disponível tanto para a ação, quanto para o juízo. No campo da ação, os objetos perceptuais se colocam como possibilidades de ação. Uma escada pode ser percebida como algo que oferece a possibilidade de alcançar determinados objetos, que de outro modo seriam inalcançáveis². No campo dos juízos, a percepção se relaciona com as descrições do mundo. Um objeto pode ser descrito a partir de suas propriedades objetivas e, nesse caso, ele não se coloca como possibilidade de ação. Considere-se, por exemplo, a descrição de uma haste de carvalho como um conjunto de moléculas de hidrocarboneto.

¹ Aqui assumimos uma concepção realista da percepção, que pode ser encontrada, por exemplo, nos trabalhos de McDowell, 1994.

² Essa concepção de percepção enquanto atividade é central para o nosso trabalho e será desenvolvida no segundo capítulo. Aqui, trata-se apenas de uma aproximação do campo que iremos explorar ao longo deste trabalho.

Além do mundo externo, a percepção também está direcionada para os eventos internos. A todo tempo os agentes são informados sobre coisas que ocorrem com os seus órgãos vitais³. Essa modalidade sensorial pode ser concebida como interocepção. Os agentes sentem os próprios batimentos cardíacos, enjoos, frio na barriga e, de modo geral, dores. Note-se que, neste caso, a percepção não é como a de objetos externos. Isso porque, quanto a esses objetos externos, podemos percebê-los sem que se trate de um evento consciente. Por exemplo, a todo tempo fazemos microajustes posturais, a partir da informação sensorial que podemos extrair do mundo físico, sem que tenhamos qualquer consciência de tais ajustes. Mas, no caso da interocepção, a consciência tem caráter constitutivo. É necessário um agente a quem essas percepções internas apareçam. Com efeito, frases como “ele tem muitas dores, mas felizmente não está consciente delas” não parecem ter sentido⁴.

Até aqui tratamos, de forma muito geral e breve, da percepção do mundo externo – mundo objetivo – e da interocepção ou percepção interna – mundo subjetivo. Estamos cientes do caráter esquemático e introdutório dessas considerações. Entretanto, não poderíamos nos estender nessa exploração sem desviarmos dos objetivos deste capítulo. Nosso objetivo em apresentá-las consiste em tratá-las como pano de fundo para a dimensão da percepção que doravante trataremos, a saber, a percepção dos outros no mundo social. Numa primeira aproximação, pode ser importante oferecer alguns elementos que contribuem para esclarecer essa modalidade sensorial. Num certo sentido, perceber os outros é ter acesso à realidade externa. Ora, seres humanos são fenômenos físico-biológicos, seus corpos ocupam lugar no espaço e suas ações se inscrevem em determinado curso temporal. Humanos assemelham-se a outros fenômenos físicos animados e, enquanto tais, são fenômenos disponíveis à percepção sensorial. Mas, para além disso, são seres detentores de mente, de estados psicológicos, de uma narrativa e de uma individualidade. Uma questão que se coloca para o nosso trabalho é, então, a seguinte: se os estados mentais dos outros estão, de modo similar aos fenômenos físicos, disponíveis para a percepção do intérprete, poderíamos perceber a mente dos outros de forma direta?

Uma vez que se trata de uma questão importante, teremos a oportunidade de explorá-la com o devido cuidado. Para o que se segue, é importante situar a percepção dos outros agentes dentro da dimensão que aqui nos importa, qual seja, a cognição social.

³ Sobre a interocepção, ver TSAKIRIS, M. **The interoceptive mind**. Oxford University Press, 2018.

⁴ Sobre esse argumento na filosofia da dor, cf. TYE, M., 2017.

Um modo de introduzir a cognição social consiste em retomar o famoso problema das outras mentes. Como se sabe, desde que Descartes concebeu a mente (*cogito*) como uma substância interna e radicalmente subjetiva, surgiu o problema filosófico a respeito do acesso às outras mentes⁵. Se a autorreflexão é o único modo de se acessar a mente, cada sujeito só pode ter acesso à sua própria mente. O problema é que tal solipsismo fornece a ocasião para o surgimento da dúvida acerca das mentes dos outros. Ao que parece, o único acesso que um agente tem ao outro se dá pela percepção do corpo em ação. Já a mente dos outros, ela mesma, dado que intangível, não está disponível para a percepção do intérprete. Assim, abre-se a porta para o ceticismo acerca de outras mentes. Nada impede que o outro seja, no fim das contas, um autômato que se comporta como um ser humano, mas que não possui estados mentais de caráter qualitativo. Este ceticismo afirma que não há como saber se o outro sente, deseja ou pensa, do mesmo modo que o intérprete sente, pensa, deseja.

Entretanto, na medida em que a filosofia da mente começa a dialogar com a psicologia cognitiva e neurociência, as pesquisas empíricas sobre cognição social passam a fazer parte da reflexão dos filósofos dedicados ao problema das outras mentes. Os resultados dessas pesquisas aparecem de diferentes modos nos trabalhos filosóficos, tanto na elaboração de hipóteses, como parte da construção dos argumentos ou ainda como evidências para a falsificação de teorias filosóficas. Consequentemente, o problema muda de eixo: em vez da dúvida sobre se os outros são ou não dotados de mente, o que importa é como os agentes acessam a mente dos outros⁶. Em resumo, atualmente, é comum que os filósofos interessados no problema das outras mentes se interessem pelos estudos em cognição social⁷.

Tendo em vista essas considerações preliminares, podemos definir a cognição social, que será explorada ao longo da nossa dissertação. Trata-se da capacidade de interagir com as outras pessoas mediante a compreensão dos seus estados mentais. Uma capacidade típica da espécie humana e que começa a aparecer desde o início da ontogênese. Ela está na base da sociabilidade humana que, por sua vez, se distingue enormemente da sociabilidade presente nos outros seres. Por certo, é possível verificar algum grau de sociabilidade em diversas espécies. Estudos em primatologia, por exemplo, mostram que há hierarquia e diferentes papéis sociais nos agrupamentos dos grandes símios⁸. Entretanto, mesmo que seja possível afirmar que a

⁵ Sobre o problema das outras mentes, cf. Churchland, 1979.

⁶ A esse respeito, é importante mencionar os trabalhos de Daniel Dennett, um dos primeiros filósofos responsáveis por essa mudança de enfoque. Cf. DENNETT, 1981.

⁷ Sobre a relação entre o problema das outras mentes e cognição social, cf. Goldman, 2000.

⁸ POVINELLI, D. (2003). **Folk Physics for Apes: The Chimpanzee's Theory of How the World Works**. Oxford University Press.

sociabilidade não é atributo exclusivo dos humanos, é inegável que o modo como ela se manifesta neles é muito superior em relação às outras espécies. Um dos aspectos que mostra essa diferença diz respeito à compreensão do comportamento intencional. Ao que parece, seres humanos possuem uma compreensão que vai além da mera percepção de movimentos corporais.

Esse tipo de compreensão tem como objeto um conjunto de estados mentais, que racionalizam o comportamento humano. Os estados mentais relevantes para a compreensão do comportamento, como desejos e crenças, são estados cujo conteúdo é especificado pela partícula “que”. Quem deseja, deseja que algo aconteça; quem tem uma crença, crê que algo é o caso. Assim, desejos e crenças, entre outros estados mentais, são concebidos como um complexo causal/racional do comportamento: eles contêm razões que podem explicar o porquê alguém agiu como agiu. A partir da explicação do comportamento por esses estados mentais, portanto, o outro é concebido pelo intérprete como um agente racional.

Nesta dissertação, não adentraremos a discussão sobre a ontologia dos estados mentais. Tampouco discutiremos as teorias tradicionais da filosofia da mente, como a teoria da modularidade, o funcionalismo, a teoria da identidade, entre outras. O que nos importa é a tese de que a compreensão do comportamento dos outros a partir dos seus estados mentais é, por certo, uma compreensão comum e ineliminável⁹. A ideia central, que no presente trabalho será assumida como um pressuposto, é que para um movimento corporal ser considerado uma ação, ele deve ser compreendido por estados mentais que, do ponto de vista do agente, explica a sua ação. Em particular, como afirmamos na introdução, nosso objetivo é explorar o papel da percepção do intérprete na compreensão do comportamento dos seus coespecíficos.

A definição de cognição social que vimos acima, de caráter introdutório, pretendeu ser a mais neutra possível. Ela não se compromete com qualquer teoria específica. Como é de se esperar, no entanto, o modo como ocorre a compreensão do comportamento dos outros é objeto de disputa entre as teorias. De acordo com a vertente denominada Teoria-teoria, o intérprete observa o comportamento e se baseia em uma teoria comum da mente para compreender os estados mentais das outras pessoas. Já para a Teoria da simulação, o intérprete observa o comportamento e simula ou reconstrói os estados mentais das outras pessoas a partir do próprio aparato cognitivo e emocional.

Apesar das diferenças, como veremos, ambas as posições definem a percepção de forma similar. Após a exposição destas duas teorias da cognição social, deverá ficar claro que ambas

⁹ Cf. Dennett, 1981.

defendem que a percepção, por si mesma, não fornece informações suficientes acerca da mente dos outros. Quais são as razões que poderiam sustentar esse argumento?

Em primeiro lugar, porque, ao que parece, não há uma relação simples entre mente e comportamento. Com efeito, um mesmo estado mental pode causar diferentes comportamentos. Pensa-se, por exemplo, em um desejo de alcançar x a longo prazo, que requer um conjunto diversificado de ações, a , b , c . E, inversamente, uma mesma ação pode ser causada por diferentes estados mentais, por exemplo, considere-se a diversidade de intenções que podem causar um mesmo gesto.

Em segundo lugar, poderíamos pensar que os estados mentais dos outros são inobserváveis. A negação dessa asserção pode levar a um reducionismo *behaviorista* já superado, a saber, de que podemos compreender a mente dos outros simplesmente por meio das relações entre corpo e ambiente¹⁰. Pode-se pensar que o que se encontra disponível à percepção do intérprete é somente o comportamento do outro, que se situa no espaço e se inscreve em determinado curso temporal. De acordo com essa linha de pensamento, o conteúdo perceptivo é insuficiente para abranger os estados mentais dos outros. A percepção é, em suma, apenas o início de um processo interpretativo, que emprega recursos cognitivos de alto-nível, quer seja uma teoria da mente, quer seja a simulação.

O objetivo central deste capítulo é expor e problematizar essa concepção da percepção por parte destas teorias da cognição social para que possamos, no decorrer da dissertação, apresentar uma concepção alternativa, tendo em vista o conceito de *affordances* sociais. Como veremos, esse conceito traz consigo uma forma muito mais robusta, e por isso mais interessante, de se compreender a percepção. A ideia central é que a percepção carrega muito mais informação do que as teorias tradicionais da cognição social afirmam. Essa ideia pode alterar profundamente o modo como a cognição social tem sido pensada tradicionalmente.

O que se segue está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico, apresentaremos a concepção de percepção tal como proposta pela Teoria-teoria. No segundo tópico, apresentaremos a abordagem da Teoria da simulação sobre a percepção. Por fim, no terceiro tópico, mostraremos os problemas que se colocam para a compreensão da percepção na cognição social fornecida por essas linhas teóricas.

¹⁰ Tal como afirma Dennett (1981), o problema do *behaviorismo* reducionista é o comprometimento com uma ideia muito simples de mente.

1.1. A Teoria-teoria

De acordo com a Teoria-teoria, a cognição social é como uma atividade teórica. Para os defensores desta corrente teórica, como Alisson Gopnik e David Wellman¹¹, o intérprete observa o comportamento e se baseia em princípios gerais ou em leis psicofísicas para realizar inferências acerca dos estados mentais que poderiam explicar e/ou prever o comportamento dos outros. Sem esse passo inferencial, o comportamento se mantém opaco para o intérprete. Como afirmamos acima, a percepção do comportamento alheio aqui concebida é apenas o ponto de partida deste processo inferencial. É importante entender o que significa esta teoria que fornece premissas para este processo inferencial. Para isso, nosso primeiro passo é esclarecer a classe à qual pertence a teoria em análise.

A teoria que está em discussão é a chamada Teoria da mente. Trata-se de um corpo de informações mais ou menos coerente sobre as outras mentes. Por certo, não se trata de uma teoria científica sobre a mente, tal como encontrada nas ciências da mente. A Teoria da mente a que nos referimos pode ser compreendida como uma teoria comum, ao lado da física primitiva, química primitiva ou biologia primitiva¹². De modo geral, teorias comuns consistem em um conjunto de crenças relacionadas entre si sobre o mundo físico, social ou subjetivo. Teorias comuns guardam semelhanças e diferenças em relação a teorias científicas.

Tomemos como foco da nossa análise a física primitiva. Podemos defini-la como um conjunto de expectativas sobre o comportamento geral dos fenômenos do mundo físico. Essas expectativas são geradas a partir da exploração dos sujeitos no mundo. A partir daí, os sujeitos tornam-se sensíveis a regularidades e, com isso, são capazes de prever fenômenos e, por conseguinte, exercer algum controle sobre o mundo.

Deste modo, há algumas similaridades entre as teorias comuns e as teorias científicas. Afinal, estas últimas também se baseiam na observação de regularidades que, mediante um processo inferencial, culminam em previsões e expectativas confiáveis sobre o comportamento dos fenômenos. Teorias comuns se abrem para a correção e falsificação, assim como as teorias científicas. Determinada observação sobre o mundo pode culminar em correção acerca do corpo de informação adquirido ao longo do tempo. Para dar um exemplo famoso, ao me deparar com um cisne negro, corrijo a minha expectativa geral, formada ao longo do tempo mediante indução, de que todos os cisnes são brancos. Posso fazer essa modificação no conjunto de

¹¹ GOPNIK, A.; WELLMAN, H. (1994). Theory-Theory. In. **Mapping the mind: Domain Specificity in Cognition and Culture**. Cambridge University Press.

¹² POVINELLI, D. **Folk Physics for Apes: The Chimpanzee's Theory of How the World Works**. Oxford University Press, 2003.

informações acerca de cisnes, mesmo que eu não possua qualquer ideia robusta sobre falsificação de teorias.

Entretanto, há uma série de diferenças entre teorias comuns e teorias científicas. Uma delas é que as teorias comuns não requerem uma formação específica. São, antes, parte da ontogênese humana. Além de não possuírem o rigor das teorias científicas, elas podem ser implícitas. Assim, o sujeito que detém uma teoria comum não precisa saber, e comumente não sabe, os princípios nos quais essa teoria está baseada. Podemos expressar esse ponto da seguinte forma: um sujeito pode prever que qualquer objeto alçado ao ar cairá em seguida, mesmo que não tenha qualquer conhecimento explícito sobre a lei da gravidade. De modo que ele é sensível a esta lei na medida em que realiza as suas predições e cria suas expectativas, ainda que não a conheça de forma explícita.

É importante notar que teorias comuns podem envolver a posse da linguagem. Na medida em que começam a dominar o vocabulário, as crianças são capazes de emitir juízos observacionais sobre o mundo. Por exemplo, elas podem usar a expressão *quente* ou *frio* diante do que percebem. Com o tempo, podem vir a saber que a temperatura pode aumentar ou diminuir a partir das condições do entorno físico. Esse conhecimento, que envolve um conjunto de expectativas compartilhadas, pode orientar as suas ações no mundo físico. Mas, mesmo sendo um conhecimento linguisticamente articulado, não se coloca como conhecimento que possua o rigor do conhecimento científico.

A partir dessas diferenças e semelhanças entre as teorias comuns e as teorias científicas, podemos situar a teoria da mente. Como já afirmamos, trata-se de um conjunto de informações, adquiridas mediante observação, acerca do que se passa na mente dos outros. Desde muito cedo na ontogênese, os humanos são especialmente sensíveis ao comportamento dos outros. Como mostram os famosos estudos de Meltzoff e Moore, neonatos entre 12 e 21 dias já são capazes de imitar expressões faciais dos outros. Mesmo sem ainda adquirir uma percepção externa do próprio corpo, eles reproduzem protrusões de língua e outras expressões faciais¹³. Para Meltzoff e Moore, a imitação é baseada na capacidade dos bebês registrarem similaridades entre as mudanças no corpo do outro, que eles podem perceber, e transformações no seu próprio corpo que, no entanto, eles ainda não percebem de fora, por assim dizer. Os autores entendem que nesses casos ocorre um ajuste supramodal da percepção: a informação perceptual acerca do corpo do outro é integrada no esquema corporal do bebê. Mais precisamente, a imitação do comportamento do outro é gerada pela capacidade de propriocepção da criança. Com o tempo,

¹³ MELTZOFF, A.; MOORE, M. Imitation of facial and manual gestures by human neonates. *Science* 198: 75–8, 1983.

são capazes de se engajar em interações triádicas, compostas por dois sujeitos e objetos compartilhados. Nessas interações, as crianças mostram-se sensíveis ao comportamento intencional dos outros. Em uma etapa posterior, humanos adquirem um conjunto de expectativas sobre os estados mentais dos outros, e é com base nisso que conseguem prever e explicar o comportamento alheio.

Esse estoque informacional é adquirido na medida em que os agentes interagem com os outros no mundo social em diferentes contextos. Os agentes utilizam os estados mentais, como crença, desejo e intenções, para prever e explicar o comportamento dos outros. De modo similar a teorias comuns, a aquisição desta capacidade não requer formação específica. Na medida em que avançam na ontogênese, as crianças aprendem a usar esse vocabulário de modo natural e fluente. Tal vocabulário pode ainda servir para prever e explicar o comportamento, ainda que não sejam objeto de controle ou rigor científico. Ademais, mudanças típicas na compreensão dos estados mentais das outras pessoas dizem respeito às etapas da construção da teoria da mente na ontogenia humana. É importante notar também que outro aspecto que aproxima a teoria da mente de teorias comuns é que não se trata de uma teoria rigorosa, embora tenha lugar na neurociência e nas diferentes linhas da psicologia.

Tendo em vista esta aproximação inicial, estamos agora em condições de trazer à tona as especificidades da teoria da mente apontadas pela Teoria-teoria. Diferentemente de qualquer outra teoria comum, a teoria da mente envolve uma compreensão de segunda ordem dos estados mentais. Para esclarecer essa diferença, notemos que, nas teorias comuns, a percepção de regularidades do mundo físico gera representações. Tais representações podem ser verdadeiras ou falsas e, quanto tais, compõem os juízos observacionais que foram mencionados acima. Com efeito, o objeto das teorias comuns são os fenômenos físicos. Entretanto, os objetos da teoria da mente não são, num certo sentido, fenômenos disponíveis à percepção do intérprete. Como afirmamos, os estados mentais são inobserváveis, ainda que não existam independentemente de reações fisiológicas. Na medida em que o objeto das teorias comuns são as representações que figuram nos estados mentais dos outros, como crenças, desejos e intenções, a teoria da mente é composta de metarrepresentações.

Podemos explicar esse ponto da seguinte forma. Na definição tradicional de Pylyshyn, metarrepresentações representam (i) o outro estado mental, (ii) o objeto ou evento representado por esse estado mental e (iii) o modo como esse objeto é representado¹⁴. Com a posse de metarrepresentações, temos a teoria da mente em sentido estrito, que não parece possuir

¹⁴ PYLYSHYN, Z. (1978). **When is attribution of beliefs justified?** *The Behavioral and Brain Sciences*, 1, pp. 592-593.

equivalentes em outras teorias comuns. Um indício dessa assimetria é que a atribuição da física primitiva aos grandes símios é, em geral, bem aceita; entretanto, o mesmo não ocorre com a teoria da mente. A respeito da física primitiva em chimpanzés, o primatologista Daniel Povinelli afirma tratar-se de um conhecimento que, embora não seja explícito ou constituído linguisticamente, pode ser compreendido como um conhecimento que é, em alguma medida, organizado e coerente¹⁵. Por outro lado, ainda segundo Povinelli, não há evidências de que os grandes símios possuam metarrepresentações. Em suma, parece haver alguma continuidade entre a física primitiva em chimpanzés e humanos, algo que não ocorre do mesmo modo com a teoria da mente.

Essas considerações nos levam a afirmar que a teoria da mente é um tanto mais exigente do ponto de vista cognitivo do que as teorias comuns. Afinal, a posse de metarrepresentações requer não apenas a posse da linguagem, mas também capacidades reflexivas de alto nível. De acordo com Josef Perner¹⁶, e também com Gopnik e Wellman¹⁷, somente na fase de aquisição de linguagem é que podemos falar da Teoria da mente em sentido estrito. Como ainda veremos, a posse plena de uma teoria da mente exigirá dos agentes metarrepresentações, isto é, um conhecimento explícito de estados mentais e das leis que os relacionam. E essa noção de conhecimento, por sua vez, é mais sofisticada do que a noção de ajuste a leis psicofísicas. Vale lembrar que mesmo o sentido mais robusto de teoria comum não envolve qualquer conhecimento explícito acerca de leis ou princípios.

Em resumo, a concepção geral de teoria da mente que se coloca é a seguinte: como outras teorias comuns, a Teoria da mente também consiste em um corpo de crenças organizadas por leis, nesse caso leis psicofísicas, que explica em parte as inferências que um agente realiza acerca da mente dos outros. Mas, diferentemente de outras teorias comuns, a teoria da mente demanda a posse de metarrepresentações.

Tendo em vista essas considerações, de que modo podemos entender o papel da percepção na cognição social? A ideia de que a teoria da mente inclui um corpo de crenças organizadas por leis psicofísicas deixa claro que o intérprete se coloca na perspectiva de terceira pessoa ou na de um observador. De acordo com David Lewis, por exemplo, termos mentais devem ser concebidos como termos teóricos por meio de diferentes leis psicofísicas que

¹⁵ POVINELLI, D. (2003). **Folk Physics for Apes: The Chimpanzee's Theory of How the World Works**. Oxford University Press.

¹⁶ PERNER, J. (1993) **Understanding representational mind**. Mit Press.

¹⁷ GOPNIK, A.; WELLMAN, H. (1994). Theory-Theory. In. **Mapping the mind: Domain Specificity in Cognition and Culture**. Cambridge University Press. p. 267-268.

relacionam: (i) estímulos externos a estados mentais, (ii) estados mentais entre si e (iii) estados mentais e comportamento. Lewis orienta:

Pense na psicologia do senso comum como uma teoria científica que introduz termos, embora tenha sido inventada muito antes de haver qualquer instituição como ciência profissional. Reúna todos os lugares-comuns que você possa imaginar a respeito das relações causais de estados mentais, estímulos sensoriais e respostas motoras [...]. Inclua apenas lugares-comuns que são de conhecimento comum entre nós – todos os conhecem, todos sabem que todos os outros os conhecem, e assim por diante. Como os significados de nossas palavras são de conhecimento comum, afirmo que os nomes dos estados mentais derivam seu significado dessas banalidades.¹⁸

Para além da percepção do comportamento dos outros, a competência de um agente capaz de compreender outras mentes depende de seu conhecimento de que há estados mentais causados por tais e tais eventos externos, que determinados estados mentais se relacionam entre si e que, finalmente, explicam o comportamento. Outro exemplo desse sentido de Teoria da mente pode ser encontrado nos trabalhos de Daniel Dennett. Para ele, a chamada postura intencional, que assumimos diante dos seres dotados de mente, envolve atribuir atitudes proposicionais mediante princípios de racionalidade. Para Dennett, assumir a postura intencional demanda tratar o objeto da predição como um agente racional. A partir daí, o intérprete representa as atitudes proposicionais e realiza a predição sobre o comportamento do agente. Sobre isso, Dennett afirma:

Primeiro você decide tratar o objeto cujo comportamento será previsto como um agente racional; então você descobre quais crenças esse agente deveria ter, dado seu lugar no mundo e seu propósito. Então você descobre quais desejos ele deveria ter, com base nas mesmas considerações, e finalmente prevê que esse agente racional agirá para promover seus objetivos à luz de suas crenças. Um pouco de raciocínio prático a partir do conjunto escolhido de crenças e desejos produzirá, em muitos casos — mas não em todos — uma decisão sobre o que o agente deve fazer; isso é o que você prevê que o agente fará.¹⁹

¹⁸ “Think of commonsense psychology as a term-introducing scientific theory, though one invented long before there was any institution as professional science. Collect all the platitudes you can think of regarding the causal relations of mental states, sensory stimuli, and motor responses[...] Include only platitudes which are common knowledge among us—everyone knows them, everyone knows that everyone else knows them, and so on. For the meanings of our words are common knowledge, and I am going to claim that the names of mental states derive their meaning from these platitudes.” LEWIS, D. (1972). “Psychophysical and theoretical identifications.” *Australasian Journal of Philosophy* 50: 249–258. p. 212.

¹⁹ “First you decide to treat the object whose behavior is to be predicted as a rational agent; then you figure out what beliefs that agent ought to have, given its place in the world and its purpose. Then you figure out what desires it ought to have, on the same considerations, and finally you predict that this rational agent will act to further its goals in the light of its beliefs. A little practical reasoning from the chosen set of beliefs and desires will in many—but not all—instances yield a decision about what the agent ought to do; that is what you predict the agent will do.” DENNETT, D. *Brainstorms: philosophical essays on mind and psychology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

Assim, na perspectiva de terceira pessoa, similar a uma postura teórica, o intérprete observa o comportamento dos outros e recorre a leis psicofísicas – Lewis – ou a princípios de racionalidade – Dennett – para inferir os estados mentais do agente com o intuito de prever e explicar o seu comportamento. A cognição social depende do conhecimento de que há estados mentais causados por tais e tais eventos externos, que determinados estados mentais se relacionam entre si e que, finalmente, explicam o comportamento. A posse desses princípios permite o êxito de explicações e predições de um comportamento complexo como o de seres humanos. Para os defensores da Teoria-teoria, a posse de uma teoria coerente sobre o funcionamento da mente é justamente o que pode explicar nossa navegação competente em um mundo tão complexo quanto o mundo social.

Do aduzido segue-se que a percepção é concebida pela Teoria-teoria como uma capacidade que envolve a postura de terceira pessoa, similar a uma postura teórica. O conteúdo perceptivo é constituído por fenômenos físicos. Por isso, a percepção dos outros não difere, no pormenor, da percepção do mundo. Mas, poderíamos perguntar, será esta uma forma correta de se conceber a percepção das outras pessoas? Ou, em particular, não haveria especificidades na percepção presente na cognição social, que a diferenciaria da percepção do mundo físico? Como veremos abaixo, existem problemas importantes no modo como a Teoria-teoria concebeu a percepção dos outros.

O problema pode ser colocado do seguinte modo: dado que a Teoria-teoria se preocupa com o modo comum como seres humanos compreendem a mente dos seus coespecíficos, então a investigação sobre como isso ocorre deve levar em conta o que é exigido nas práticas interativas em que os agentes coordenam suas ações, como no caso de ações conjuntas. Afinal, o fato de uma parte dos seres humanos adquirirem essa teoria da mente, e que sejam mesmo capazes de interpretar o comportamento humano nesses moldes, não implica necessariamente que eles comumente a utilizem em situações ordinárias. Ou seja, nas análises sobre cognição social é importante que se tenham em mente uma concepção relacionada a essas interações. Afinal, são essas interações que representam o lugar em que a compreensão do comportamento é comum. Tendo em vista essas situações de co-presença, podemos notar que as demandas cognitivas ligadas à posse explícita de uma teoria da mente não são compatíveis com o caráter fluente das interações que nelas ocorrem.

É certo que, por vezes, os agentes talvez precisam recorrer a uma Teoria da mente para inferir os estados mentais dos outros. Eles podem adotar uma postura teórica quando estão diante de um comportamento à primeira vista difícil de interpretar. Há casos em que os seus coespecíficos são imprevisíveis. Entretanto, tal postura teórica parece incompatível com o que

ocorre em situações ordinárias. Um ponto que ainda será explorado é que, quanto mais os seres humanos se habituem a situações de interação, menos esforço é utilizado na cognição social. Portanto, tanto menos precisam recorrer a uma teoria da mente. Voltar nossos olhos para os casos de co-presença seria pertinente aqui, ocasião em que os agentes dão por certo que suas perspectivas são convergentes e, dessa forma, não precisam representar de maneira explícita suas perspectivas mútuas.

Cumpramos ainda notar que os nossos coespecíficos são seres com os quais dialogamos, nos engajamos em ações conjuntas, estabelecemos comprometermos mútuos e assim por diante. Por outro lado, uma postura teórica ou objetiva parece suprimir esses aspectos. Não parece, portanto, fazer justiça a essas interações. O problema é, em suma, que a Teoria-teoria tem dificuldades de acomodar em seu quadro o baixo-custo cognitivo da cognição social. Ou seja, enquanto parece sobrecarregar a cognição social, a Teoria-teoria tem dificuldade de acomodar a demanda por fluência.

Vamos retomar o que dissemos: o problema da Teoria-teoria é que, ao assimilar a cognição social como uma atividade teórica, deixa de lado o caráter fluente das interações. Passa ao largo da importância que a percepção do comportamento alheio pode ter na cognição social. Diante disso, é necessário um modelo teórico que seja sensível às especificidades da cognição social, particularmente ao fato de que quando estamos diante dos nossos coespecíficos, não assumimos uma postura teórica – a não ser, é claro, em ocasiões especiais. Nosso propósito no próximo tópico é expor uma teoria alternativa à Teoria-teoria, denominada Teoria da simulação. Para que não nos desviemos dos objetivos da nossa dissertação, pretendemos analisar o papel da percepção nesta teoria da cognição social, assim como fizemos na nossa análise da Teoria-teoria.

1.2. A Teoria da simulação

A Teoria da simulação aparece no cenário das discussões sobre a cognição social como uma crítica à Teoria-teoria. Entre outras coisas, a crítica incide sobre o argumento de que a atividade de interpretar o comportamento dos outros a partir de seus estados mentais é uma atividade que se baseia em uma teoria, mesmo que comum, da mente. Lembremos que, segundo a Teoria-teoria, a cognição social pode ser compreendida como uma sensibilidade a determinadas regularidades que podem ser subsumidas em leis. Tais leis relacionam, de diferentes maneiras, mente e mundo. Note-se que a ideia de uma compreensão da mente através

de leis psicofísicas parece ter origem no conhecimento científico. Afinal, a Teoria da mente, apesar das suas particularidades, pode ser compreendida como uma teoria comum.

É, sem dúvida, um mérito da Teoria-teoria associar o conhecimento acerca de outras mentes a teorias comuns. Isso porque pode evitar questões cétricas e abrir espaço para questões que nos parecem mais relevantes, a saber, sobre como, afinal, compreendemos o comportamento dos outros mediante estados mentais. Entretanto, o problema apontado pelos simulacionistas é que, no esforço de naturalizar a compreensão de outras mentes, a Teoria-teoria terminou por perder de vista determinados fenômenos específicos da cognição social. Simulacionistas discordam da imagem teórica da cognição social. Segundo eles, quando estamos diante dos nossos coespecíficos, não estamos simplesmente diante de um fenômeno físico como qualquer outro. Com efeito, uma postura teórica ou externa diante dos outros não explica fenômenos importantes da cognição social.

Para os simulacionistas, a compreensão desses estados mentais envolve um grau de fineza que não é contemplado por uma compreensão baseada em leis psicofísicas. Esse ponto pode ser compreendido mediante a ideia de que a cognição social envolve uma compreensão “a partir de dentro”, segundo expressão de Jane Heal²⁰. A expressão refere-se ao ponto de vista que o agente tem em relação ao mundo. Esse ponto de vista carrega estados mentais, como crenças, desejos e intenções. A concepção “a partir de dentro” expressa a direcionalidade dos estados mentais ao mundo, ou sua intencionalidade. Tais conteúdos aparecem nas respostas que o agente oferece às suas percepções do mundo. A capacidade inclui, entre outras coisas, crenças sobre o modo como o mundo se mostra a partir dessa localização²¹. Esses elementos constituem o que se entende por ter um ponto de vista em relação ao mundo. O intérprete deve, portanto, capturar esse ponto de vista do outro. Trata-se de um aspecto essencial da cognição social.

No entanto, esse aspecto parece negligenciado na abordagem tradicional da Teoria-teoria. Vale lembrar o comprometimento da Teoria-teoria com leis psicofísicas como base inferencial para os agentes explicarem e predizerem o comportamento do outro. Para simulacionistas, para a compreensão do que um agente deseja e acredita não é suficiente a posse de leis gerais, que relacionam de forma nomológica desses estados mentais e o comportamento. O que importa não é somente *o que* o agente acredita, mas sim *como* acredita – que é parcialmente fixado pelo seu ponto de vista em relação ao mundo. Uma compreensão

²⁰ HEAL, J. (1998). “Understanding Other Minds from the Inside.” In. **Mind, Reason and Imagination**. Cambridge University Press. pp. 28-45.

²¹ HEAL, 1998, p. 40.

nomológica dos estados mentais dos outros, que se alcança mediante uma postura de terceira pessoa, ou externa, não possui a especificidade suficiente para capturar esse ponto de vista.

Uma das principais motivações da teoria da simulação é contemplar esses fenômenos constitutivos da cognição, deixados de fora pela Teoria-teoria. O ponto de partida da Teoria da simulação é a ideia de que a cognição social requer a capacidade de o agente se colocar no lugar do outro e, com base nessa capacidade, compreender seus estados mentais. Na medida em que nos colocamos no lugar do outro, imaginamos o mundo tal como aparece desse ponto de vista e então deliberamos acerca da sua decisão. Nessa linha, Robert Gordon entende que para simular o agente “baseia-se na própria capacidade de raciocínio prático”²². A Teoria da simulação procura aprofundar essas definições e explicar os processos cognitivos subjacentes à capacidade de se colocar no lugar do outro.

Vejamos então como a cognição social pode ser compreendida pela Teoria da simulação: o intérprete observa o comportamento e, através do seu próprio sistema cognitivo, representa os estados mentais que supostamente poderiam explicar e predizer esse comportamento. O comportamento daquele que se quer interpretar é como um *input* do sistema cognitivo do intérprete. O resultado desse processamento é ou a explicação, ou a predição do comportamento do outro por meio de estados mentais²³. Quanto a isso, o conceito de simulação possui força explicativa: o que é levado em conta na cognição social são os estados mentais do intérprete ligados diretamente ao seu comportamento. Afinal, são os estados mentais do outro que o agente deve reconstruir em sua própria mente. Trata-se justamente de estados mentais simulados, que têm força causal somente na mente do outro, do interpretado. Simulacionistas esclarecem esses aspectos afirmando que o processo de simulação é *off-line*: ao simular os estados mentais dos outros, o intérprete, ele mesmo, não age de acordo com tais estados mentais. Vemos, então, alguma plausibilidade na tese de que na cognição social o intérprete simula os estados mentais do outro, i.e., os estados mentais que ele teria se estivesse no seu lugar.

É importante notar que não há um único aparato cognitivo subjacente à capacidade de simular outras mentes. Alguns teóricos da simulação, como Goldman e Gallese, apontaram para diferentes níveis de simulação²⁴. Em um nível cognitivamente superior, a simulação significa

²² GORDON, 1996, p. 11.

²³ Sobre isso, cf. CURRIE, G.; RAVENSCROFT, I. (2002). **Recreative Minds**. New York: Oxford University Press. GOLDMAN, A. (2006). **Simulating minds: The philosophy, psychology, and neuroscience of mindreading**. Oxford: Oxford University Press; GORDON, R. (1986). Folk psychology as simulation. **Mind and Language** 1: 158–171.

²⁴ GOLDMAN, A. (2006). **Simulating minds: The philosophy, psychology, and neuroscience of mindreading**. Oxford: Oxford University Press. GALLESE, V. (2005). “Being like me: Self-Other Identity, Mirror Neurons, and Empathy.” In. **Perspectives on Imitation: From Neuroscience to Social Science**. pp. 101-119. MIT Press.

imaginação. Nesse caso, o intérprete atribui de maneira explícita estados mentais aos outros. No nível superior, o intérprete se esforça de modo consciente por reconstruir os estados mentais dos outros de forma explícita. Já em um nível inferior, a simulação requer somente a capacidade de replicar ou espelhar os estados mentais dos outros. Desse espelhamento não emerge, por certo, uma compreensão explícita da mente alheia, mas, no mais das vezes, uma reação sensível ao outro. Também é importante frisar que os estados mentais simulados não são do mesmo tipo: podem ser tanto estados mentais dotados de conteúdo proposicional, quanto estados mentais mais básicos, como emoções. Os estados mentais de ordem superior se colocam para além do mero espelhamento. Por exemplo, para reconstruir uma atitude proposicional como uma crença, o intérprete deve lançar mão da imaginação. Normalmente, outros estados mentais que estão relacionados a essa crença aparecem nessa reconstrução, como desejos e intenções. Por outro lado, emoções básicas como medo, raiva e alegria podem ser espelhados no aparato neural do intérprete, independentemente de uma compreensão explícita acerca da mente do outro.

Como afirmamos, é um mérito da teoria da simulação trazer à tona aspectos específicos da cognição social. De fato, quando estamos diante dos nossos coespecíficos, não estamos diante de um fenômeno físico qualquer. Neste caso, há uma maior fineza da compreensão tal que não é contemplada por uma compreensão baseada em regularidades nômicas. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que há algo em comum entre a Teoria da simulação e a Teoria-teoria. Para ambas as propostas teóricas, o intérprete é um observador que assume uma postura de terceira pessoa. Note-se que, para ambas as teorias, não é dada a devida importância aos ambientes interativos e, conseqüentemente, aos impactos desses ambientes na mente dos agentes. O foco da explicação de ambas ainda é um enfoque internista: afinal de contas, o que importa são os processos que ocorrem na mente do intérprete, quer seja a posse de uma teoria da mente, quer seja a capacidade de simular.

Por conta disso, temos a mesma concepção empobrecida da percepção, a saber, como a capacidade de acessar meros movimentos corporais. Aqui também a percepção é apenas o início, ou a porta de entrada, de um processamento informacional que deve ativar o nível cognitivo, no caso, a imaginação. Apenas desta forma o intérprete pode acessar os estados mentais dos outros. Note-se que este também é o caso quando se considera o nível básico de simulação. A informação perceptiva deve dar entrada em sistemas de espelhamento para que o intérprete possa reagir de forma adequada com o que percebe.

A partir dessas considerações, podemos retomar a crítica que fizemos à Teoria-teoria. Lembremos que os nossos coespecíficos são seres com os quais dialogamos e nos engajamos em atividades conjuntas, sendo raras as vezes em que assumimos uma postura teórica diante

dos outros. Por isso, assimilar a interpretação do comportamento dos outros a uma postura de terceira pessoa não parece correta. Essa mesma crítica pode ser aplicada à teoria da simulação. Embora não haja uma ênfase em uma postura teórica por parte do intérprete, é de se notar que o ponto de vista é também de terceira pessoa ou de um observador que precisa reconstruir internamente os estados mentais dos outros.

Mais uma vez, é importante trazer à tona uma ideia de cognição social que faça justiça a situações prototípicas, como as situações de co-presença. São situações de interação, para as quais comumente não cabe explicar ou prever o comportamento dos outros. Enquanto participantes de uma interação, os sujeitos estão inseridos em um ambiente compartilhado no qual há expectativas recíprocas de comportamento. De tal modo que parece mais correto afirmar que eles assumem papéis de primeira e de segunda pessoa. Não há dúvida de que existem situações em que os agentes precisam coordenar a ação a distância. Nos casos em que não estão na mesma situação precisam lançar mão de recursos cognitivos de ordem superior, como a imaginação ou uma teoria da mente. Também há casos em que mesmo estando na mesma situação, os agentes podem suprimir esses papéis de reciprocidade dialógica e assumir um ponto de vista externo à interação. Como temos visto, isso pode ocorrer, por exemplo, quando o comportamento do outro se torna difícil de ser compreendido²⁵. Nesses casos, os agentes lançam mão de uma teoria comum da mente ou de recursos de simulação. Entretanto, não podemos tomar essa situação como recorrente.

Enfim, podemos resumir este tópico do seguinte modo: a teoria da simulação, em seus diferentes níveis, possui o mérito de tratar das especificidades da cognição social, superando os problemas da Teoria-teoria, como a sobrecarga cognitiva de uma tarefa – a interpretação do comportamento humano a partir de estados mentais – que se nos apresenta como fluente e, portanto, de baixo custo cognitivo. No entanto, a teoria da simulação mantém a ênfase metodológica ao que ocorre internamente a um intérprete que, por sua vez, assume o ponto de vista de terceira pessoa. Ele deve imaginar ou espelhar o comportamento do outro e, deste modo, é como um observador passivo, de modo similar ao que foi proposto pela Teoria-teoria. Dentre os inúmeros problemas presentes nessa concepção de cognição social, gostaríamos de destacar, para os objetivos deste trabalho, a concepção empobrecida de percepção que figura em ambas as correntes teóricas.

²⁵ STRAWSON, P F. (1969). **Freedom and Resentment and Other Essays**. Cambridge press.

1.3. Uma concepção empobrecida de percepção na cognição social

Vimos que tanto a Teoria-teoria quanto a Teoria da simulação comprometem-se com um determinado conceito da percepção. Tal como afirmamos acima, a ideia básica é que a percepção é apenas o início de um processo que deve ser complementado ou mediante uma teoria da mente ou pela simulação. À primeira vista, as intuições por trás desta ideia são razoáveis. Vale insistir, as relações entre mente e corpo não são simples. Um mesmo estado mental pode causar/explicar diferentes ações e, inversamente, uma mesma ação ou movimento corporal pode ser causada por diferentes estados mentais. Afirmar que a mente pode ser um objeto da percepção pode envolver um comprometimento com um reducionismo *behaviorista* já superado.

Entretanto, uma reflexão mais atenta pode mostrar que essas intuições apontam, na verdade, para teses problemáticas, e já superadas, na filosofia da mente. Afirmar que a mente se coloca para além do que se pode perceber no comportamento é situá-la em um reino interno e solipsista. A imagem problemática que emerge dessas intuições é das relações mente e corpo como um piloto – mente – em uma aeronave – corpo. Isso significa, em outras palavras, um compromisso com um dualismo já superado pela filosofia da mente. Com efeito, se a mente é uma substância que se coloca para além do corpo, diferentes problemas começam a aparecer. Além do ceticismo em relação a outras mentes, como já vimos, há também o problema da relação entre mente e corpo. Como ainda será demonstrado nesta dissertação, é possível argumentar a favor do conteúdo rico da percepção dos outros, tal que contemple seus estados mentais, sem cair neste tipo de reducionismo. Veremos que é possível manter essas intuições não-reducionistas e, mesmo assim, afirmar a ideia de riqueza perceptiva. Por enquanto, é importante escavar o modelo de percepção que tanto a Teoria-teoria quanto a Teoria da simulação se veem comprometidas. Trata-se de uma concepção cognitivista da percepção que se expressa no modelo computacional da percepção visual.²⁶ Vejamos.

De acordo com o modelo computacional, a mente é compreendida como um sistema de processamento de informação. O sistema recebe uma série de *inputs* a partir da estimulação dos órgãos sensoriais, as manipula convertendo-as em símbolos, e gera respostas que se colocam como ações ou juízos. De modo parecido com os computadores, o que importa para análise é o que ocorre dentro do sistema. O que ocorre na periferia do sistema não tem relevância para a compreensão dos processos cognitivos. Segundo esse modelo, podemos substituir os sistemas

²⁶ FODOR, J. (1983). **The Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology**. Mit press.

receptores de informação, que se situam na periferia. Isso ocorre porque a informação perceptiva será convertida para uma linguagem simbólica. Note-se que essa concepção de mente, ao abrir mão do que ocorre na periferia do sistema informacional, termina abrindo mão do corpo. Afinal, podemos entender tudo que é relevante para o sistema apenas mantendo o foco na transformação da informação que ele realiza.

Um desdobramento deste modelo computacional pode ser encontrado na concepção modular da mente, que coloca as bases para a compreensão tradicional da percepção.²⁷ De acordo com a teoria da modularidade, a mente é dividida em módulos, cada qual exercendo funções específicas. Módulos têm uma história filogenética e são ativados em determinadas etapas ao longo da ontogênese. Além disso, eles são encapsulados e possuem especificidade de domínio. De sorte que o módulo da percepção visual, por exemplo, é ativado sempre que houver estímulo relevante. Ademais, seu encapsulamento mostra que ele não sofre a influência de outros módulos e que opera independentemente da vontade do agente. A concepção modular da mente se insurge contra a ideia de que a mente é uma tábula rasa. Pelo contrário, trata-se de um órgão que possui pré-estruturas moldadas ao longo da evolução e que respondem por processos adaptativos eficientes, como os que estão presentes em humanos.

A partir deste modelo computacional e modular da mente, podemos entender o porquê de um conceito tão empobrecido da percepção. Esse modelo tem como objetivo mostrar como a estimulação proximal da retina pode ser convertida em representações ricas acerca do mundo pelos módulos pertinentes. Segundo essa abordagem, há uma lacuna entre os estímulos na retina e a experiência perceptual consciente com o mundo. Há diversas maneiras de se mostrar esse descompasso. Um deles é o seguinte: o que a retina consegue identificar, um conjunto de *bits* informacionais, situa-se em um espaço bidimensional. No entanto, nossa experiência perceptual do mundo, a que temos acesso consciente e sobre a qual podemos fornecer descrições, é tridimensional.²⁸ Outro exemplo interessante é o seguinte: nossos olhos estão em constante movimento, realizam sacadas que ajustam o foco perceptivo. Era de se esperar, portanto, que percebêssemos os fenômenos do mundo o tempo todo em movimento. No entanto, percebemos o mundo como estável.

Esses problemas parecem revelar que o estímulo na retina não carrega a mesma informação perceptual que se apresenta à consciência do percipiente. Como afirma o psicólogo Richard Gregory, “recebemos pequenas imagens distorcidas invertidas no olho e vemos objetos

²⁷ FODOR, 1983.

²⁸ NOË, A. (2004). **Action in Perception**. Cambridge: MIT Press.

sólidos no espaço circundante, e isso é nada menos que um milagre”²⁹. Os módulos superiores devem, então, compensar essas insuficiências da retina. Ou seja, devem justamente processar ou manipular os *inputs* do módulo da percepção visual e produzir uma representação do mundo físico. A visão é assim compreendida como um processo computacional, i.e., um processamento de informação, que começa na retina e culmina com uma imagem tridimensional do mundo. Aqui está, uma vez mais, Richard Gregory: “as percepções são construídas por processos cerebrais complexos, a partir de fragmentos fugazes e fragmentários de dados sinalizados pelos sentidos”³⁰.

Há dois pontos que merecem destaque nesta concepção de percepção. O primeiro deles é que a percepção se reduz aos estímulos da retina. O outro é que o conteúdo perceptivo é neutro em relação a elementos fenomenológicos, quer sejam afetivos quer sejam emocionais. Se assim fosse, a percepção do comportamento dos outros seria informacionalmente empobrecida. Com efeito, a percepção seria bombardeada com um conjunto de *bits* informacionais que, após ser enriquecida com um processamento de alto-nível cognitivo, formaria a representação dinâmica do corpo em movimento e, mediante as inferências pertinentes, o intérprete poderia acessar os estados mentais responsáveis pela compreensão do comportamento. No entanto, esses dois pontos são criticáveis.

A crítica que pode ser feita ao primeiro desses pontos é a seguinte: se o conteúdo da percepção consciente fosse composto por dados sensoriais, não teria sentido a ideia de um campo perceptivo composto por objetos passíveis de serem explorados pelo sujeito. Mas é notável que o campo visual é algo que nós exploramos. Por exemplo, olhando para os objetos dispostos na minha mesa de trabalho, posso alcançar uns e não outros. Alguns se mostram passíveis de ser manipulados de um modo e não de outro. Não parece ter sentido afirmar, portanto, que o conteúdo da percepção consciente seja constituído de estímulos proximais. Tampouco parece ser o caso que esses dados sensoriais se coloquem como intermediários entre o sujeito e o mundo.

O segundo ponto a ser criticado diz respeito à tese de que aquilo que experienciamos é o que podemos ver em sentido literal. Entretanto, podemos experienciar perceptivamente fenômenos mesmo que não sejam, literalmente, percebidos. Esse é o caso das faces ocultas dos objetos, fenômenos intangíveis como o tempo e, como veremos no último capítulo desta

²⁹ “[...] we are given tiny distorted upside-down images in the eye, and we see solid objects in surrounding space, and this is nothing short of a miracle.” GREGORY, R. Knowledge in perception and **illusion**. Phil. Trans. R. Soc 1997, p. 9.

³⁰ “[...] perceptions are construed, by complex brain processes, from fleeting fragmentary scraps of data signaled by the senses.” GREGORY, 1997, p. 707.

dissertação, estados mentais que se expressam no comportamento das pessoas. O notável é que esses fenômenos podem ser percebidos diretamente, ou seja, sem a realização de inferências. Quando olhamos para uma maçã, por exemplo, apenas uma das suas faces estimula os receptores da retina. Entretanto, não é por isso que temos uma experiência perceptiva com um objeto unidimensional. Experienciamos um objeto tridimensional, mesmo que, a rigor, não vejamos as faces que se ocultam a partir da nossa perspectiva. Segundo Alva Nöe, isso ocorre por conta das expectativas sensório-motoras que decorrem da exploração desses objetos ao longo do tempo³¹.

Essas considerações apontam para a riqueza do conteúdo perceptivo, que pode ser explorada de diferentes modos. Em vez de uma ideia passiva de percepção, que poderia ser exemplificada como uma espécie de fotografia que tiramos da realidade, a ideia que emerge do que vimos é a percepção como uma atividade exploratória sobre o mundo. Deste modo, não há como perceber o mundo sem um corpo que se engaja em determinados contextos e que captura a informação relevante para os seus projetos. Nessa linha argumentativa, para que possamos compreender a percepção, é necessário levar em conta não apenas o que ocorre internamente, mas também o corpo do agente que se engaja em diferentes tipos de ações.

A ideia chave é que a percepção, ela mesma, consiste em uma forma de ação, ou seja, não é possível perceber sem um corpo que se movimenta. Trata-se de uma atividade que se estende no tempo, que requer engajamento e exploração dos objetos. A percepção não é, portanto, como uma espécie de fotografia, da qual o agente é um mero expectador, em que todos os detalhes de uma cena são capturados ao mesmo tempo. Algumas pesquisas mostram que somos perceptualmente insensíveis a determinadas alterações no campo visual³². Quando percebemos, focamos nossa atenção em determinados aspectos de uma cena, enquanto deixamos os outros na sombra do campo visual. A ideia da percepção como forma de ação conduz ao que Alva Nöe chama de domínio de contingências sensório motoras. Um domínio sobre o modo pelo qual as alterações no campo visual co-variam com que o sujeito faz – para dar um exemplo simples, se o agente vira sua cabeça para a esquerda, ele não estranha que o objeto que se encontrava à sua frente agora se encontra à direita do seu campo visual.

Esses apontamentos colocam em questão a tese da neutralidade do conteúdo perceptivo. O ponto central é que o ambiente não é, no mais das vezes, percebido de forma neutra. Do que foi dito, podemos afirmar que o conteúdo perceptivo é carregado com informação pragmática

³¹ NOË, A. (2004). **Action in Perception**. Cambridge: MIT Press.

³² NOË, 2004, p. 51-52.

– relacionado com a ação. A percepção do ambiente submete-se em larga medida aos objetivos que o organismo pretende atingir. Nas ações dirigidas a objetos e eventos do mundo, as propriedades dos objetos são capturadas em função de sua potencialidade motora. Essas propriedades são apresentadas enquanto capacidades que nos permitem agir no ambiente. Assim, perceber é aprender, em sentido prático, de que forma o ambiente estrutura as possibilidades de movimento do agente – voltaremos a isso no próximo capítulo.

Mas não só isso. Pesquisas recentes em um domínio chamado *heurística do afeto* mostram que o conteúdo perceptivo é afetivamente carregado³³. Os fenômenos do mundo físico se nos apresentam de acordo com sua valência, positiva ou negativa. Percebemos algo como prazeroso ou desprazeroso, bom ou mau, belo ou feio, etc. Ademais, dependendo das emoções que estamos vivenciando, podemos perceber mais ou menos elementos no campo visual. Pessoas que sofrem de depressão tendem a ver o mundo esmaecido e em um foco muito estreito. Por outro lado, para pessoas bem-humoradas os objetos no campo visual tendem a aparecer mais vívidos. Além disso, tendem a detectar mais elementos no campo visual.

Começamos este tópico com considerações sobre a concepção de percepção das teorias tradicionais da cognição social. Como afirmamos, trata-se de uma concepção empobrecida em dois sentidos: em primeiro lugar, por conta dos estímulos informacionalmente pobres dado que bidimensionais; em segundo lugar, por causa de sua neutralidade em relação a aspectos pragmáticos, valorativos e afetivos. No capítulo seguinte, apresentaremos a teoria que sustenta uma ideia robusta de percepção, muito diferente daquela proposta pelas teorias tradicionais. Por ora, vejamos, como último passo deste capítulo, o impacto dessas críticas à concepção tradicional de percepção para a percepção do outro na cognição social.

Qual é o impacto dessa ideia empobrecida de percepção na cognição social? Do que afirmamos resultam dois problemas relacionados entre si. Em primeiro lugar, a ideia de que a mente se coloca em algum domínio interno, além do corpo. Como vimos, isso significa um risco de uma retomada de posições muito problemáticas em filosofia da mente, como o dualismo e, conseqüentemente, o ceticismo acerca de outras mentes. Em segundo lugar, justamente por que os estados mentais se escondem neste domínio interno, são necessários recursos cognitivos de alto nível para acessá-los. Assim a cognição social passa a ser compreendida como atividade de alto-nível, de tal maneira que seria difícil concebê-la em crianças na fase pré-lingüística e mesmo em primatas não humanos.

³³ CLORE, G; HUTSINGER, J. How emotions inform judgment and regulate thought. **Trends in Cognitive sciences** 11(9), 393-399, 2007.

Por outro lado, esperamos deixar claro nas páginas que se seguem que a ideia de riqueza do conteúdo da percepção faz justiça à cognição social. Trata-se de uma ideia fecunda do ponto de vista explicativo. Como veremos, o ponto chave é que percebemos mais do que meros movimentos corporais. A informação perceptiva é carregada com uma série de informações sobre o outro, de tal modo que, comumente, tornam-se desnecessárias tanto a Teoria da mente quanto processos de simulação. Além disso, como ainda será colocado, a informação perceptiva acerca do outro é carregada de elementos do ambiente no qual ocorrem as interações e que variam conforme o contexto.

Esses elementos são parte dos elementos que permitem que um mesmo gesto possa ser percebido diretamente, por exemplo, como expressão de gentileza ou de agressividade, dependendo do contexto no qual ocorre a interação entre os agentes. No terceiro capítulo, teremos a oportunidade de tratar desses elementos. Para o que se segue, no segundo capítulo da nossa dissertação, veremos o conceito de *affordances* tal como proposto por Gibson, que é um conceito chave da nossa dissertação. Trataremos da teoria gibsoniana da percepção que, como se sabe, foi uma das primeiras a desafiar o conceito tradicional.

2. PERCEPÇÃO E AFFORDANCES

No capítulo anterior, colocamos o problema de uma concepção empobrecida da percepção na cognição social. Vimos que, apesar das diferenças, tanto a Teoria-teoria, quanto a Teoria da simulação se veem comprometidas com a concepção de um intérprete que se coloca do ponto de vista de terceira pessoa. Desse ponto de vista, a percepção é apenas o início de um processo que requer do agente o emprego de capacidades cognitivas de alto nível, quer seja a posse de uma teoria da mente, quer seja a capacidade de simular os estados mentais das outras pessoas. Esse ponto de vista de terceira pessoa, no entanto, não faz justiça às interações entre os agentes, nas quais há expectativas e comprometimentos mútuos.

O impacto dessas interações na cognição social será visto no terceiro capítulo. Por enquanto, importa observar o seguinte: no último tópico do capítulo anterior, começamos a esboçar uma crítica à ideia de percepção postulada pelas teorias tradicionais da cognição social. Argumentamos, em resumo, que a percepção depende de um corpo em ação, que nossa experiência perceptual vai além dos estímulos da retina e que o conteúdo da percepção é muito mais rico do que as teorias tradicionais parecem supor.

Tendo em vista essas considerações, poderemos neste capítulo desenvolver de modo pormenorizado uma teoria importante que sustenta tal concepção de riqueza perceptiva. Trata-se da teoria das *affordances*, de Jerome Gibson. O percurso argumentativo deste capítulo é tal como se segue: no primeiro tópico, elucidaremos o conceito de *affordances*, tal como proposto por Gibson. Esse conceito é fundamental para o nosso trabalho porque apresenta uma teoria da percepção alternativa a que foi colocada no capítulo anterior. Esclarecido esse conceito poderemos, no segundo tópico, explicar o conceito de riqueza perceptiva e, com ela, a ideia central de nichos de *affordances*. Por fim, no terceiro tópico, apresentaremos uma ideia de percepção que não depende da mediação de representações. No final deste capítulo, teremos o marco teórico no qual será possível desenvolver o conceito de *affordances* sociais e suas consequências para a cognição social.

2.1. A concepção de affordances e a percepção como atividade

No romance “Cem anos de solidão”, a personagem da centenária matriarca Úrsula Iguarán, nos seus últimos anos de vida, após ter acompanhado várias gerações de sua família, foi lentamente vencida pelos infortúnios da velhice. Porém, conservava em si a firmeza de quem

se nega a envelhecer, e, assim, não notava a sua própria cegueira. Porque conhecia “com tanta segurança o lugar onde ficava cada coisa, que ela mesma às vezes se esquecia de que estava cega”¹.

Esse pequeno fragmento sobre a personagem Úrsula Iguarán encarna muito bem o sentido de *affordances* que veremos abaixo. Ela aprendeu ao longo de sua vida a perceber cada coisa de sua casa, pequeno nicho doméstico. Mesmo uma deficiência adquirida, no caso a cegueira, não a limitou de usar os espaços físicos de forma competente. Isso ocorreu pelo aprendizado perceptivo, produto de um engajamento no ambiente ao longo do tempo, que a permitiu ser hábil em suas ações. Mesmo sem o auxílio da iluminação, foi capaz de usar a percepção para guiar-se. Com esse exemplo, podemos introduzir o conceito de *affordances*.

O conceito de *affordances* está ligado à percepção ecológica, de tal modo que perceber significa “ver o ambiente ao nosso redor”². *Affordance*³, do verbo *to afford* (conceder, permitir), é um conceito postulado por Gibson e significa aquilo que o ambiente “oferece ao animal, o que ele provê ou supre”⁴. Isso significa que a percepção do mundo, comumente, submete-se aos propósitos que o organismo pretende atingir. Assim, um copo d’água, por exemplo, é percebido como um objeto passível de ser levado à boca para que o agente mate sua sede assim que ingerir o líquido que ele contém. Uma maçaneta é percebida com um objeto passível de se abrir a porta e assim por diante.

Na medida em que o agente se engaja em ações no mundo, ele passa a ser sensível perceptivamente a esses aspectos que estão relacionados, de diferentes modos, com a sua adaptação. É importante notar que a concepção de percepção como uma capacidade que acessa *affordances* não a torna dependente de processos cognitivos de alto nível. Crianças em fase pré-linguística, que manipulam objetos, e mesmo neonatos que sugam o seio da mãe, já são capazes de perceber *affordances*. Podemos estender ainda mais o escopo deste conceito e aplicá-lo a qualquer organismo que possua habilidades perceptivas. Nesse sentido, organismos adaptados são aqueles que são sensíveis aos aspectos do ambiente pertinentes ao seu modo de vida em particular.

¹ MÁRQUEZ, Gabriel G. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

² “[...] see the environment around us.” MACE, William M. Introduction to the classic edition. In: JAMES, G. **The ecological approach to visual perception, Classical Edition**. New York: Psychology Press, 2015. p. xii.

³ Por se tratar de um termo técnico de James Gibson, não traduziremos *affordance*.

“The verb to afford is found in the dictionary, but the noun affordance is not. I have made it up.” GIBSON, James J. **The ecological approach to visual perception, Classical Edition**. New York: Psychology Press, 2015. p. 120.

*O verbo *to afford* é encontrado no dicionário, mas o substantivo *affordance* não. Eu o inventei. (Tradução nossa).

⁴ GIBSON, 2015. p. 119.

A partir daí, podemos notar uma variabilidade das *affordances* conforme as diferenças entre as capacidades perceptivas das espécies vivas. Essa variabilidade pode sugerir uma concepção idealista das *affordances* porque os ambientes variam conforme as habilidades perceptivas das espécies. Mas não é assim. Não se trata de perder de vista a ideia de um mundo independente, ou de um mesmo mundo físico no qual todas as espécies habitam. Dito de outro modo, as *affordances* não terminam por afastar os agentes do contato com o mundo físico. Vejamos.

Gibson afasta a ameaça de idealismo ao descrever o ambiente e os diferentes tipos de *affordances* como meio, substância, pessoas e animais. Segundo ele, “quem percebe entra em contato direto com o meio graças à sensibilidade do animal às estruturas invariantes da luz ambiente”⁵. Como afirmamos acima, a percepção do ambiente, de acordo com Gibson, submete-se aos objetivos do agente. A informação perceptiva está parcialmente determinada pelas capacidades de ação. Por exemplo, os objetos se mostram como passíveis de ser utilizados, ou manipulados, de diferentes formas. Desse modo, a afirmação de que a percepção é dirigida para *affordances* significa que o conjunto de elementos relacionados a aspectos invariantes que o ambiente, ele mesmo, propicia ao agente. Nas palavras de Gibson, “o que ele oferece ao animal, o que ele oferece para o bem ou para o mal”⁶. Ora, se o ambiente fosse diferente ou com outros elementos invariantes, os agentes perceberiam outras coisas. Daí se segue que as *affordances* possuem uma dupla relatividade, a saber: elas tanto se referem às capacidades perceptivas e motoras dos agentes, quanto ao mundo ele mesmo. Sendo o ambiente oferecedor de um conjunto de *affordances*, cabendo ao agente captar as possibilidades oferecidas, elas podem ser concebidas como propriedades relacionais. Ou seja, dizem respeito tanto ao meio quanto às habilidades do organismo.

A concepção da percepção do mundo como um conjunto de *affordances* dotadas de valor adaptativo traz consigo a tese de que a percepção carrega significados. Trata-se de um rompimento com a visão filosófica e cognitiva já vista de que percebemos meros estímulos sensoriais desprovidos de sentido. Isso porque, como as *affordances* são relacionais, as coisas já se apresentam como investidas de valor para serem utilizadas, bastando para isso habilidade e competência do indivíduo para perceber os seus usos. Por exemplo, um tronco de árvore na altura dos joelhos oferece a possibilidade de se sentar para determinadas espécies,

⁵ “[...] whoever perceives it comes into direct contact with the environment thanks to the animal’s sensitivity to the invariant structures of ambient light.” NOË, Alva; THOMPSON, Evan. **Vision and Mind: Selected Readings in the Philosophy of Perception**. MIT-Press, 2002, p. 4.

⁶ “[...] what it offers the animal, what it *provides* or *furnishes*, either for good or ill.” GIBSON, 2015, p. 119.

independentemente da capacidade conceitual de se classificar esse objeto como sendo de um tipo de madeira, cor etc., se acaso assemelha-se ou não com uma cadeira.

Dado que a percepção é voltada primeiramente para *affordances*, ou seja, para o que se pode fazer com as coisas no ambiente no qual o agente se encontra engajado, não se fazem necessárias qualquer capacidade abstrativa ou inferencialista para que os objetos tenham significado – ao menos um significado prático. O significado dos objetos diz respeito à ideia de que o ambiente é estruturado para abrigar um determinado agente, ou uma espécie. Mesmo que a existência do ambiente não dependa do organismo, o ambiente permite ou não condições para que o animal se desenvolva e evolua. Por isso, as condições ambientais, ou ecológicas, já se apresentam dotadas de significados favoráveis à sobrevivência, não sendo necessário ao agente nomear ou conceituar o espaço ao seu redor de forma explícita, ao menos para que sua ação tenha sucesso.

Dessa adaptabilidade do organismo a um determinado ambiente já significativo para a sua existência de forma relacional, não se segue que as *affordances* signifiquem o mesmo que *habitat*. O conceito de *affordances* vai além disso, porque pode não ser somente o lugar onde o organismo vive, mas sim, deve ser o lugar aclimatado ao animal, tendo em vista suas capacidades necessárias à sua sobrevivência. Isso inclui também tudo o que no ambiente se apresenta como hostil para os processos adaptativos de uma determinada espécie.

Tomemos, como exemplo, um grupo de indígenas isolados na floresta amazônica. O lugar de sua permanência na mata deve favorecer superfícies razoavelmente planas para a construção de habitação e caça, rios para a pesca e água para hidratação. Além disso, essa estrutura favoreceu o afastamento de outros grupos não ajustados àquela forma de vida, pois do seu contato poderia desajustar o padrão estabelecido para a vida daquela população.

Aqui é esclarecedora a distinção entre ambiente e mundo físico para o andamento da conceituação das *affordances*. Com efeito, o mundo físico, tal como concebido pela física, nem sempre gera ambiente favorável ao desenvolvimento do organismo. Há milhões de anos, existia um clima terrestre constituído, porém “não era um ambiente propriamente dito”, pois não oferecia condições para a manutenção e sobrevivência dos organismos. Por outro lado, quando o ambiente está em contiguidade com o animal, ou seja, quando “nenhum animal poderia existir sem um ambiente ao seu redor”⁷, a manutenção e surgimento da vida são sustentadas.

A partir dessas considerações, podemos afirmar que Gibson defende a chamada percepção ecológica. A abordagem é “ecológica” porque, segundo Gibson, contempla a

⁷ “No animal could exist without an environment surrounding it.” GIBSON, 2015, p. 4.

descrição do ambiente. Isso se deve ao fato de que trata de coisas diversas do que lida o mundo da física ou da pura objetividade: o mundo ecológico e o da física estão em níveis diferentes de compreensão. Com efeito, no mundo da física, muitas vezes, imerso em abstrações, submerge o significado prático dos objetos. Nesse mundo, não há lugar para a ideia de uma percepção ecológica. Isso porque o ponto de vista de um cientista está direcionado, tanto quanto possível, ao mundo tal como ele é, ou seja, em sua objetividade. Não se trata de uma ideia de mundo tal como aparece para ele, de acordo com suas capacidades perceptivas relacionadas à prática. Note-se que o mesmo não acontece no mundo ecológico, pois nele os fenômenos são dotados de significado de forma direta. Nesse caso, “a percepção é direta e não precisa ser suplementada por conceitos, inferências ou material armazenado na memória de longo prazo”⁸.

Nossas considerações sobre a percepção ecológica em Gibson permitem um conceito de percepção muito diferente do que foi colocado no primeiro capítulo desta dissertação. Como vimos, a concepção tradicional, defendida tanto pela Teoria-teoria, quanto pela Teoria da simulação, é de que a percepção se depara com um amálgama de estímulos bidimensionais desprovidos de sentido. A percepção consciente do mundo, ou seja, o campo visual constituído por três dimensões do qual somos conscientes, resulta de um processo abstrativo e reflexivo de alto nível. Ora, o conceito de percepção ecológica mostra, ao invés disso, que a percepção se depara com um ambiente estruturado. Com efeito, Gibson se posiciona contrariamente à concepção enfraquecida da percepção. Para ele, a percepção não é “o processamento de entradas sensoriais, mas a extração de invariantes do fluxo de estímulo”⁹. Este é o ponto central que define a percepção ecológica e que rejeita uma noção de percepção, até então, alicerçada nas duas correntes das teorias tradicionais da cognição social, a Teoria-teoria e a Teoria da simulação, como se viu no capítulo anterior.

Veja-se que a concepção tradicional de percepção visual, segundo a qual “os estímulos retiniais seriam a entrada e a visão de eventos ou objetos tridimensionais no ambiente circundante seria a saída”¹⁰, vigente nas décadas de 60 e 70 do século passado, será superada com o conceito da percepção ecológica, porque, de acordo com Gibson,

⁸ “[...] perception is direct and does not need to be supplemented by concepts, inferences, or material stored in long-term memory.” GINSBURG, G. The ecological perception debate: an affordance of the journal for the theory of social behaviour. **Journal for the Theory of Social Behaviour**. [online] 2007, p. 348. Disponível em: DOI:10.1111/j.1468-5914.1990.tb00193.x. Acesso em: 23 fev. 2023.

⁹ “This is not the processing of sensory inputs, however, but the extracting of invariants from the stimulus flux.” GIBSON, 2015, p. xiv.

¹⁰ CARVALHO, E. M. Psicologia Ecológica: da percepção à cognição social. **Escritos de Filosofia V: Linguagem e cognição**. [online] 2021, p. 3. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/eroscarvalho/publications/psicologia-ecologica-da-percepcao-a-cognicaosocial>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Os receptores são *estimulados*, enquanto um órgão é *ativado*. Pode haver estimulação de uma retina pela luz sem qualquer ativação do olho por informação de estímulo. [...] o olho faz parte de um órgão duplo, um de um par de olhos móveis e eles estão inseridos em uma cabeça que pode girar, ligados a um corpo que pode se mover de um lugar para outro. Esses órgãos formam uma hierarquia e constituem o que chamarei de sistema perceptivo. Tal sistema nunca é simplesmente estimulado, mas pode entrar em atividade na presença de informação de estímulo¹¹.

Este aspecto, salientado por Gibson, contrapõe-se à ideia tradicional de que a percepção visual é instantânea, vale dizer, não se inscreve em um curso temporal. Tal como foi colocado no capítulo anterior, a percepção foi tradicionalmente concebida como uma fotografia da realidade em que todos os aspectos do campo visual são capturados ao mesmo tempo. Este entendimento sobre a visão instantânea se dá a partir da concepção de um olho imóvel, ou seja, configurado como uma câmera, para capturar blocos de imagens para ser enviada ao cérebro. Por outro lado, Gibson sustenta no excerto acima uma concepção de percepção que não exclui as atribuições atinentes ao olho, porém, trata-se de uma concepção mais ampla, já que engloba os olhos em uma cabeça que pode girar, que faz parte de um corpo apoiado por um solo e assim por diante. Assim, o cérebro é “apenas o órgão central de um sistema visual completo”¹².

Pode-se dizer que uma aplicação de energia de estímulo que exceda o limiar causa uma resposta do mecanismo sensorial, e a resposta é um efeito. Mas não se pode dizer que a presença de informação de estímulo cause percepção. A percepção não é uma resposta a um estímulo, mas um ato de captação de informações. A percepção pode ou não ocorrer na presença da informação. A consciência perceptiva, ao contrário da consciência sensorial, não tem nenhum limiar de estímulo detectável. Depende da idade do perceptor, quão bem ele aprendeu a perceber e quão fortemente ele está motivado para perceber. Se as percepções são baseadas em sensações e as sensações têm limites, então as percepções devem ter limites. Mas não o fazem, e acredito que a razão para isso é que as percepções não se baseiam em sensações. Existem magnitudes para estímulos aplicados acima das quais as sensações ocorrem e abaixo das quais não. Mas não há magnitude de informação acima da qual a percepção ocorra e abaixo da qual não.¹³

¹¹ “Receptors are *stimulated*, whereas an organ is *activated*. There can be stimulation of a retina by light without any activation of the eye by stimulus information. [...] the eye is part of a dual organ, one of a pair of mobile eyes, and they are set in a head that can turn, attached to a body that can move from place to place. These organs make a hierarchy and constitute what I have called a perceptual system. Such a system is never simply stimulated but instead can go into activity in the presence of stimulus information.” GIBSON, 2015, p. 47.

¹² “[...] just the central organ of a complete visual system.” GIBSON, 2015, p. 47.

¹³ “An application of stimulus energy exceeding the threshold can be said to cause a response of the sensory mechanism, and the response is an effect. But the presence of stimulus information cannot be said to cause perception. Perception is not a response to a stimulus but an act of information pickup. Perception may or may not occur in the presence of information. Perceptual awareness, unlike sensory awareness, does not have any discoverable stimulus threshold. It depends on the age of the perceiver, how well he has learned to perceive, and how strongly he is motivated to perceive. If perceptions are based on sensations and sensations have thresholds, then perceptions should have thresholds. But they do not, and the reason for this, I believe, is that perceptions are not based on sensations. There are magnitudes for applied stimuli above which sensations occur and below which they do not. But there is no magnitude of information above which perceiving occurs and below which it does not.” GIBSON, 2015, p. 50.

A percepção como captura é importante para o que vem a seguir, pois a captura dos recursos do meio é necessária para a formação adequada do processo perceptivo. Além disso, essa captura depende de um agente disposto a detectar as informações concernentes aos seus interesses, bem como a aprendizagem adquirida ao longo do tempo. Gibson é enfático neste ponto ao não identificar a percepção à sensação, pois as sensações são internas e episódicas, de tal modo que não constituem o conteúdo perceptivo. Por outro lado, a informação perceptiva não depende de nada interno aos agentes que as faça existir ou não.

Então, a partir desse entendimento sobre os estímulos, as diferenças concernentes “entre a retina e o olho, ou seja, a diferença entre receptores e um órgão perceptivo”¹⁴, fundamentam a teoria da percepção ecológica embasada no ambientalismo, já que a percepção não é formada tão somente pelo estímulo, mas pela captura de informação disponível no ambiente. Assim, “todas as teorias assumiram que a percepção visual de um mundo estável, ilimitado e permanente só pode ser explicada por um processo de correção ou compensação pelas sensações instáveis, limitadas e fugazes que chegam ao cérebro a partir das imagens da retina”¹⁵.

Note-se de passagem que a compreensão da ótica clássica, alicerçada na teoria de que só a luz pode entrar no olho como estímulo para, em seguida, formar imagens, é também questionável. Aqui não se coloca em dúvida a importância da iluminação para a visão, porém somente ela não basta, pois o impacto de estímulos sensoriais bidimensionais não pode ser pensado de forma direta. Afinal, tais estímulos não podem ser concebidos como informações significativas do ambiente. Desta forma, o argumento de que as sensações produzidas pelos estímulos são geradoras de percepção é refutado, uma vez que elas têm uma natureza episódica.

Para fundamentar a tese de que a percepção não se depara com meros estímulos sensoriais, Gibson mostra que um organismo pode estar muito bem receptivo e com os seus órgãos sensoriais íntegros para receber um conjunto de estímulos do mundo. Mesmo assim, faltaria o que na linguagem ecológica é o fundamental, a saber, a informação, sem a qual percepção alguma seria possível. Contra a tese de que tais estímulos se apresentam no conteúdo perceptivo, Gibson observa que em uma situação de neblina, apesar de haver iluminação, não há condições para haver percepção.

¹⁴ “[...] between the retina and the eye, that is, the difference between receptors and a perceptual organ.” GIBSON, 2015, p. 47.

¹⁵ “[...] all theories have assumed that the visual perception of a stable, unlimited and permanent world can only be explained by a process of correction or compensation for the unstable, limited and fleeting sensations that reach the brain from retinal images.” GIBSON, James J. A Theory of Direct Visual Perception. In: **Vision and Mind: Selected Readings in the Philosophy of Perception**. MIT-Press, 2002, p. 76.

Nessa linha argumentativa, que estabelece uma distinção entre estimulação e informação de estímulo, Chemero mostrou que, em uma situação de uma sala iluminada e com neblina, certamente os agentes dispostos na sala têm as suas células da retina estimuladas quando a luz penetra no órgão da visão e excita os bastonetes e cones. Porém, e isso é o mais importante, os olhos não captam nenhuma informação, o que seria o mesmo que olhar para o sol e nada ver. Neste processo, não houve assimilação da informação, porque a luz uniforme e convergente proveniente das diversas partes da sala, bem como o foco direcional do olho, não especifica de forma estruturada as superfícies do ambiente. Do contrário, ou seja, se não houvesse neblina, a luz atingiria a superfície da sala e a sua reflexão nos “componentes químicos e a textura de suas superfícies” determinariam as características dada pela luz. Assim, são as estruturas das superfícies e suas texturas, e a iluminação que nelas se projeta, que se colocam como informações perceptivas necessárias para que o agente capture perceptivamente informações relevantes para o seu ajuste no ambiente¹⁶.

Como demonstrado, quando não há a estruturação da iluminação, o organismo é desorientado. Dessa maneira, “a percepção visual pode falhar não apenas por falta de estímulo, mas também por falta de informação de estímulo”¹⁷. Neste caso, a teoria da estimulação se torna pouco plausível, dado que

As supostas sensações resultantes dessa estimulação não são os dados para a percepção. A estimulação pode ser uma condição necessária para ver, mas não é suficiente. Tem que haver informação de estímulo disponível para o sistema perceptivo, não apenas estimulação dos receptores¹⁸.

Neste trabalho não iremos esmiuçar as teorias acerca do estímulo e de suas possíveis contribuições para a cognição, dado que fugiria ao propósito da pesquisa. O que se quer ao demonstrá-la é estabelecer um contraponto entre estímulos na retina e informação perceptiva disponível no ambiente, de tal modo que “a velha ideia de que as entradas sensoriais são convertidas em percepções por operações da mente é rejeitada”¹⁹. O que nos importa ressaltar é que a percepção, já que não pode ser alicerçada nas sensações, é, segundo a abordagem

¹⁶ CHEMERO, Anthony. Information and Direct Perception. In. **Radical Cognitive Science**. Cambridge: MIT-Press, 2009a, p. 106.

¹⁷ “Visual perception can fail not only for lack of stimulation but also for lack of stimulus information.” GIBSON, 2015, p. 47.

¹⁸ “The supposed sensations resulting from this stimulation are not the data for perception. Stimulation may be a necessary condition for seeing, but it is not sufficient. There has to be stimulus information available to the perceptual system, not just stimulation of the receptors.” GIBSON, 2015, p. 49.

¹⁹ “[...] the old idea that sensory inputs are converted into perceptions by operations of the mind is rejected.” GIBSON, 2015, p. xiv.

ecológica, fundamentada segundo a *matriz óptica do ambiente*²⁰. Neste ponto, fica delineada a estrutura da percepção, ou seja, o modo como ela é consolidada, pois a organização é necessária para discriminar o ambiente ou, como se disse acima, descrever a percepção que já é dada em uma superfície, *layout* ou ambiente iluminado.

A partir da percepção ecológica, a concepção da pobreza do estímulo, a qual requer o emprego de capacidades cognitivas de alto nível, perde relevância. Com efeito, o que se vê, segundo Gibson, é a matriz óptica do ambiente consolidada pelo próprio ambiente, o qual a sua estrutura permite a percepção adequada. Este aspecto da matriz óptica do ambiente é fundamental para a compreensão gibsoniana porque há uma mudança de perspectiva teórica ao conceber a estrutura da percepção²¹. Se, em um dado momento, tal percepção era explicada a partir de uma descrição de processos internos aos organismos, agora é analisada segundo a perspectiva ecológica, pois “este não é o mundo da física, mas o mundo no nível da ecologia”²².

Como vimos, a estruturação é essencial no processo de reconhecimento e percepção do ambiente, pois sem ela não há informação a ser percebida. Essa estrutura da luz ambiente se dá por meio de um arranjo “subdividido em partes componentes”, ou seja, estão dentro de um aninhamento hierárquico, como, por exemplo, montanhas, desfiladeiros, árvores, folhas e células²³.

Essa hierarquia consiste num arranjo óptico a partir das superfícies sólidas, tendo, segundo Gibson, “um vértice comum”²⁴, que permite a consolidação da estrutura e, por conseguinte, a percepção da matriz óptica do ambiente. Isso se opõe a um conjunto de raios que se interceptam e não são sólidos e, assim, não favorecem uma estrutura sólida do ambiente. Desta forma, a matriz óptica do ambiente, fundamental para a percepção, é explicitada pelos objetos que constituem a hierarquização das coisas numa superfície preenchida e sem lacunas, permitindo, ao ser visualizada, estruturação, localização e percepção, sem que uma concepção da percepção com base em sensações internas viesse à tona.

Em suma, para consolidar o percurso argumentativo da abordagem ecológica da percepção de Gibson, Chemero sintetiza o que até aqui foi levantado ao dizer que

Existem dois pontos principais na teoria da percepção de Gibson. Primeiro, Gibson discordou da tradição que considerava o propósito da percepção visual como sendo a reconstrução interna do ambiente tridimensional a partir de entradas bidimensionais. Em vez disso, a função da percepção é a orientação da ação adaptativa. Em segundo lugar, Gibson (1966, 1979) rejeitou as visões clássicas de percepção nas quais a

²⁰ GIBSON, 2015, p. 45.

²¹ Refere-se à dificuldade que se tem para definir a noção de estrutura. Cf. GIBSON, 2015, p. 58.

²² “[...] this is not the world of physics, but the world at the level of ecology.” GIBSON, 2015, p. xiv.

²³ GIBSON, 2015, p. 60.

²⁴ GIBSON, 2015, p. 60.

percepção resulta da adição ou processamento de informação na mente à sensação causada fisicamente; isto é, ele rejeitou a percepção como uma ginástica mental. Esta forma de compreender a percepção através do processamento de informações, pensava Gibson, coloca uma lacuna intransponível entre a mente (onde a informação é adicionada e a percepção acontece) e o mundo (onde a luz meramente física interage causalmente com a retina). Em vez disso, argumentou Gibson, a percepção é um processo direto – não inferencial, não computacional – no qual a informação é reunida ou captada na exploração ativa do ambiente²⁵.

A partir desses dois pontos há uma guinada na maneira de conceber as questões e problemas relacionados à percepção, porque tais teses sustentarão o que Mace afirma que “o maior impacto de Gibson foi por meio de seu conceito de ‘affordance’”²⁶. Para Chemero, tais teses cooperam para a mais “conhecida” teoria de Gibson, a *Teoria das affordances*. Pois, compreendidos os contornos da psicologia ecológica, não se hesita em afirmar que a percepção se depara com um conjunto vasto de *affordances*²⁷.

2.2. A riqueza informacional do mundo percebido

A noção de percepção ecológica traz consigo a ideia de um ambiente rico de informações, numa matriz óptica e um organismo que age e tem a percepção viabilizada pela ação. O organismo é solicitado ao utilizar o próprio corpo para capturar as informações disponíveis para ele. Como foi colocado, a teoria tradicional estava centrada em padrões de impressão dos receptores de traduções informacionais pelos órgãos dos sentidos. Logo, há uma lacuna entre os estímulos na retina e a imagem mental. A percepção consciente do mundo, aquilo que podemos descrever no campo visual, é, portanto, indireta. Agora, temos a ideia de um corpo que percebe o ambiente ao explorá-lo por meio de ações. Para Gibson, a percepção não é uma construção sensitiva, mas dotada de funções adaptativas. Nesse sentido, segundo

²⁵ “There are two main points in Gibson's theory of perception. First, Gibson disagreed with the tradition that considered the purpose of visual perception to be the internal reconstruction of the three-dimensional environment from two-dimensional inputs. Instead, the function of perception is orientation of adaptive action. Second, Gibson (1966, 1979) rejected classical views of perception in which perception results from the addition or processing of information in the mind to physically caused sensation; that is, he rejected perception as mental gymnastics. This way of understanding perception through information processing, Gibson thought, places an unbridgeable gap between the mind (where information is added and perception happens) and the world (where merely physical light interacts causally with the retina). Rather, Gibson argued, perception is a direct process – non-inferential, non-computational – in which information is gathered or captured in the active exploration of the environment.” CHEMERO, 2009a, p. 106.

²⁶ “Gibson’s greatest impact was through his concept of ‘affordance’”. MACE, William M. Introduction to the classic edition. In: JAMES, G. **The ecological approach to visual perception, Classical Edition**. New York: Psychology Press, 2015. p. xvi.

²⁷ CHEMERO, 2009a, p. 106.

Mace, há certa intencionalidade do organismo ao capturar as informações e se servir delas para si próprio. Essa intencionalidade do agente é percebida por ele por meio das ricas informações existentes. Tal como afirma Gibson,

A concepção tradicional de sentido é quase totalmente abandonada nessa nova abordagem. A estimulação pela luz e as correspondentes sensações de brilho são tradicionalmente consideradas a base da percepção visual. Supõe-se que as entradas dos nervos sejam os dados nos quais operam os processos perceptivos no cérebro. Mas faço uma suposição bem diferente, porque a evidência sugere que os estímulos como tais não contêm nenhuma informação, que as sensações de brilho não são elementos de percepção e que as entradas da retina não são elementos sensoriais nos quais o cérebro funciona²⁸.

Esse fragmento alerta para o problema da concepção empobrecida da percepção porque recai numa concepção subjetiva e inferencialista, em que o ambiente não era visto como significativo. Para que se pudesse trazer à tona o modo como o mundo oferece possibilidades de ação aos organismos, foi necessário considerar, em primeira instância, os estímulos na retina e a manipulação feita por um cérebro que os transforma.

Como temos visto, Gibson transforma essa concepção ao dizer que a informação já é algo consolidado no mundo, com todos os seus significados e possíveis usos. Para capturar informação relevante, basta que os organismos empreguem suas habilidades perceptivo-motoras, pelas quais podem explorar os recursos disponíveis. Por exemplo, em uma superfície rígida e plana, é possível que um animal bípede possa andar. Entretanto, se um agente não souber discernir entre uma planície rígida de uma praia e uma planície inundada de um pântano, que dificulta a locomoção de animais bípedes, a sua prática não terá sucesso, falhará ao usar as *affordances* de forma errada.

Como o conceito de *affordances* requer um animal ativo, a riqueza informacional do mundo percebido pode falhar, não por falta das informações, mas pela falta de percepção do agente. Entretanto, o conceito de *affordances* não é desfeito quando o indivíduo não consegue acessar tais informações, porque, em casos assim, dependerá de fatores de educação, aprendizagem, adaptabilidade ao ambiente etc. A respeito da aprendizagem perceptiva, podemos dizer que as habilidades perceptivas do indivíduo estão ajustadas a um determinado *habitat*, de modo a gerarem estabilidade ao agente através de sua *expertise*. É importante notar,

²⁸ “The traditional conception of sense is almost entirely abandoned in this new approach. Stimulation by light and corresponding sensations of brightness are traditionally considered the basis of visual perception. Nerve inputs are assumed to be the data on which perceptual processes operate in the brain. But I make a very different assumption, because the evidence suggests that the stimuli as such do not contain any information, that bright sensations are not elements of perception, and that retinal inputs are not sensory elements on which the brain functions.” GIBSON, 2015, p. 47.

segundo Chemero, algumas consequências desta ideia de riqueza perceptiva: a primeira, como já afirmamos, essencial para a abordagem ecológica, é que a percepção é direta, ou seja, depende de o agente atentar para a rica informação do ambiente e explorá-la segundo suas necessidades. Assim, como os agentes fazem parte do ambiente, ou seja, estão “acoplados” a ele, de modo que a informação de alguma forma faz parte da constituição do organismo. Quanto a isso, Chemero enfatiza que “nunca há necessidade de recorrer a representações durante o rastreamento”²⁹. Com efeito, de acordo com a teoria da percepção ecológica, a eficiência ou não de tal rastreamento nunca é tida de forma representacional, mas sempre direta³⁰ (voltaremos a isto).

Uma segunda consequência apontada por Chemero é que a explicação sobre os casos em que o agente se equivoca, ao perceber erroneamente as informações disponíveis, diz respeito, como afirmamos anteriormente, ao grau de aprendizagem, idade e o relacionamento exploratório que ele cultiva com o meio. É certo que há casos de uma inadequação com o ambiente, por exemplo, quando o agente pega uma alça de panela de alumínio quente sem a devida informação de sua temperatura. Mesmo assim, as *affordances* permanecem abertas a um uso adequado.

Note-se, de passagem, que a interpretação de Chemero não é a única no campo das discussões das *affordances*. Kiverstein e Rietveld, por exemplo, discordam em parte de Chemero sobre alguns aspectos da teoria da percepção direta de Gibson, notadamente os que dizem respeito às *affordances* como características do ambiente. É certo que o caráter relacional das *affordances* é um ponto pacífico entre os pesquisadores. Entretanto, Kiverstein e Rietveld³¹ não concordam com Chemero quando este conceitua as *affordances* como *características* do ambiente, como apresentado acima. Para eles existem, *aspectos* do ambiente que são definidores da ação individual, enquanto solicitam determinados comportamentos. Mas não podem ser concebidos como características pertencentes ao ambiente.

O ponto relevante trazido à tona por Kiverstein e Rietveld é que a ideia de “forma de vida” leva em conta as *affordances* como constitutivas de práticas sociais, orientada por uma série de elementos, como valores, normas entre outros elementos tradicionais. Desta forma, as habilidades do animal estariam condicionadas aos aspectos do ambiente pertinentes para um

²⁹ “[...] there is never a need to resort to representations during tracking.” CHEMERO, 2009, p. 115.

³⁰ CHEMERO, 2009, p. 115.

³¹ KIVERSTEIN, Julian; RIETVELD, Erik. A Rich Landscape of Affordances. In. **Ecological Psychology**, 2014, 26:4, 325-352, DOI: 10.1080/10407413.2014.958035

tipo de vida. O ganho explicativo dessa concepção consiste em apontar para uma riqueza do conceito de *affordances*. De acordo com Kiverstein e Rietveld,

A primeira melhoria que sugerimos à definição padrão de *affordances* é, portanto, situar as *affordances* no contexto de uma forma de vida. As *affordances* são possibilidades de ação que o ambiente oferece a uma forma de vida, e um nicho ecológico é uma rede de *affordances* inter-relacionadas disponíveis numa determinada forma de vida com base nas capacidades manifestadas nas suas práticas – nas suas formas estáveis de fazer as coisas. Uma *affordance* individual é um aspecto desse nicho³².

Com esta ideia de que as *affordances* estão situadas em um contexto de vida, Kiverstein e Rietveld alargam a compreensão das *affordances*. É certo que um indivíduo, ao dispor das possibilidades de ação que o ambiente lhe fornece, deverá ter as habilidades corporais e cognitivas pertinentes para se ajustar às disposições materiais que lhes são apresentadas. Mas, além disso, os autores afirmam que a pertinência e relevância das *affordances*, vale dizer, seus significados, dependem de uma forma de vida na qual os agentes de determinadas espécies estão inseridos. O conceito de forma de vida é importante porque, nas espécies superiores, como humanos e outros primatas, há um horizonte normativo no qual as *affordances* estão inseridas. Pense-se, a título de exemplo, nos artefatos simbólicos dotados de uma gama de significados em determinados contextos. Por exemplo, há um modo correto de manipulá-los, tendo em vista os padrões normativos em cada contexto.

Acima, discorremos sobre os nichos, dado seu lugar de importância conceitual para a elucidação das *affordances*, aqui abordaremos novamente, pois os nichos são a base para as *affordances* sociais e sua adequada compreensão corrobora para a definição coerente das *affordances*. Perceber que o nicho, segundo Gibson, difere do *habitat* é aceitar a sua contextualização em um estado de vida, ou como se aceita nesta pesquisa, uma forma de vida, diz respeito *como* o indivíduo molda este lugar onde vive, com suas peculiaridades, disposições e acomodações para a fluência natural da vida, pois,

O ambiente natural oferece muitos modos de vida, e diferentes animais têm diferentes modos de vida. O nicho implica uma espécie de animal, e o animal implica uma espécie de nicho. Observe a complementaridade dos dois. Mas observe também que o ambiente como um todo, com suas possibilidades ilimitadas, existia antes dos animais. As condições físicas, químicas, meteorológicas e geológicas da superfície da

³² “The first improvement we suggest to the standard definition of affordances is, therefore, to place affordances in the context of a form of life. Affordances are possibilities for action that the environment offers to a form of life, and an ecological niche is a network of interrelated affordances available in a given form of life based on the capabilities manifested in its practices – in its stable ways of doing things. An individual affordance is one aspect of this niche.” KIVERSTEIN; RIETVELD, 2014, p. 330.

terra e a pré-existência da vida vegetal são o que torna possível a vida animal. Eles tiveram que ser invariáveis para que os animais evoluíssem³³.

A riqueza informacional do mundo percebido refere-se às relações entre o animal e o seu nicho e de como essas informações são solicitadas pelos agentes. Ao se consolidar um determinado nicho, ou seja, um modo de vida relacionado a um ambiente, certamente haverá uma evolução da natureza animal, bem como humana para melhorar cada vez mais o lugar onde vive. À medida que esse ambiente é explorado, passa a ser mais conhecido e as informações nele existentes ficam cada vez mais especializadas. Tal fluência gera uma confiança e o acoplamento fica mais firme, com poucas chances de esse ambiente se tornar inóspito ao agente.

No entanto, essa consolidação somente é possível com as informações do ambiente e um ambiente só se coloca como nicho quando as suas estruturas ambientais estiverem consolidadas no animal, porque sem as devidas capturas das informações, ou sem o seu devido rastreamento, as habilidades do agente não são executadas por falta de traquejo com os arranjos do ambiente. No mundo humano, pela complexidade das *affordances* do ambiente, os nichos que são conjuntos de *affordances* são entendidos nos usos que tornam possível consolidar a permanência dos agentes em determinados contextos. Por serem públicas, as *affordances* têm um mundo informacional compartilhado, o que permite uma riqueza nas trocas relacionais humanas.

2.3. Nichos informacionais

Vimos que a noção de *affordances* envolve um conjunto de aspectos do mundo que possui pertinência para o ajuste dos agentes no mundo. Quanto a isso, destaca-se a noção de ambiente, mencionada anteriormente. No que diz respeito à importância da percepção para processos adaptativos, os agentes não se deparam simplesmente com uma realidade objetiva ou independente, mas sim com um espaço no qual as características dos objetos estão relacionadas às capacidades ou disposições motoras correspondentes.

Uma consequência deste argumento é que o ambiente, dotado de um conjunto amplo de *affordances*, exerce um papel importante sobre as capacidades sensoriais e cognitivas dos

³³ “The natural environment offers many ways of life, and different animals have different ways of life. The niche implies a species of animal, and the animal implies a species of niche. Note the complementarity of the two. But also note that the environment as a The whole, with its unlimited possibilities, existed before animals. The physical, chemical, meteorological and geological conditions of the earth's surface and the pre-existence of plant life are what make animal life possible. They had to be invariable so that animals evolved.” GIBSON, 2015, p. 120-121.

agentes. Nesse processo, podemos observar dois pontos: em primeiro lugar, o ambiente natural, que não sofreu a ação do ser humano, contém um conjunto de *affordances* pertinentes ao modo de vida das espécies. Em segundo lugar, os agentes se engajam ativamente no ambiente de modo a alterá-lo para que possa atender às suas necessidades adaptativas.

Do ponto de vista da teoria da evolução, é fundamental mencionar que a intervenção e modificação do ambiente pelos indivíduos de diferentes espécies, e sua permanência e mudança ao longo das gerações, tem sido compreendido como essencial à evolução dessas espécies.³⁴

Poderia parecer, à primeira vista, que nichos são meros efeitos das disposições genéticas ou comportamentais das espécies. Entretanto, de acordo com Laland e Smee, nichos também são parte do conjunto de causas responsável pela trajetória evolutiva das espécies. Ocorre que nichos respondem por *feedbacks* que interferem na evolução biológica ao longo do tempo. A título de exemplo, considere-se as teias de aranha. Pode parecer que elas são apenas resultantes das atividades das aranhas. Entretanto, teias de aranha selecionam determinadas formas de captura. De tal modo que apenas as aranhas com essas habilidades sobreviverão e, portanto, deixarão filhotes.

Vale a pena nos determos neste ponto, que se expressa na teoria dos nichos informacionais. Gibson define os nichos do seguinte modo:

Os ecologistas têm o conceito de nicho. Diz-se que uma espécie de animal utiliza ou ocupa um certo nicho no ambiente. Isso não é exatamente o mesmo que o *habitat* da espécie; um nicho refere-se mais a *como* um animal vive do que *onde* ele vive. Sugiro que um nicho seja um conjunto de *affordances*³⁵.

A noção de nicho como um conjunto de *affordances* enfatiza que, para cada espécie de animal, há um tipo específico de nicho que lhe corresponde. As estruturas do nicho são organizadas por meio de uma matriz óptica do ambiente invariante, como “as condições físicas, químicas, meteorológicas e geológicas da superfície da terra e a pré-existência da vida vegetal”³⁶. Essas estruturas tiveram que ser estáveis para possibilitar a evolução dos animais, logo, a adequação do animal ao ambiente é inseparável para a sua sobrevivência em determinado local, pois, sem as devidas condições não existiria um meio solidário à percepção.

³⁴ LALAND; SMEE, 2012.

³⁵ “Ecologists have the concept of a niche. A species of animal is said to utilize or occupy a certain niche in the environment. This is not exactly the same as the species’ *habitat*; a niche refers more to *how* an animal lives than than *where* he lives. I suggest that a niche is a set of *affordances*.” GIBSON, 2015, p. 120, grifos do autor.

³⁶ “[...] the physical, chemical, meteorological and geological conditions of the earth’s surface and the pre-existence of plant life.” GIBSON, 2015, p. 120-21.

Ora, sem a percepção não haveria possibilidade de ação do organismo, já que ela é imprescindível para o agente se guiar e manter.

Assim, “um nicho ecológico é uma rede de *affordances* inter-relacionadas disponíveis numa determinada forma de vida com base nas capacidades manifestadas nas suas práticas – nas suas formas estáveis de fazer as coisas”³⁷. Os nichos propiciam ao agente a evolução da espécie através de suas próprias ações para se estabelecer em determinado local. Como se vê, a noção de nicho está intimamente ligada à noção de animal. O animal, ajustado ao seu ambiente, pode agir dentro de um espaço geográfico que está alinhado às suas características corporais; um animal jamais mantém sua existência e de sua espécie em um cenário hostil, que não corresponda às suas disposições fisiológicas. Neste caso, há possibilidade de extinção da espécie ou co-evolução para se adequar às estruturas do ambiente.

A adequação do animal ao ambiente decorre de sua adaptação, daí sucedem novas performances que são introduzidas ao longo do tempo. Como diz Gibson, mudanças, que muitas vezes passam despercebidas pelos organismos, são introduzidas, ou incorporadas, como hábitos na espécie. Estes novos padrões encontrados pelo animal, como adequação e adaptação, são possíveis por conta de uma estrutura informacional percebida pelo próprio animal, sem que a utilização de inferências seja solicitada, pois o ambiente impele o indivíduo para que ele aja. E essa propulsão dada pelo ambiente, acreditamos ser, a partir da teoria da percepção a geração de toda a cognição humana. Deste modo,

o fato porque muitas vezes é negligenciado que as palavras animal e meio ambiente formam um par inseparável. Cada termo implica o outro. Nenhum animal poderia existir sem um ambiente ao seu redor. Igualmente, embora não tão óbvio, um ambiente implica um animal (ou pelo menos um organismo) a ser cercado. Isso significa que a superfície da Terra, milhões de anos atrás, antes que a vida se desenvolvesse nela, não era um ambiente propriamente dito. A Terra era uma realidade física, uma parte do universo e objeto de estudo da geologia. Era um ambiente potencial, pré-requisito para a evolução da vida neste planeta. Podemos concordar em chamá-lo de mundo, mas não era um ambiente.

A mutualidade do animal e do ambiente não está implícita na física e nas ciências físicas. Os conceitos básicos de espaço, tempo, matéria e energia não conduzem naturalmente ao conceito de organismo-ambiente ou ao conceito de espécie e seu habitat³⁸.

³⁷ “[...] an ecological niche is a network of interrelated affordances available in a given form of life based on the capabilities manifested in its practices – in its stable ways of doing things.” KIVERSTEIN; RIETVELD, 2014, p. 330.

³⁸ “[...] the fact is often overlooked that the words animal and environment form an inseparable pair. Each term implies the other. No animal could exist without an environment around it. Likewise, although not as obvious, an environment implies an animal (or at least an organism) to be surrounded. This means that the surface of the Earth, millions of years ago, before life developed on it, was not an environment proper. The Earth was a physical reality, a part of the universe and an object of study in geology. It was a potential environment, a prerequisite for the evolution of life on this planet. We may agree to call it a world, but it was not an environment.

Por conta do bem-estar da espécie, os nichos estão em constante mudança para propiciar o conforto dos que nele habitam. E as cercanias do conceito de nicho comporta o mutável, o variável, mesmo que o invariável tenha destaque. E essa mutação permite dizer das *affordances* que elas mudam no tempo e no espaço, assim, os indivíduos são sempre obrigados a não somente se adaptarem como também a encontrar possibilidades diferentes de relacionamento, desse modo, nicho, animal, informação, mutação estão intimamente relacionados entre si.

E, ainda, com tais mudanças para aderir a essas estruturas, há uma co-evolução adaptativa fundamental para a preservação da espécie. Dito isto, de acordo com Broens,

o corpo dos organismos indica o rumo evolucionário de sua espécie, pois têm incorporadas as diferentes soluções adaptativas exitosas que a espécie foi desenvolvendo e por meio das quais foi superando as variadas situações de risco resultantes da dinâmica ambiental, muitas vezes desafiadoras (como catástrofes naturais, o surgimento de novos predadores, a competição pelas fontes de alimento ou seu esgotamento, apontando apenas algumas)³⁹.

Um dos aspectos das *affordances* é o ambiente físico, mas também estão relacionadas a elas as predisposições do organismo⁴⁰, que são as propensões que se referem às características corporais e o grau de percepção do agente para que seus comportamentos sejam respaldados segundo o que as *affordances* possibilitam. Isso quer dizer que “embora as *affordances* tenham uma base na estrutura física dos objetos ambientais, elas são individuadas em relação às possibilidades de ações do animal ou do organismo”⁴¹.

A propósito, de acordo com Kim Sterelny, a construção de nichos é um mecanismo herdado que interage diretamente com a herança genética. Nos animais superiores, nichos alteram a própria arquitetura cognitiva e, com isso, geram novas organizações neuronais. Nichos podem enriquecer os objetos que neles habitam. Dentro deles, a percepção se depara muitas vezes com artefatos dotados de intencionalidade, como as ferramentas. De maneira contrária a certas linhas cognitivistas como a psicologia evolucionária, que sugerem uma

The mutuality of animal and environment is not implicit in physics and the physical sciences. The basic concepts of space, time, matter and energy do not lead naturally to the concept of organism-environment or to the concept of species and its habitat.” GIBSON, 2015, p. 4.

³⁹ BROENS, Mariana C. A experiência perceptual na perspectiva da teoria da percepção direta. In: **Principia: an international journal of epistemology** 2017. Vol 21, No 2, p. 225. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/1808-1711.2017v21n2p223/pdf>. Acesso em 08 dez. 2022.

⁴⁰ GIBSON, 2015, p. 120.

⁴¹ CARVALHO, E. M. *Affordances sociais e a tese da mente socialmente estendida*. In: RUIVO, José Leonardo (Org.). **Proceeding of the Brazilian Reseach Group on Epistemology 2018**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 73-105. Disponível em: <https://www.editorafi.org/107proceedings>. Acesso em: 3 ago. 2022.

compreensão massivamente modular da mente, Sterelny afirma que “transformar os ambientes do desenvolvimento hominídeo transforma os cérebros eles mesmos. Na medida em que os hominídeos refazem seus próprios mundos, eles indiretamente refazem eles mesmos”⁴².

Até aqui vimos a noção de nicho de modo geral. Mas é a noção de nicho na espécie humana que nos interessa trazer à tona. Sobre isso, cumpre notar que em nenhuma outra espécie os ciclos de *feedback* gerados pela presença de nichos se mostra de forma tão robusta quanto os humanos. Nichos humanos são dotados de um conjunto de artefatos simbólicos e práticas culturais. Ademais, a herança cultural humana é acumulativa. Os artefatos, produção de conhecimento, práticas educacionais não só são passados por outras gerações, mas são continuamente aprimorados ao longo das gerações.

Vejamos de maneira mais detalhada como esses nichos afetam a cognição. Começamos com um modo mais tênue do impacto dos nichos nos processos cognitivos. Trata-se do modo pelo qual a organização do espaço físico facilita os processos cognitivos. A organização do espaço não é somente a expressão de uma tentativa de controlar e intervir no ambiente, mas parte do processo mesmo de aprender sobre suas categorias. Por meio de agrupamento de objetos segundo determinadas funções, por exemplo, torna-se mais fácil dirigir a atenção perceptual daqueles que vão manipular esses objetos em virtude de algum propósito. Considere-se ademais a presença de artefatos que têm a função de representar o espaço como mapas, placas de trânsito, GPS e assim por diante. Interagir com essas estruturas que carregam informações acerca do espaço exige os agentes construírem representações internas acerca do espaço.

Aqui temos exemplos que nos mostram que a organização do espaço alivia a sobrecarga cognitiva que, de outro modo, seria imposta à cognição. Mas podemos afirmar um impacto ainda mais forte do ambiente em relação à nossa cognição. Trata-se dos instrumentos que se colocam diretamente a serviço do corpo, artefatos intencionais, como óculos, bengala entre outras ferramentas. Evidentemente, tais instrumentos são em princípio descontínuos com o corpo. Mas eles são comumente apropriados e acoplados ao processo cognitivo humano.

Vamos fazer um breve resumo do que vimos até aqui neste segundo capítulo. Começamos pela apresentação da teoria da percepção em Gibson e o conceito fundamental de *affordances*. Em seguida, afirmamos a riqueza do conteúdo perceptivo e, de modo correlato, o conceito de nicho. Essas considerações nos levam a evidenciar, no último tópico deste capítulo, uma crítica gibsoniana importante sobre o conceito de representação. Como veremos, uma ideia

⁴² “[...] transforming hominid developmental environments transformed hominid brains themselves. As hominids remade their own worlds, they indirectly remade themselves.” STERELNY, K. **Thought in a Hostile World: The Evolution of Human Cognition**. Oxford Press, 2003, p. 173.

de percepção que não recorre ao conceito de representação será fundamental para estabelecermos um contraponto com as teorias tradicionais da cognição social. Esse é um passo importante para que possamos chegar ao conceito de *affordances* sociais, que será colocado no terceiro capítulo desta dissertação.

2.4. A crítica ao conceito de representação

As considerações precedentes nos conduzem à ideia de que as relações perceptivas entre agente e mundo ocorrem de forma direta. Mas, para que se possa avaliar a importância dessa ideia no cenário das discussões sobre a percepção na Filosofia da mente, é importante estabelecer um contraste com as teorias que se encaixam no marco teórico do representacionalismo. Segundo esse marco teórico, a percepção do mundo é mediada por representações, que podem ser concebidas como informações estruturadas simbolicamente sobre o mundo e, como tais, podem ser verdadeiras ou falsas. As representações são como filtros que se interpõem na relação entre agente e mundo, tanto de forma epistêmica, quanto de forma prática. Nessa linha argumentativa, quando um agente percebe um objeto, ele não está diretamente relacionado a esse objeto. Ele está relacionado à representação deste objeto. Recorde-se que, no primeiro capítulo, apresentamos o lugar do conceito de representação que se coloca nas teorias tradicionais da cognição social. Esse ponto, como afirmamos, será questionado no terceiro capítulo, com a ideia de que podemos perceber o comportamento investido de mentalidade de forma direta. Mas, antes de chegarmos a esse ponto, é fundamental mostrar a crítica ao conceito de representação que surge na relação entre percepção e mundo e na relação entre percepção e ação. Vejamos.

Basicamente, a teoria representacional da mente propõe que a percepção e as ações dos agentes são mediadas por representações e, de acordo com essa teoria, elas seriam a centralidade das percepções mentais. Essa teoria defende que as ações do indivíduo são causas mentais elaboradas internamente em que as ações humanas seriam representações de causas mentais. Neste sentido, o lugar da experiência para a cognição humana contribui em parte ou nada para a percepção, já que se compreende que a cognição é inicialmente formada por estímulos, seguido pela mediação representacional. Deste modo, a teoria representacional da mente defende que a cognição é resultante de um processo de estimulação e que os estados mentais são intencionais. Assim, as ações humanas seriam resultantes de uma combinação de conteúdo representacional situado na mente humana. Isso ocorreria, em parte, porque

Cientistas frequentemente interpretam seus dados como mostrando que padrões específicos de atividade neuronal *representam*, por exemplo, atos cognitivos de identificação perceptual, de rastreamento de contingências sensorio-motoras, de possibilidades de interação social, de inferências probabilísticas sub pessoais ocorrendo em cascata etc. Nessa perspectiva, o reconhecimento e a performance de tarefas cognitivas supostamente têm por base atividades cerebrais que representam o meio (natural ou social) a ser acessado e explorado pelo organismo cognitivo⁴³.

Essa abordagem pode parecer plausível quando se aceita que os processos cognitivos são mediados por representações. Vejamos como essa teoria representacional procura explicar as relações entre percepção e ação.

De que maneira as conexões entre percepção e movimento corporal têm implicações para a explicação da ação intencional? De início, vejamos como um evento físico, tal como um movimento corporal, pode ser concebido como uma ação intencional, como proposto pela teoria representacional da mente. De acordo com Donald Davidson, para que um movimento corporal seja concebido como uma ação, ele deve poder ser descrito por meio de atitudes proposicionais que, do ponto de vista do agente, explicam sua ação. Vimos que as atitudes proposicionais relevantes para a explicação da ação são o desejo e a crença. Enquanto o conteúdo do desejo estabelece os objetivos da ação, o conteúdo da crença fornece os meios para a realização desses objetivos. É importante notar que Davidson entende a atribuição de atitudes proposicionais como uma condição necessária da compreensão da ação intencional. Ou seja, um movimento ao qual não é possível atribuir atitudes proposicionais não é, propriamente, uma ação humana⁴⁴.

As atitudes proposicionais organizam-se em uma rede de relações inferenciais. Davidson evidencia essas relações retomando o conceito tradicional de raciocínio prático: as crenças e os desejos são representados como premissas cuja conclusão é a própria ação⁴⁵. O raciocínio prático apresenta uma garantia de que desejos, crenças e ações sejam coerentes entre si. Em relação a isso, para que os desejos e as crenças possam satisfazer os critérios normativos a que estão submetidos, o conteúdo dessas atitudes deve ser de natureza conceitual. Além das relações racionais entre as atitudes proposicionais, Davidson entende que elas devem exercer um papel causal. Isso porque, sem recorrer à causalção, não há como distinguir os casos em que o agente tem razões para agir, mas não age de acordo com essas razões, dos casos em que o

⁴³ ROLLA, G. (2019). Processamento preditivo: a representação nos olhos de quem vê. **Voluntas: Revista Internacional De Filosofia**, 10(1), p. 86. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179378637881>. Acesso em: 25 jul. 2022.

⁴⁴ DAVIDSON, 1974, p. 229.

⁴⁵ DAVIDSON, 1963, p. 9.

agente efetivamente age com base nessas razões. Em suma, é justamente porque a razão está relacionada de forma causal com a ação que a ação pode ser explicada por referência à razão.⁴⁶

Note-se, no entanto, que as atitudes proposicionais não são a única fonte causal das ações. Evidentemente, elas situam-se no início de um processo que se desenrola mediante um movimento corporal tendo em vista um objetivo a ser alcançado. O movimento corporal é também causalmente constrangido pelas circunstâncias de um entorno físico particular, com as quais os agentes têm de lidar para realizar seus objetivos. Assim, a formação de atitudes proposicionais ocorre no raciocínio e planejamento das nossas ações. Nesse nível, os agentes não costumam estimar, de maneira prévia ao movimento, os diversos ajustes corporais que devem fazer diante das circunstâncias do entorno físico. Talvez os agentes errariam com muito mais frequência do que efetivamente erram nos seus movimentos se tivessem que calcular todos esses ajustes⁴⁷. Já no decorrer da ação, o corpo colabora respondendo diretamente aos estímulos do entorno físico, realizando alterações neurológicas, mudanças no tecido muscular e microajustes corporais. Entretanto, note-se que nada disso parece decorrer de uma intenção do agente. O agente simplesmente não tem consciência de todas essas alterações, elas não decorrem de um cálculo racional⁴⁸. Em suma, o processo racional de escolha e planejamento da ação não é suficiente para controlar e monitorar os movimentos do corpo.

Dessas considerações, surge uma imagem bifurcada da ação. De um lado, o nível superior que chamamos nível pessoal. Esse é o nível das atitudes proposicionais, cujo conteúdo é mobilizado pelo agente em um campo inferencial e que serve de fonte explicativa da ação. De outro lado, o nível inferior, chamado subpessoal. Nesse nível, são produzidos ajustes automáticos, a que o agente não tem acesso nem controle consciente. Portanto, esse nível é irrelevante para a explicação da ação. A teoria da ação de Davidson, entre outras teorias da ação, assume essa bifurcação e restringe sua análise ao nível superior. O autor expressa da seguinte maneira essa bifurcação:

Estamos presos às nossas duas formas principais de descrever e explicar as coisas, uma que trata os objetos e eventos como estúpidos, e a outra que trata os objetos e eventos como tendo atitudes proposicionais. Não vejo nenhuma maneira de preencher a lacuna introduzindo um vocabulário intermediário para falar sobre animais não-humanos⁴⁹.

⁴⁶ DAVIDSON, 1963, p. 9.

⁴⁷ MILNER, A; GOODALE, M. **The visual brain in action**. Oxford Psychology Series, 1999.

⁴⁸ MILNER, A; GOODALE, M., 1999, p. 175-176.

⁴⁹ “We are stuck with our two main ways of describing and explaining things, one which treats objects and events as mindless, and the other which treats objects and events as having propositional attitudes. I see no way of bridging the gap by introducing an intermediate vocabulary for talking about non-human animals.” DAVIDSON, 2003, p. 697.

Entretanto, como procuraremos mostrar, esse quadro não é compulsório. Além disso, essa bifurcação deixa na sombra um *explanandum* fundamental da teoria da ação. Uma primeira aproximação desse *explanandum* consiste em perguntar pelo lugar da percepção dentro desse quadro da teoria da ação. Quanto a isso, Davidson afirma o seguinte:

O mundo físico ataca nossos sentidos e o resultado é uma imagem conceitual sofisticada desse mundo; apelando para essa imagem, raciocinamos sobre como alcançar nossos propósitos por meio da ação. Na percepção, o mundo físico causa o pensamento; na ação, o pensamento traz mudanças em nosso ambiente físico⁵⁰.

Entre a percepção, que captura o estímulo distal, e a resposta comportamental, Davidson estabelece o pensamento como um intermediário dessa relação. Nessa perspectiva, para que a percepção tenha algum papel na explicação da ação intencional, ela deve ser tomada como crença perceptiva de caráter representacional. Isso quer dizer que, sem a conexão com a crença, a percepção não tem lugar na explicação da ação. Dentro do quadro bifurcado que atribuímos a Davidson, a percepção segue a reboque das representações.

Um primeiro problema é que o potencial explicativo das representações não é tão abrangente para envolver tudo que importa para a explicação da ação intencional. Considere o problema do movimento impróprio: o agente pode ter crenças verdadeiras e desejos possíveis de serem realizados; apesar disso, pode executar o movimento de forma inapropriada – de tal maneira que não realiza o objetivo pretendido. Certamente, pode-se explicar o erro do movimento corporal mediante uma descrição subpessoal. Nesse caso, tal como afirma a teoria tradicional da ação, temos uma descrição irrelevante para a explicação da ação intencional. Não obstante, considere que o movimento inapropriado decorreu de uma falha perceptual, da qual o agente se torna consciente no momento mesmo em que executa equivocadamente o movimento. Temos algo que, do ponto de vista do agente, parece figurar como um elemento central da ação. Entretanto, as atitudes proposicionais em questão não parecem ser suficientes para explicar esse fenômeno.

Esse mesmo ponto pode ser focalizado na predição de um comportamento intencional. Com base na atribuição de desejos e crenças ao agente, espera-se um determinado comportamento. No entanto, considere que, no momento da ação, o agente dirige seus movimentos corporais a objetos diferentes do que se poderia esperar a partir da atribuição realizada. Ou então, considere que o agente realiza movimentos estranhos, que não parecem se

⁵⁰ “The physical world assails our senses, and the outcome is a sophisticated conceptual picture of that world; by appealing to that picture we reason how to achieve our purposes through action. In perception the physical world causes thought; in action thought brings changes in our physical environment.” DAVIDSON, 2001, p. 277.

direcionar a quaisquer objetos ou eventos do mundo. Em ambos os casos, há uma quebra de expectativas daquilo que seria perceptivamente relevante para o movimento do agente. Com base nisso, pode-se rever a atribuição inicial de atitudes proposicionais. Nesse sentido, aquilo que no mundo captura a atenção perceptual do agente no curso do seu movimento corporal é um elemento chave da explicação da ação. Entretanto, a posse de representações não parece ser uma condição necessária para que um ser perceba algo em função do que ele age. Portanto, em que pese o fato desse fenômeno ser parte da ação intencional, não é certo que dependemos das representações para explicá-lo.

Esses problemas apontam para a necessidade de se pensar uma conexão direta (não-mediada) entre percepção e movimento corporal como um elemento da explicação da ação. Ou seja, diferentemente do que Davidson afirma, parece que a percepção não precisa estar ligada a representações para ter lugar no âmbito da ação intencional. Isso porque, como temos visto pelo conceito de *affordances* em Gibson, parte do que percebemos no curso de nossas ações exerce algum tipo de controle sobre nossos movimentos, independentemente das representações. Talvez, como pensa Gibson, uma relação direta entre percepção e ação seja intuitiva. Parece natural afirmar que parte das informações perceptivas é utilizada nas nossas ações, para a realização dos nossos objetivos. Com efeito, o sucesso das nossas ações pode ser parcialmente explicado pela validade das *affordances*, nas quais aprendemos a confiar desde muito cedo na nossa ontogênese. Entretanto, o problema é que as *affordances* não têm lugar no quadro bifurcado que foi colocado. Tudo indica que, por um lado, não é possível compreender essa percepção como se fosse um passo no interior do domínio das atitudes proposicionais. Por outro lado, essa percepção não se coloca somente no nível subpessoal, controlando e monitorando microajustes corporais que não são acessíveis do ponto de vista do agente. Como vimos, o agente é muitas vezes consciente do que percebe, de uma maneira relevante para o seu próprio comportamento. Para lidar com esse *explanandum* é necessário, então, corrigir o quadro bifurcado.

Ora, podemos afirmar que o conceito de *affordances* é um forte candidato a superar esse problema. Como vimos, nessa relação íntima com a ação, a percepção nos coloca em contato menos com uma realidade objetiva e independente, que poderíamos alcançar no nível do juízo, do que com o mundo enquanto espaço em que realizamos nossas ações. O ambiente figura enquanto uma instância mediadora das nossas ações, que permite certos movimentos e que impede outros. Assim, vale insistir, parte do que percebemos é utilizado nas nossas ações. Mas é fundamental notar que o inverso também ocorre. Isso porque não seria possível para o agente selecionar o que é relevante para a sua ação sem que ele mesmo realizasse movimentos

corporais pelos quais expusesse seus órgãos sensoriais sob a influência das *affordances*. A ideia chave é que a percepção, ela mesma, consiste em uma forma de ação, ou seja, não é possível perceber sem um corpo que se movimenta. Trata-se de uma atividade que se estende no tempo, que requer engajamento e exploração dos objetos. Quando percebemos, focamos nossa atenção em determinados aspectos de uma cena, enquanto deixamos os outros na sombra do campo visual. A ideia da percepção como forma de ação conduz ao que Alva Nöe chama de domínio de contingências sensório-motoras. Um domínio sobre o modo pelo qual as alterações no campo visual co-variam com o que o sujeito faz.

Essas considerações nos mostram que há uma interdependência na relação entre percepção e movimento corporal. O papel que Davidson reserva para a percepção no campo da ação é apenas uma parte dessa interação complexa. Com efeito, uma vez que os movimentos do indivíduo são sensíveis aos impactos que o ambiente causa no seu aparato perceptivo, pode-se dizer que o comportamento é uma resposta ao estímulo do mundo. Ao mesmo tempo, dado que os estímulos que o indivíduo acessa só são possíveis mediante movimentos precedentes, podemos dizer que o comportamento participa do processo de causação ligado ao estímulo.

Essas conexões entre percepção e ação foram esclarecidas por Susan Hurley. A filósofa argumenta que devemos caracterizá-las como ciclos de estímulo-resposta, nos quais perceber e agir interagem entre si de maneira dinâmica. Para ela, são justamente esses ciclos, não apenas partes deles, que explicam o processo de ajuste de nível superior ou pessoal do indivíduo no mundo. Ao tentar entender o lugar da mente no mundo, é comum nos atermos somente à direção do estímulo para a resposta. Daí, segundo Hurley,

tendemos a ignorar a função de saída para entrada, e a forma como os ambientes transformam e refletem as saídas do organismo humano. As duas funções não são apenas de complexidade comparável, mas são causalmente contínuas. Para compreender o lugar da mente no mundo, devemos estudar estes processos dinâmicos complexos como um sistema, e não apenas a sua porção interna truncada⁵¹.

Tendo em vista a proposta de Hurley, torna-se difícil traçar uma fronteira nítida demarcando onde a mente termina e o mundo começa. Não se trata somente da ideia de uma mente corporificada, mas também de uma mente engajada ou enraizada no ambiente, com o qual está em constante conexão ativa⁵². No que importa para o nosso trabalho, temos algo como

⁵¹ “[...] we tend to ignore the function from output back to input, and the way environments transform and reflect outputs from the human organism. The two functions are not only of comparable complexity, but are causally continuous. To understand the mind’s place in the world, we should study these complex dynamic processes as a system, not just the truncated internal portion of them.” HURLEY, 1998, p. 2.

⁵² A concepção da cognição corporificada e estendida será exposta de modo pormenorizado no próximo capítulo.

um acoplamento sensório-motor que se dá no nível pessoal. Ou seja, o ambiente, que é constantemente alterado e moldado pelos agentes, também é parte daquilo que controla diretamente seus movimentos corporais. Para evidenciar esse ponto, basta pensar nos instrumentos do mundo que se colocam diretamente a serviço das ações. Evidentemente, tais instrumentos são, em princípio, descontínuos com o corpo. Mas eles são comumente apropriados e acoplados ao processo cognitivo pelo qual o agente interage com o ambiente. Nesse caso a mente corporificada, por assim dizer, se estende por meio desses instrumentos.

Do que foi colocado, emerge a ideia de um agente capaz de rastrear as conexões entre o que faz e o que percebe. Com base nisso, ele assume diversas perspectivas com relação aos objetos para realizar seus objetivos. Assumir uma perspectiva significa compreender de maneira prática as conexões entre percepção e ação e, por meio dessa compreensão, estabelecer modos de acessar o objeto. Daí podemos dizer que o agente tem acesso a um conteúdo perceptual. Entretanto o agente não precisa da posse de representações para ter uma experiência com esse tipo de conteúdo.

Enfim, esse modo de acessar o mundo, que requer o domínio das relações dinâmicas entre percepção e movimento corporal, deve ser entendido como parte essencial do comportamento direcionado a *affordances*. Dessa maneira, estaremos em condições de contornar um dos aspectos centrais da bifurcação apontada por Davidson. Do que vimos resulta que possuir representações, ou atitudes proposicionais, não parece ser uma condição necessária para se possuir mente. Uma criatura com mente é aquela capaz de, basicamente, traçar rotas em direção aos objetos. É certo que um modo superior de traçar essas rotas se dá por meio de atitudes proposicionais. Mas, vale insistir, esse não é o único modo. O outro modo ocorre pela assunção pessoal de perspectivas pelas quais as *affordances* se apresentam. Sem demandar a posse de conceitos, esse tipo de acesso ao mundo é direcionado aos objetivos que o agente pretende atingir. Parece claro que essa capacidade é algo que seres humanos compartilham com outros primatas, como chimpanzés. É igualmente certo, no entanto, que plantas e bactérias não possuem essa capacidade.

Diferentemente da linha divisória adotada por Davidson, surge uma capacidade que se coloca entre ajustes automáticos de comportamento e capacidades conceituais. O interesse em trazê-la à tona não está ligado somente ao fato de que se trata, ao que tudo indica, de uma etapa essencial da nossa ontogênese, pela qual precisamos passar para chegarmos ao nível de planejar racionalmente nossas ações. Além disso, é algo que figura na própria percepção, vale dizer, algo do qual o ser humano é consciente e que participa das condições de sucesso ou fracasso da sua ação. Ressalte-se uma vez mais que a informação perceptiva está parcialmente determinada

pelas capacidades de ação. Como temos visto, os objetos se mostram como passíveis de ser utilizados, ou manipulados, de diferentes formas. A ideia central de Gibson, iluminadora para se compreender a relação de ajuste entre agente e ambiente, é que o mundo aparece na percepção como tendo significado, independentemente das capacidades inferenciais dos agentes mediadas por representações.

Veremos no próximo capítulo que essa concepção se aplica à percepção no contexto das interações sociais. A título de exemplo do que ainda veremos no próximo capítulo, considere-se a percepção de uma situação de agressão física. Parece equivocado dizer que percebemos meros movimentos corporais e inferimos intenções. As intenções se revelam diretamente no comportamento do agente, de tal modo que já percebemos o comportamento dotado de intencionalidade. Note-se que não se trata de perceber o conceito de intencionalidade, mas, sim, um determinado ato como intencional e, com base nessa percepção, agir de modo pertinente. Assim, podemos perceber um ato como intencional mesmo sem ter a posse explícita do conceito ou um conhecimento robusto sobre intencionalidade. Nesse caso, a percepção do comportamento dos outros poderia contemplar ao menos propriedades morais básicas.

Desta maneira, a teoria ecológica gibsoniana irá se contrapor de forma categórica à abordagem representacionista, pois a teoria da percepção direta definida por Gibson tem como pressuposto o relacionamento do organismo com o ambiente, em que o agente explora ativamente o seu *habitat* através de suas habilidades capturando as informações pertinentes para que suas ações sejam efetivadas. Assim, Gibson “rejeita radicalmente a concepção internalista, que postula a existência de representações mentais dadas *a priori* na percepção”⁵³.

A propósito, Broens elenca alguns problemas do representacionismo, como a dificuldade nas relações humanas de aprender e ensinar e ações espontâneas⁵⁴. Neste sentido, a teoria da percepção direta, ou não mediada por representações, é uma proposta para o obstáculo das teorias divergentes, quando se assume que as *affordances* remetem a um ambiente rico informacionalmente. Ou seja, o ambiente propicia ao agente a oportunidade de ação imediata, sem que para isso seja necessário gastar elevada energia cognitiva. Ademais, explicam-se determinadas ações espontâneas, mas intencionais, tomadas em situações limites em que o indivíduo não teria uma margem inferencial para mediar o que deveria fazer.

A teoria da percepção direta consegue solucionar tais entraves postos pelo representacionismo, com a noção de *affordances* quando esta, pelo que oferece o ambiente, já credencia o agente a agir sem que para isso passe por uma demanda inferencialista. A crítica

⁵³ GONZALEZ, M. E.; MORAIS, S., 2007, p. 94.

⁵⁴ BROENS, 2017, p. 224.

ao conceito de representação feita pela teoria da percepção/ação tenta equacionar questões em torno dos estados mentais. A reflexão crítica que se faz à abordagem representacionista consolida a realidade das *affordances* e sua relevância para a cognição humana.

Pois, uma vez que se questiona quais são as experiências do mundo ao seu redor são necessárias para a ação do indivíduo, a discussão se refere ao fato das *affordances* dependerem a sua atenção para agir de uma forma ou de outra. Deste modo, de acordo com Gibson, o que o ambiente oferece pode ser benéfico ou maléfico e os seus devidos usos dependerão de fatos biológicos e comportamentais, que não são mensurados segundo as experiências do observador, mas de um agente que se engaja na situação. Isso quer dizer, segundo exemplo do próprio Gibson⁵⁵, um penhasco que permite andar à sua beira, pode causar, por outro lado, a queda do agente.

Essa observação traz um conflito dentro da filosofia sobre o que é central nas *affordances*, pois, à primeira vista, essa discussão pode reforçar a tese da abordagem serem produzidos mentalmente, ou seja, de forma inferencialista, mas Gibson adverte que

Tem havido um debate interminável entre filósofos e psicólogos sobre se os valores são físicos ou fenomenais, no mundo da matéria ou apenas no mundo da mente. Para *affordances* distintas de valores, o debate não se aplica. As *affordances* não estão nem num mundo nem no outro, na medida em que a teoria dos dois mundos é rejeitada. Existe apenas um ambiente, embora contenha muitos observadores com oportunidades muito menores para viverem nele⁵⁶.

Essa definição esclarece não só o conceito das *affordances*, como também afasta-se de uma concepção mentalista e, por isso, entendemos que a dimensão realista do mundo ecológico possibilita que os valores das coisas sejam compreendidos de forma direta sem a anuência representacionista ou de uma aceção fenomenológica. Os proponentes do conceito de representação ou de uma ideia fenomenológica tentam demonstrar que nós experienciamos as *affordances* de forma fenomenológica, porém, nossa compreensão das *affordances* é aquela que afirma a sua dependência do mundo físico, tal como estamos tentando argumentar.

Entendemos, segundo o que se disse acima, uma compreensão não realista das *affordances*, quando assume em sua interpretação que elas mudam conforme os interesses do agente, portanto, desconsidera-se que as mudanças do meio são resultado de co-evolução.

⁵⁵ GIBSON, 2015, p. 129.

⁵⁶ “There has been an endless debate among philosophers and psychologists about whether values are physical or phenomenal, in the world of matter or just in the world of mind. For *affordances* other than values, the debate does not apply. *Affordances* are neither in a world nor in the other, to the extent that the two-worlds theory is rejected. There is only one environment, although it contains many observers with much smaller opportunities to live in it.” GIBSON, 2015, p. 129.

Afirma que se trata de questão da mera vontade dos agentes. Ou seja, atribui-se às *affordances* as oscilações subjetivas do indivíduo para caracterizá-la. Se tais suposições fossem corretas, não haveria acoplamento com o ambiente, sendo este subordinado ao indivíduo, que o conceitua a partir de seus padrões mentais, ou seja, o conceito de representação substituiria a riqueza informacional do ambiente.

Mas, de acordo com Gibson, quanto ao comportamento do indivíduo, no que diz respeito à valência, convite e demanda, em nada repercute em contrário do que até aqui se tem argumentado sobre a condição das *affordances*, de que seriam condicionadas à necessidade do agente. No entanto, o mais decisivo é que as *affordances* são constituídas também pelo ambiente, que tem a sua invariância. Desta forma, ela também tem seu aspecto de invariável:

O conceito de affordance é derivado desses conceitos de valência, convite e demanda, mas com uma diferença crucial. As affordances de alguma coisa *não muda* quando muda a necessidade do observador. O observador pode ou não perceber ou atender à affordance, de acordo com suas necessidades, mas a affordance, sendo invariável, está sempre lá para ser percebida. Uma affordance não é concedida a um objeto pela necessidade de um observador e seu ato de percebê-lo. O objeto oferece o que faz *porque é o que é*. Para ter certeza, definimos o que é em termos de física ecológica em vez de física física e, portanto, possui significado e valor para começar. Mas isso é significado e valor de um novo tipo⁵⁷.

Neste sentido, para Gibson, o conceito de *affordances* não abarca o conceito fenomenológico. Com efeito, quando uma estrutura do ambiente está disponível, ela não muda quando se tem certa atração, se assim fosse, novamente a percepção não poderia ser alcançada: primeiro, pela oscilação que não permitiria a detecção do ambiente; segundo, pela instabilidade do sujeito. O central aqui é a informação que as *affordances* carregam para a percepção específica a unicidade, mesmo que um objeto sirva para diversos fins, como, por exemplo, um tronco reclinado de uma árvore que possibilita sentar, se for da altura dos joelhos, passar andando de um lugar para outro, tratando-se de um córrego, para o que se oferece a um agente.

Assim, as *affordances* por trazerem informações intrínsecas dos objetos, o que lhes permitem ser captados de forma direta, afasta não somente da abordagem representacionista, como também respalda os aspectos da percepção direta que podem servir como padrão para a compreensão da cognição humana. A crítica ao conceito de representação como a formulada

⁵⁷ “The concept of affordance is derived from these concepts of valence, invitation and demand, but with a crucial difference. The affordances of something *do not change* when the observer's need changes. The observer may or may not perceive or attend to the affordance, according to its needs, but the affordance, being invariable, is always there to be perceived. An affordance is not granted to an object by the need of an observer and his act of perceiving it. The object offers what it does *because it is what it is*. To be sure, we define what it is in terms of ecological physics rather than physical physics, and therefore it has meaning and value to begin with. But this is meaning and value of a new kind.” GIBSON, 2015, p. 130.

pela teoria da percepção direta, com o seu conceito de riqueza informacional do mundo percebido, abre importante precedente para as *affordances* sociais, tema do nosso próximo capítulo.

3. AS AFFORDANCES SOCIAIS E OUTRAS MENTES

No capítulo anterior, colocamos o problema de uma concepção empobrecida da percepção na cognição social. Para compensar esse déficit, vimos que tanto a Teoria-teoria, quanto a Teoria da simulação, apesar das diferenças, se veem comprometidas com a concepção de um intérprete que se coloca como um observador, ou seja, de um ponto de vista externo às interações. Dito de outro modo, um agente que se coloca na perspectiva de terceira pessoa. A percepção na cognição social é assim concebida como o início de um processo inferencial, que culmina com a predição ou explicação do comportamento. A cognição social requer do agente o emprego de capacidades cognitivas de alto nível, quer seja a posse de uma teoria da mente, quer seja a capacidade de simular os estados mentais das outras pessoas. Note-se que esse processo visa superar um halo, ou *gap*, entre o comportamento e o estado mental que lhe corresponde. Podemos denominar esse halo de *gap* cognitivo.

Afirmamos que esse ponto de vista de terceira pessoa, no entanto, não faz justiça às interações entre os agentes, nas quais há expectativas e comprometimentos mútuos. A reciprocidade dessas interações mostra que os agentes comumente assumem um ponto de vista de 1ª e 2ª pessoa. Como podemos contornar esse problema? No capítulo anterior, colocamos as bases para se pensar a percepção de uma forma muito diferente daquela que foi postulada pelas teorias tradicionais da cognição social. Afirmamos que a percepção, enquanto dirigida a um conjunto de *affordances*, envolve uma riqueza de conteúdo, independentemente do processamento cognitivo e das representações por ele produzidas. A ideia de percepção defendida por Gibson é aquela que afirma um contato direto com o mundo, sem filtros epistêmicos e fenomenológicos. Isso significa que o mundo percebido, ele mesmo, carrega um conjunto de informações passível de ser explorado perceptivamente de diferentes modos. Em resumo, a experiência perceptiva é muito mais rica do que as teorias tradicionais propuseram.

Dito isso, é importante observar que as *affordances* foram utilizadas até aqui para se esclarecer a relação de ajuste entre agente e ambiente. A questão que se coloca no presente capítulo é a seguinte: será que as *affordances* poderiam elucidar a relação entre agentes? Será que a concepção de *affordances*, tal como proposta por Gibson, poderia ser fecunda para se pensar a cognição social? E, em particular, será ela uma noção que poderia contornar a ideia problemática de cognição social, tal como proposta pelas teorias tradicionais?

Neste capítulo, esperamos fornecer elementos para responder afirmativamente essas questões. Para isso, é importante aprofundar o conceito de interações sociais. Esse aprofundamento constitui uma base teórica para mostrarmos a concepção de *affordances* sociais

e o seu impacto na cognição social, que é o ponto central da nossa dissertação. O percurso argumentativo deste tópico é tal como se segue: no primeiro tópico, desenvolveremos no pormenor a tese da mente estendida aplicada à cognição social, a que fizemos menção no capítulo anterior. Uma vez elucidado este marco teórico, estaremos em condições, no segundo tópico, de apresentar o conceito de *affordances* sociais. Tendo o conceito de *affordances* sociais bem estabelecido, poderemos explicar, no último tópico do capítulo, uma ideia enriquecida de percepção na cognição social, de um modo distinto das concepções tradicionais.

3.1. O conceito de *affordances* sociais

O conceito de *affordances*, visto no capítulo anterior, diz respeito à relação entre a percepção de um agente e os objetos que se colocam no seu campo de ação. A questão que se coloca neste tópico é se podemos estender essa noção para contextos sociais. Tipicamente, esses contextos são estruturados por dois ou mais agentes e um conjunto de objetos aos quais ambos dirigem a sua atenção porque são importantes para a coordenação das ações. Trata-se de um episódio de atenção conjunta, sobre o qual há uma vasta literatura tanto na filosofia da mente, quanto na psicologia cognitiva¹. Nesses episódios, os sujeitos coordenam ações visando, no mais das vezes, objetivos comuns. Os objetos que aqui se colocam podem ser definidos como dotados de significados compartilhados entre os sujeitos, tendo em vista os propósitos que querem realizar com suas ações. Note-se que as *affordances* presentes nestas situações são compartilhadas. Isso significa que os agentes envolvidos nesta situação possuem expectativas comuns sobre os objetos que se colocam no espaço de coordenação de suas ações. Essas expectativas são tanto sobre a pertinência desses objetos para os objetivos que se quer alcançar, quanto sobre o que ocorrerá a partir da manipulação deles. Dado que as *affordances* que se colocam em situações de coordenação de ação são compartilhadas entre os agentes, elas possuem caráter social.

É certo que o próprio Gibson não desenvolveu pormenorizadamente este conceito em seus trabalhos, porém, é igualmente certo tal conceito deles se desdobrar. Para que possamos esclarecer esse ponto, vale a pena trazer à tona o famoso exemplo dado por Gibson da caixa-postal, pelo qual aproxima-se bastante da ideia de *affordances* sociais². Considerem-se as caixas-postais que se encontravam nas ruas de muitas cidades de muitos países ocidentais. Segundo

¹ Sobre isso, cf. TOMASELLO, M. *Becoming Human. A theory of ontogeny*. Belknap press, 2019.

² GIBSON, James J. *The ecological approach to visual perception, Classical Edition*. New York: Psychology Press, 2015. p. 130.

Gibson, a percepção da caixa nestes contextos não é a percepção de um objeto físico qualquer. Os agentes percebem este objeto enquanto um objeto que possui a função de armazenar cartas para envio posterior. Note-se que a caixa enquanto uma *affordance* não está disponível para a percepção de apenas um agente, não se trata, por certo, de uma percepção meramente subjetiva. Tampouco os usos devido e indevido da caixa podem ser concebidos como meramente individuais, ou como se cada agente pudesse usar a caixa do modo que bem entendesse. Se um agente não autorizado tenta abrir a caixa-postal, provavelmente, será repreendido, muitas vezes sofrerá punição de caráter legal. Há um modo correto de manipular a caixa, não é qualquer objeto que pode ser colocado no seu interior, há pessoas credenciadas a abri-la e assim por diante.

Evidentemente, essa percepção assim informada, que inclui uma sensibilidade à funcionalidade dos objetos, não seria possível noutros contextos sociais, nos quais não há caixas-postais. Nestes contextos sociais, uma caixa-postal pode ser apenas um objeto que se coloca para um conjunto de ações mais simples, como apoio para a realização de determinadas ações. Nesse exemplo de Gibson, o ato de enviar correspondência, entre outras ações possíveis diante de uma caixa-postal, é determinado por um agente inserido em uma determinada prática social.

A partir deste exemplo, podemos pensar em uma miríade de objetos que se colocam como *affordances* sociais. Por exemplo, considere-se os objetos sagrados presentes em uma cerimônia religiosa. Trata-se de *affordances* sociais porque os agentes coordenam ações por meio deles ao longo da cerimônia. Assim como no exemplo acima, há muitas vezes um modo correto de manipular esses objetos, um modo correto de se colocar diante deles e assim por diante. Uma manipulação equivocada desses objetos podem ser o caso de profanação. Anteriormente afirmamos, segundo Kirvenstein e Rietveld, que as *affordances* se colocam em uma forma de vida. Isso significa que, além dos aspectos naturais e invariantes sobre os quais assentam as *affordances*, elas adquirem significado a partir do contexto social que é atravessado normativamente.

Até aqui falamos de objetos que se apresentam como *affordances* sociais. Para os nossos propósitos é fundamental observar que, além dos objetos, as ações dos agentes em contextos sociais podem também ser concebidas como *affordances* sociais. Ou seja, do mesmo modo que o ambiente oferece diferentes alternativas de ações, os agentes, eles mesmos, oferecem possibilidades de ação entre si no interior de contextos interativos. Nesse sentido, afirma Gibson

que “outros animais e outras pessoas propiciam *affordances* mútuas e recíprocas”³. Em contextos interativos, a percepção do comportamento do outro enseja determinadas ações e impede outras. Os agentes em episódios cooperativos de atenção conjunta podem perceber suas ações mútuas como comportamentos que visam uma finalidade comum. Tendo em vista um mesmo objetivo, a percepção do comportamento do outro propicia diretamente determinada ação do sujeito percipiente, que é relevante para a coordenação de ações. Por exemplo, a percepção de um gesto de outra pessoa pode ensejar um movimento de aproximação ou de distanciamento em relação a ela. Nesse caso, “a percepção é direta e não precisa ser suplementada por conceitos, inferências ou material armazenado na memória de longo prazo”⁴.

Nesse ponto da nossa argumentação, é importante recobrar a noção de nichos sociais já colocada. Temos visto que *affordances* sociais são constitutivas das interações entre agentes. Os agentes, dentro de um contexto social exploratório, a partir da captação da informação disponível através de outro sujeito e de *affordances* sociais, constroem um nicho social. Sendo os nichos, segundo Gibson, um “conjunto de *affordances*”, eles favorecem a interação dos sujeitos de forma recíproca e essa correspondência é viabilizada através de sujeitos situados. A cognição humana sempre se coloca em nichos sociais, pois representam o lugar em que as interações acontecem e mantêm os aspectos compartilhados dos sujeitos, isto é, as oportunidades oferecidas pelos sujeitos são deles extraídas. O nicho se caracteriza *como* agentes interagindo entre si. Assim, compreende-se que as *affordances* sociais não são concebidas somente como um conjunto de informações disponíveis a agentes passivos. Os agentes, além de estarem imersos em nichos já estruturados, também intervêm ativamente neles, moldando suas possibilidades de interação para melhor compreenderem e interagirem com os outros agentes.

As *affordances* sociais, desta maneira, possibilitam ao agente a captura de informações disponíveis à percepção social. Os agentes interagem com os outros no mundo social e este processo é efetivado por meio da sensibilidade de um agente afetado pela informação que o outro lhe traz ao se conectar como parte de um nicho cognitivo. Há, de acordo com Magnani e Bardone, uma *sintonização*⁵ efetivada nos humanos por meio da interação entre indivíduos que,

³ “[...] other animals and other people provide mutual and reciprocal affordances.” GIBSON, 2015, p. 129.

⁴ “[...] perception is direct and does not need to be supplemented by concepts, inferences, or material stored in long-term memory.” GINSBURG, G. The ecological perception debate: an affordance of the journal for the theory of social behaviour. **Journal for the Theory of Social Behaviour**. [online] 2007, p. 348. Disponível em: DOI:10.1111/j.1468-5914.1990.tb00193.x. Acesso em: 23 fev. 2023.

⁵ MAGNANI, L; BARDONE, E. “Chances, affordances, and cognitive niche construction: the plasticity of environmental situatedness”, In: **J. Advanced Intelligence Paradigms**, 2010, Vol. 2, Nos. 2/3, pp. 235–253, p. 240.

ao manipularem o meio, acabam por modificar o seu ambiente natural. Vale insistir, a interação humana cria e se desenvolve em nichos cognitivos, ao mesmo tempo que possibilita a evolução da cognição adequada para as práticas necessárias à sociabilidade. E pela complexidade das ações humanas, os agentes, ao modificarem o seu entorno, acabam por modificar o mundo natural, transformando-o em mundo cultural. Ambos os mundos, para Gibson, não estão em tensão, mas sim são complementares.

O mundo cultural é o lugar das *affordances* sociais porque é onde acontecem as interações que são significativas para os agentes. Por isso, a noção de mundo cultural não pode ser dissociada do mundo natural. Tal mundo cultural que, à primeira vista, poderia ser visto como um mundo dicotômico ou artificial não pode se contrapor, a rigor, à realidade objetiva em que o sujeito vive. Tal realidade molda os padrões de relacionamentos como determinado sistema organizacional funciona. E é nesse universo cultural que as práticas do sujeito são evidenciadas por permitirem as trocas e interações entre os agentes que compartilham de um mesmo sistema, no qual estão atrelados socialmente. Para explicar como esses compartilhamentos são efetivados, Carvalho dá dois significados para as *affordances* sociais: o primeiro, que “está disponível apenas para os sujeitos de um certo grupo social” e o segundo, “relacionado especificamente a *affordances* de seres animados”⁶. Ambos significados são pertinentes para defini-la. Vejamos.

A primeira explicação apoia o exemplo dado por Gibson da caixa-postal, mostrado acima. Este significado depende de agentes envolvidos em uma determinada prática social já estabelecida em que a percepção de mundo diz respeito a sujeitos sensíveis a um determinado conjunto de *affordances*. Nesta acepção, este tipo de *affordance* social irá normatizar e restringir os agentes para uma ação efetivada socialmente. Os agentes que não são participantes, ou não são educados para esta determinada prática, não conseguirão atingir os propósitos que as *affordances* possibilitam neste contexto. Para isso, é necessário que a percepção esteja alicerçada no ajuste dos agentes no mundo social correspondente. Nesta linha, as *affordances* sociais formam a base das normas às quais os agentes devem ser sensíveis para se ajustarem com eficiência ao contexto social. Em um nível superior, isso vale para as leis, os preceitos morais, bem como àquelas efetivadas por grupos menores em que o indivíduo deve conhecer para não somente fazer parte, mas também ser capaz de perceber para que suas práticas sejam concernentes às de outros indivíduos. Um exemplo dessas práticas menores são aquelas

⁶ CARVALHO, E. M. *Affordances* sociais e a tese da mente socialmente estendida. In: RUIVO, José Leonardo (Org.). **Proceeding of the Brazilian Reseach Group on Epistemology 2018**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 97-98. Disponível em: <https://www.editorafi.org/107proceedings>. Acesso em: 3 ago. 2022.

acordadas por um grupo de condôminos que devem ser observadas por todos, porém, podem não ser as mesmas para um condomínio vizinho.

Já a segunda noção, que se refere a seres animados, sustenta a primeira e aprimora o entendimento das *affordances* sociais e de cognição humana. Aqui é decisivo a percepção do outro, ou seja, ser sensível às suas intenções e outros estados mentais. Assim, o agente tem acesso aos estados mentais que se expressam nos comportamentos dos outros (voltaremos a isso),

A dimensão social dessas *affordances* tem a ver com as possibilidades de ação relacionadas à percepção dos estados mentais e ações de outra pessoa ou organismo. É apropriado falar de *affordances* sociais no sentido de que, na abordagem ecológica, alguns dos estados mentais e ações de outra pessoa ou organismo são percebidos em termos do que eles propiciam, de quais possibilidades de interações esses estados e ações propiciam. Esse sentido de *affordance* social é, em um certo aspecto, mais fundamental do que o primeiro, visto que a participação em uma prática social, que pode moldar socialmente a percepção das *affordances* de um objeto físico, como no caso da caixa-postal, depende da habilidade de perceber outros como propiciando interação e colaboração⁷.

Em suma, o caminho que se abre com as *affordances* sociais é o da interação e colaboração entre indivíduos, fatores responsáveis para que, em parte, alguns dos estados mentais sejam entendidos na medida em que se estendem no comportamento dos outros. Isso porque o indivíduo, ao interagir com seus co-específicos, torna-se sensível aos estados mentais deles. Possibilita à mente assimilar para além de suas cercanias, ditas intracranianas, através de um agente impelido a “interagir cooperativamente com outros”⁸. Pois, sendo as *affordances* sociais essencialmente interativas, a relação agente-agente é preponderante para o processo perceptivo e mais ainda para a compreensão dos estados mentais.

As situações de interação social desoneram a compreensão da mente dos outros. A atenção conjunta e a coordenação de ações permitem que os agentes saibam o que deve ser feito a partir do que cada um pode perceber nas ações do outro. Ou seja, cada agente “percebe a atenção do outro como oportunidades para certos tipos de comportamento”⁹. Esse agente irá agir conforme sua sensibilidade às ações de outra pessoa. Isso quer dizer que seus estados mentais não emergem de uma mente isolada em um ambiente, mas está imersa em intensa colaboração com outras mentes em um contexto social.

Esse entendimento das *affordances* sociais diz respeito a um ser animado capaz de atenção perceptiva eficiente ao identificar não somente as possibilidades de outros organismos

⁷ CARVALHO, 2018, p. 98.

⁸ CARVALHO, 2018, p. 98.

⁹ CARVALHO, 2018, p. 99.

simplesmente, mas a partir da detecção do que o outro provê com a finalidade de intervir colaborativamente em resoluções de atividades conjuntas. Esses recursos são pertinentes no ato da interação agente-agente a partir de um acoplamento entre eles ao acessarem mutuamente os significados de suas ações. Da mesma forma que o organismo percebe as possibilidades que o ambiente lhe oferece, em contextos interativos cada agente é capaz pela interação de captar um conjunto de *affordances* sociais, por meio dos gestos, expressões faciais, que se apresentam no comportamento do outro.

Em posse de tais significados, os quais caracterizam as *affordances* sociais, o agente é inserido no mundo significativo cultural através da assimilação conjunta de um outro já usuário de uma prática pessoal. A interação social é viável por meio do acoplamento, que, por sua vez, efetiva a sociabilidade. Desta forma, as *affordances* sociais fornecem as condições para que exista interação porque os nichos que elas constituem a viabilizam, ou seja, os determinantes para que existam interação são os próprios nichos, muitas vezes reconfigurados pelos próprios agentes.

Desta forma, o acoplamento existe sempre em um ambiente interativo porque as *affordances* sociais criam um sistema propício para a percepção social do agente. E isso é evidenciado no “que se sente ser um ‘espaço propício à interação’, que, por sua vez, dependerá, da cultura, da posição social e da identidade”¹⁰. Estes traços são evidenciados socialmente e através deles os agentes têm um suporte propício para as suas ações. É neste contexto que as *affordances* sociais permitem a cognição social, segundo a percepção ecológica, a consolidação da aprendizagem perceptiva.

Do que afirmamos poderá ficar esclarecida a ligação entre a percepção direta e as *affordances* sociais. A percepção de um agente culturalmente informado, que pode transmitir/ensinar as normas nas quais está inserido juntamente com o percipiente, não necessita da realização de inferências para identificar o que o seu par deseja-lhe informar. Isso porque as interações sociais estão imbuídas de reciprocidade, como afirma Carvalho: “uma pessoa ou um animal aparece para um observador não como um objeto físico, mas como um agente com capacidade de reciprocidade”¹¹. Neste ponto, a interação é um divisor de águas na delimitação das *affordances* sociais quando o agente educado, ou, segundo entende Chemero, quando o

¹⁰ “[...] which feels to be a ‘space conducive to interaction’, which, in turn, will depend on culture, social position and identity.” BRANCAZIO, N. Being perceived and being “seen”: interpersonal affordances, agency, and selfhood. *Frontiers in Psychology*. [online] 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.011750>. Acesso em: 26 set. 2022. p. 3.

¹¹ “[...] a person or an animal appears to an observer not as a physical object, but as an agent with the capacity for reciprocity.” CARVALHO, E. M. Social Affordance. *Encyclopedia of Animal Cognition and Behavior*. [online] 2020, p. 3. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-47829-6_1870-1. Acesso em: 16 jun. 2022.

indivíduo tem habilidades¹² que o permite identificar a “função social”¹³ dos elementos definidos pela sociabilidade em que está inserido. Em resumo, as *affordances* sociais remetem a uma teia de significados sociais que orientam os agentes no reconhecimento de diferentes padrões normativos para o comportamento.

A título de exemplo, considere-se um cuidador habilidoso que saberá identificar os diferentes tipos de choro de um bebê. Tal identificação ocorrerá pela percepção, vivência e aprendizagem social do cuidador, que saberá identificar, pela percepção, as causas dos diferentes tipos de choro do bebê, tais como fome, constipação ou ausência da mãe. Neste sentido, Carvalho esclarece que há dois fatores para identificar as *affordances* sociais. Em primeiro lugar, menciona que a padronização de gestos e expressões faciais que são um primeiro indício da percepção disponível no ambiente. Em segundo lugar, diferentes aspectos do nicho social em que há várias informações disponíveis. O que nos interessa reiterar sobre esses dois pontos é que as informações estão disponíveis no ambiente de forma intersubjetiva. A peculiaridade das *affordances* sociais consiste em um tripé entre agente-agente, nicho social e cognição. Tal especificação está no fato de que existe uma correlação entre indivíduo e nicho social, ambos se modificam para garantir a vivência/sobrevivência do agente. Desta forma, as estruturas dos estados cognitivos são alteradas à medida que existe ação conjunta entre os agentes.

É precisamente pelo teor relacional das *affordances* sociais que elas comportam várias espécies de outras *affordances*, como as *affordances* afetivas¹⁴. Do que vimos sobre *affordances*, elas parecem carregar um valor em virtude da relevância que possuem tanto para o ajuste entre agente e ambiente natural, quanto para o ajuste entre agentes no ambiente social. De modo mais preciso, elas possuem valência, positiva ou negativa, de acordo com a ação ou o conjunto de ações que os agentes pretendem realizar no mundo. A ideia de que as *affordances* não são neutras implica que a percepção delas, quer sejam sociais ou não, é banhada de tonalidade emocional. Um objeto pode se apresentar como agradável ou desagradável, como prazeroso ou não. Do mesmo modo, um comportamento pode se apresentar como empático ou não, interessado ou displicente e assim por diante. Nos nichos sociais, podemos nos sentir atraídos por determinados comportamentos. Outros tantos comportamentos podem nos causar repulsa. Em todo caso, não se trata, ao menos necessariamente, de uma construção judicativa

¹² CHEMERO, Anthony. *Affordance, etc.* In. **Radical Cognitive Science**. Cambridge: MIT-Press, 2009b.

¹³ CARVALHO, 2020, p. 3.

¹⁴ CARVALHO, E. M. Affective affordances: direct perception meets affectivity. **Perspectiva Filosófica**, [online] 2022. v. 49. n. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2022.256752>. Acesso em: 23 dez. 2022.

ou de algo que resulta de reflexão. Tal como temos visto, a partir da ideia de riqueza perceptual, a percepção parece ser carregada com informação afetiva.

Isso nos leva a considerar que as emoções exercem um papel definidor para as *affordances* sociais porque as percepções afetam nossas emoções, do mesmo modo que as emoções afetam as nossas percepções. E tais efeitos cognitivos gerados pela emoção não alteram o que até agora argumentamos sobre a percepção ecológica, no que diz respeito à percepção direta, porque, seguindo o entendimento de Carvalho, “a percepção afeta algumas emoções”; “a emoção afeta indiretamente algumas percepções”; e, ainda, “as emoções afetam algumas percepções diretamente”¹⁵. No primeiro sentido, a percepção está em consonância com os pressupostos do entendimento ecológico em que ela, solicitada para guiar a ação, proporciona que, “se considerarmos que a percepção serve para o controle da ação, então podemos estar interessados em percepções que são úteis para o controle de um tipo específico de ação, tais como ações que regulam as nossas emoções”¹⁶.

Nesta acepção, as ações que são efeitos das habilidades de um agente afetado em um tipo de *affordance* relacionada às emoções irão exercer um “controle em nossos estados afetivos”¹⁷. Pois, a percepção aqui tem dupla função: a de informar o que se passa na mente do outro e como aquele que percebe deve agir, motivado pela emoção. Neste sentido, Carvalho entende que a percepção pode afetar as emoções, ou seja, o que se tem aqui é a expansão cognitiva por meio de um outro organismo.

No segundo caso a emoção, ela mesma, não afeta os estados cognitivos, mas é enviesada por meio da percepção, ou seja, o sujeito age a partir da percepção de um outro sujeito. Mesmo nesse sentido, a ideia da percepção direta não é comprometida, pois a percepção da emoção relacionada à ação requer sincronia entre os agentes para identificar o que tal percepção lhe indica.

E, por fim, quando as percepções afetam algumas emoções, pela sintonização com o nicho social, o agente é afetado por meio das emoções diretamente que impactam os seus estados mentais. Isso porque “os estados afetivos são cruciais para a seleção de *affordances*,

¹⁵ CARVALHO, 2022, p. 29-51.

¹⁶ “If we consider that perception is for the control of action, then we may be interested in perceptions that are helpful for the control of a specific kind of action, such as actions that regulate our emotions.” CARVALHO, 2022, p. 32.

¹⁷ CARVALHO, 2022, p. 36.

que aparecerão na nossa experiência como mais atrativas ou mais aversivas, dependendo de como os nossos afetos avaliam o nosso acoplamento ao ambiente”¹⁸.

Percebe-se que as escolhas para agir feitas pelo sujeito seguem de seus estados afetivos, mas os afetos por si só não bastam para a consolidação de estados mentais, o que é significativo notar aqui é a procedência para a efetivação das emoções, o seu contexto está inserido numa *affordance* social, visto que a emoção, descontextualizada de um ambiente e sem a devida ligação com o sujeito, não seria capaz de gerar uma *affordance* afetiva.

Assim, Carvalho defende que

O mundo aparece-nos não apenas em termos de possibilidades gerais de ação, como se fôssemos seres descomprometidos, mas principalmente em termos de possibilidades atrativas e aversivas. Percebemos o mundo como um ser engajado, ou seja, como um ser que sente suas potencialidades em relação ao mundo. Nesse sentido, quase todas as *affordances* são afetivas, principalmente aquelas que são selecionadas e nos convidam a agir. A afetividade, como vimos, não compromete os aspectos diretos e realistas da percepção ecológica. Pelo contrário, a afetividade produz *affordances* muito situadas¹⁹.

Já que as *affordances* sociais como essencialmente engajadas são um ganho compreensivo para a cognição social que se arroga da percepção ecológica ao tocar às *affordances* afetivas demarcando significativamente as interações, assim, ela consolida a cognição social com abrangência corporificada levando em consideração o fator da reciprocidade entre os indivíduos.

Logo, os sujeitos cognitivamente envolvidos são solidários quanto às suas habilidades e trocas conjuntas de forma autônoma, gerando percepção, porque, sendo as *affordances* efetivas, permitem ao sujeito explorar o seu ambiente por meio de suas interações emocionais, viabiliza a tese da mente estendida, em que alguns de nossos estados cognitivos se estendem para além da concepção intracraniana. Esta será a abordagem do tópico seguinte.

¹⁸ “[...] affective states are crucial for the selection of affordances, which will show up in our experience as more attractive or more aversive depending on how our affects evaluate our coupling to the environment.” CARVALHO, 2022, p. 46.

¹⁹ “The world shows up to us not only in terms of general possibilities for action, as if we were disengaged beings, but mainly in terms of attractive and aversive affordances. We perceive the world as an engaged being, that is, as a being that feels one’s potentialities in relation to the world. In this sense, almost every affordance is affective, especially those that are selected and invite us to act. Affectivity, as we saw, does not compromise the direct and realist aspects of ecological perception. On the contrary, affectivity brings forth very situated affordances.” CARVALHO, 2022, p. 47.

3.2. A ideia da mente estendida na cognição social

No último tópico do capítulo anterior, intitulado “A crítica ao conceito de representação”, vimos de que modo a noção das *affordances* sugere uma ideia corporificada de cognição, que se coloca no ajuste entre indivíduo e ambiente. No tópico acima, vimos o conceito de *affordances* sociais, ou seja, *affordances* que se colocam nas interações entre os sujeitos. Os objetos que se colocam na situação de interação são *affordances* compartilhadas e, sendo assim, carregam informações não apenas da interação, mas também sobre o comportamento das pessoas.

Nosso objetivo neste tópico é extrair consequências importantes para a cognição social. Em particular, nosso ponto é mostrar que o conceito de *affordances* sociais tem consequências profundas para as teorias tradicionais da cognição social. Elas constituem parte da motivação para a chamada teoria interacionista, segundo a qual a atividade de interpretar o comportamento alheio pode ser concebida em bases perceptivas, ou seja, independentemente das capacidades inferenciais dos agentes. Nosso primeiro passo é ver com mais detalhes a cognição estendida e o modo como ela pode ser aplicada às interações sociais.

A cognição estendida surge como uma alternativa ao cognitivismo clássico. Trata-se também de um paradigma teórico amplo, com muitos desdobramentos e aplicações nos mais diversos campos do conhecimento. Nosso objetivo neste tópico é simplesmente trazer à tona elementos importantes da cognição estendida que repercutem diretamente na cognição social. São elementos que nos permitem esclarecer melhor o papel das *affordances* sociais para a cognição social.

É importante notar, de início, que o que chamamos neste trabalho de *cognição estendida* diz respeito a duas características centrais, que já foram colocadas de modo geral no capítulo anterior: (i) a cognição depende do corpo, em particular, das capacidades sensório-motoras, por isso a cognição é corporificada; (ii) a cognição está diretamente relacionada ao enraizamento do agente no ambiente. Tal como foi colocado, os objetos que estão presentes neste ambiente têm caráter constitutivo, dado que estão em continuidade com a cognição. Ambos os aspectos apontam para a tese de que os processos cognitivos se estendem além das fronteiras do crânio.

Vimos de forma muito breve que uma motivação importante da cognição estendida é superar a concepção restritiva da cognição humana. Essa restrição remonta a concepções tradicionais em filosofia da mente, que consideram os processos intracranianos como

autônomos do ponto de vista cognitivo²⁰. Contrariamente a essa ideia, a cognição estendida afirma que a análise da cognição humana deve levar em conta outros elementos aos quais a mente está intimamente relacionada. Um desses elementos é o corpo que se encontra engajado no ambiente e o explora de forma livre. O segundo elemento são os objetos que se tornam *affordances* quando aparecem de modo constitutivo na atividade perceptiva e cognitiva. Varela e colaboradores apresentaram dois pontos essenciais que esclarecem o sentido da cognição estendida:

primeiro, que a cognição depende dos tipos de experiência que advêm de ter um corpo com várias capacidades sensório-motoras e, em segundo lugar, que estas capacidades sensório-motoras individuais estão elas próprias inseridas num contexto biológico, psicológico e cultural mais abrangente²¹.

A tese de que os processos cognitivos dependem de um corpo engajado no ambiente representa uma alternativa ao cognitivismo tradicional. Segundo a cognição estendida, essas relações não são abordadas com a devida importância pelas concepções tradicionais em Filosofia da mente. Tais concepções entendem que as capacidades sensório-motoras localizam-se nas duas pontas do sistema cognitivo. Os órgãos sensoriais extraem *inputs* que alimentam a cognição. Depois de processados, esses *inputs* se converteriam em *outputs* desse sistema. Esses *outputs* são ações que levam ao ajuste entre agente e mundo.

O problema é que as concepções tradicionais enfraquecem as relações entre mente, corpo e mundo. Para as teorias tradicionais, como vimos, entre a percepção e a ação ocorre o processamento da informação. A cognição é aqui pensada como um processamento entrincheirado de informação, situando-se entre os órgãos sensoriais e o comportamento. Os processos que se encontram do lado de fora dos limites intracranianos têm importância secundária. Eles são concebidos apenas no seu papel causal da percepção e cognição. Mas o papel que a cognição estendida atribui a eles é de constituir o processo cognitivo. O problema é que a ideia de que a mente é tão-somente realizada de maneira neuronal pode culminar em uma desconexão ou, no mínimo, um enfraquecimento das conexões entre mente, corpo e do mundo. É justamente em relação a essa posição internista que a cognição estendida se coloca

²⁰ Aqui nos referimos ao funcionalismo, teoria da identidade e teoria da modularidade, que podem ser denominadas de teorias mentalistas, dado que prescindem do corpo e do ambiente.

²¹ “[...] first, that cognition depends upon the kinds of experience that come from having a body with various sensorimotor capacities, and second, that these individual sensorimotor capacities are themselves embedded in a more encompassing biological, psychological, and cultural context.” VARELA, F.; THOMPSON, E., and ROSCH, E. (1991). *The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience*. Cambridge: MIT Press. p. 173.

como um modelo alternativo. O problema metodológico presente no cognitivismo é o projeto de se compreender a cognição humana isolando-se a mente das relações com o corpo e com o entorno físico. Tal possibilidade se deve em parte justamente ao comprometimento com a imagem da cognição como manipulação de símbolos. Como afirma Van Gelder:

na medida em que o sistema cognitivo trafega apenas em representações simbólicas, o corpo humano e o ambiente físico podem ser deixados de lado; é possível estudar o sistema cognitivo como um sistema autônomo, sem corpo e sem mundo, cuja função é transformar representações de entrada em representações de saída²².

De que maneira essas considerações são divergentes em relação às concepções tradicionais? Ora, contrariamente ao que afirma as linhas de pensamento tradicionais, trata-se da ideia central de que a mente não se limita às fronteiras do crânio. A imagem que resulta das considerações precedentes é que mente, corpo e ambiente estão em relações dinâmicas e, sendo assim, podem ser concebidos como partes de um mesmo sistema. Segundo Clark e Chalmers²³, cada uma dessas partes está acoplada à outra, de tal modo que a descrição do comportamento de uma das partes deve incluir a descrição do comportamento de outras partes. Cada parte afeta e, ao mesmo tempo, é afetada pelas outras partes do sistema. Os processos cognitivos devem ser concebidos como produtos emergentes de uma relação dinâmica e não-linear entre fatores neuronais, corporais e ambientais.

Bem, as considerações precedentes são, em parte, uma retomada do que vimos no capítulo anterior. Elas mostram uma imagem estendida da cognição: as relações recíprocas entre percepção e ação apontam para uma ausência de limites rígidos entre a mente e o corpo. As experiências perceptuais não são somente realizadas de forma neuronal, mas sim possuem uma estrutura híbrida, dividem-se em estados internos (neuronais) e externos (movimentos corporais)²⁴. Tendo em vista a tese da mente estendida, e o conceito de *affordances* sociais, podemos agora repensar a cognição social. Como veremos, essa aplicação gera uma concepção alternativa às abordagens tradicionais, i.e., à Teoria-teoria como também à Teoria da simulação. A aplicação da cognição estendida e a ideia de *affordances* sociais à cognição social leva o

²² “[...] to the extent that the cognitive system traffics only in symbolic representations, the human body and the physical environment can be left aside; it is possible to study the cognitive system as an autonomous system, without a body and without a world, whose function is to transform input representations into output representations.” VAN GELDER, T. (1995). “What Might Cognition Be, If Not Computation,” In. **Journal of Philosophy** 92: 345–81, p. 373.

²³ CLARK; CHALMERS, 1998.

²⁴ SMITH, J. (2010). Seeing Other People. In. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXXXI N.3

nome de interacionismo²⁵. Tal corrente teórica é motivada, em particular, por uma tentativa de superar os problemas dessas teorias, problemas tais que se seguiriam justamente do comprometimento com o mentalismo tradicional. No que se segue, veremos, ainda de maneira geral, alguns dos resultados dessa aplicação da cognição estendida no domínio da cognição social. Esse passo é importante para mostrarmos o papel das *affordances* sociais.

Vimos, a partir da cognição estendida, que a concepção intracraniana da mente recorre a representações para superar o halo que se coloca entre mente e corpo, assim como na relação entre mente e mundo. Mas, no domínio da cognição social, esse insulamento consiste no seguinte: o intérprete tem acesso a um corpo que não carrega qualquer tipo de mentalidade. Dado que os estados mentais não se expressam no comportamento, eles se encontram insulados, dentro da mente. Esse insulamento, por sua vez, torna o acesso a outras mentes uma atividade cognitivamente carregada, já que dependente de outros recursos cognitivos além da percepção. Isso porque, segundo a concepção tradicional, não percebemos outras mentes diretamente, mas sim inferimos os estados mentais dos outros com base em uma teoria da mente ou com base em simulações. Esse processo inferencial é necessário para superar o *gap* cognitivo, sobre o qual já tratamos nesta dissertação.

Esse problema foi analisado por Gallagher, que trouxe à tona o que ele mesmo chama de suposição mentalista. O argumento de que a cognição social depende de recursos cognitivos de alto nível tem como implicação a tese de que a mente dos outros está escondida em um reino interno, inacessível à percepção do intérprete. Segundo o autor, trata-se de uma suposição que obscurece a compreensão acerca do modo comum pelo qual os humanos se entendem mutuamente. Além disso, o *gap* cognitivo parece ecoar uma concepção dualista da mente. Mais uma vez, esse problema somente pode aparecer justamente a partir do argumento de que a mente está escondida. Gallagher explica o que ele considera o problema de acesso a outras mentes:

De acordo com esta suposição, este é um problema de acesso porque as outras mentes estão escondidas, fechadas, por trás do comportamento evidente que podemos ver. Esta parece ser uma suposição cartesiana sobre a própria natureza daquilo que chamamos “mente”. A mente é concebida como um domínio interno, em contraste com o comportamento, que é externo e observável, e que empresta a sua intencionalidade aos estados mentais que o controlam. Tanto a teoria-teoria, como a teoria da simulação, colocam o problema como o de obter acesso a outras mentes, e as suas explicações da cognição social são enquadradas precisamente nestes termos²⁶.

²⁵ DE JAEGHER. Social understanding through direct perception? Yes, by interacting. **Consciousness and Cognition** 18: 535-542, 2009.

²⁶ “According to this supposition, this is a problem of access because other minds are hidden away, closed in, behind the overt behavior that we can see. This seems to be a Cartesian supposition about the very nature of what we call ‘the mind’. The mind is conceived as an inner realm, in contrast to behavior, which is external and observable, and which borrows its intentionality from the mental states that control it. Both theory theory and simulation theory set the problem as one of gaining access to other minds, and their explanations of social cognition

A proposta interacionista é justamente contornar esse problema de acesso, superando o que ela mesma denomina de *gap* cognitivo com o qual se comprometeriam as teorias clássicas da cognição social. A questão com a qual estaremos ocupados no restante deste tópico é a seguinte: de que maneira a aplicação da cognição estendida altera de significativamente esse modo tradicional de se pensar a cognição social?

Lembremos que a cognição estendida afirma não ser possível analisar a cognição humana sem levar em conta as relações dinâmicas entre mente, corpo e mundo. A ênfase nessas relações deixa claro uma abordagem situada da cognição. Trata-se de um enfoque explicativo que procura levar em conta os processos nas situações nas quais tipicamente esses processos se ancoram. Ora, a ideia de uma percepção ecológica de Gibson, i.e., uma ideia voltada para o modo de vida da espécie, expressa exatamente esse ponto. Ademais, como mostram de diferentes formas Sterely, Clark e Chalmers, os aspectos constitutivos dessas situações estão em relações dinâmicas e constitutivas com os processos cognitivos dos agentes.

Observe-se que nas situações de cognição social, do lado de fora da mente do agente não há somente o mundo, mas, notadamente, outro agente. Nessa linha, a abordagem estendida da cognição social procura trazer à tona as relações dinâmicas entre os agentes e o ambiente, situações nas quais a cognição social está ancorada. A investigação desloca-se do que ocorre na mente de cada um dos agentes, considerados em isolamento, e passa a incluir o modo pelo qual as inter-relações dinâmicas entre as mentes corporificadas, e o conjunto de affordances sociais presentes no ambiente compartilhado, afetam diretamente a capacidade cognitivo-social dos agentes.

A cognição estendida afirma que não é possível analisar os processos cognitivos sem levar em conta as relações dinâmicas entre mente, corpo e mundo. Aplicando essa tese no domínio da cognição social, temos a ideia de que não é possível pesquisar a cognição social sem levar em conta o outro e um ambiente compartilhado. Noutros termos, o enfoque metodológico deve incidir *primordialmente* sobre as situações de interação entre os agentes. Por certo, não é que as teorias tradicionais prescindam das interações. Entretanto, justamente porque o que está em jogo são as computações internas da mente, as interações parecem ter importância secundária. Ou melhor, no quadro das teorias clássicas, as interações aparecem,

are framed in precisely these terms.” GALLAGHER, S. Direct Perception in the intersubjective context. *Consciousness and Cognition* 17: 2008a, p. 209.

por assim dizer, tardiamente, como o ponto de chegada de um processo interno e isolado de leitura de mente.

Por outro lado, segundo essa aplicação da cognição estendida na cognição social, as interações vêm em primeiro lugar. Como afirmamos, a ideia central é que a cognição social é em grande medida dependente de mentes corporificadas em conexão ativa. Ou seja, diferentemente da posição de observadores que passivamente recebem e processam os *inputs* sociais, o interacionismo entende que a cognição social depende primordialmente do engajamento dos agentes em situações de interação. O que pode justificar esse enfoque intersubjetivo é a ideia de que a interação social envolve um acoplamento entre ao menos dois agentes que é regulado por *affordances* sociais pertinentes à interação ela mesma. A noção de acoplamento entre os agentes visa esclarecer o fato de que os aspectos constitutivos dessas interações não resultam simplesmente da atividade cognitiva da mente de cada um deles, tomadas isoladamente. Tais aspectos são produtos emergentes da própria interação. Os agentes estão em inter-relação dinâmica, i.e., estão conectados por um conjunto de reações e movimentos corporais recíprocos. A esse respeito, Froese e Fuchs afirmam algo interessante acerca desse fenômeno:

Isto cria uma interação circular de expressões e reações que ocorre em frações de segundos e modifica constantemente o estado corporal de cada parceiro, num processo que se torna altamente autônomo e não é diretamente controlado pelos parceiros. Eles se tornaram parte de um sistema dinâmico sensorio-motor e interafetivo que conecta ambos os corpos por meio de movimentos e reações recíprocas, ou seja, em ressonância intercorporal²⁷.

Trata-se de um sistema autônomo eivado de *affordances* sociais nos dois sentidos já colocados no tópico anterior. Tanto as ações quanto os objetos são parte desse sistema dinâmico sensorio-motor que regula as ações de cada agente envolvido na interação. A título de esclarecimento, considere-se a seguinte situação ordinária de interação entre João e Maria, por exemplo, uma circunstância em que ambos decidem limpar a cozinha. Parece plausível afirmar que o conjunto de ações que ambos realizam não é simplesmente o somatório de ações individuais. Antes, eles agem *conjuntamente*. Isso porque a ação de cada um dos agentes é

²⁷ “This creates a circular interplay of expressions and reactions running in split seconds and constantly modifying each partner’s bodily state, in a process that becomes highly autonomous and is not directly controlled by partners. They have become parts of a dynamic sensori-motor and inter-affective system that connects both bodies by reciprocal movements and reactions, that means, in inter-bodily resonance.” FROESE, T.; FUCHS, T. The extended body: a case study in the Neurophenomenology of social interaction. **Phenomenology and Cognitive Science**, 41, 5, 2012, p. 213.

sensível a ação do outro, ou melhor, às suas expectativas em relação ao modo que o outro agirá dada a situação compartilhada.

Nessa situação, ocorre um conjunto de ajustes mútuos de curto prazo que os agentes realizam nessas interações, como sincronização de movimentos, seguimento mútuo do olhar, detecção rápida do que é perceptualmente compartilhado no ambiente, cálculo de perspectivas, além de outras habilidades. De acordo com a cognição estendida, a mente se estende nesses movimentos, de tal modo que não se trata de meros movimentos corporais desprovidos de intencionalidade. Aqui temos, portanto, *affordances* sociais que se expressam no comportamento de ambos os envolvidos.

Na qualidade de ações legítimas, tais movimentos ensejam um conjunto de reações sensorio-motoras, igualmente significativo, por parte do outro agente. Em uma situação de interação, o apontar para um objeto por parte de João enseja um movimento de cabeça por parte de Maria, que por sua vez leva João a se aproximar para pegar o objeto nas mãos de Maria e assim por diante. Aqui ambos os agentes rastreiam e corrigem mutuamente a atenção perceptual, fazem antecipações e influenciam mutuamente o olhar. Ambos são sensíveis ao conjunto de *affordances* sociais pertinentes a essa interação.

Note-se que nessa situação interativa, ocorre uma interdependência do controle da atenção perceptual. Cada agente mobiliza sua atenção perceptual com base nas escolhas do outro ou sobre suas expectativas acerca das escolhas do outro. O controle da atenção perceptual por parte de cada agente está como que enredado um ao outro. Aqui, os movimentos de João afetam e, ao mesmo tempo, são afetados pelos movimentos de Maria. Esse enfoque sobre o caráter dinâmico dessas interações, i.e., seu aspecto temporalmente estendido que comporta ciclos de *feedback*, mostra que a análise dessa situação acerca dos processos cognitivos de João deve incluir os processos cognitivos de Maria e vice-versa.

Note-se uma diferença importante entre essa análise e as análises tradicionais. As teorias tradicionais afirmaram a existência de uma fronteira entre os estados mentais – internos – e o comportamento – externo. Essa fronteira tornaria o processo do seguinte modo: um estado mental interno de João produz um determinado comportamento que, por sua vez, encontra-se disponível para a percepção de Maria. Ao perceber o comportamento de João, Maria realiza inferências para decifrar o estado mental correspondente. A partir dessa inferência, Maria age de forma pertinente. João, por sua vez, ao perceber o comportamento de Maria, realiza inferências para compreender o comportamento e assim por diante. Nesse modelo explicativo, há um *gap* separando as mentes de João e Maria, um *gap* a ser superado por meio de recursos cognitivos extra-perceptuais como teoria da mente ou simulação. Note-se que esse *gap* decorre

de um desconhecimento que as ações e expressões faciais de João e Maria são *affordances* sociais. Sem a compreensão do comportamento como *affordances* sociais, o comportamento de ambos parece como qualquer outro fenômeno físico.

Por outro lado, diferentemente do que afirmam as teorias clássicas, em situações ordinárias de interação, tipicamente não há uma fronteira entre os estados mentais – internos – e o comportamento – externo. Com efeito, é isso que ocorre, ao menos com uma parte de estados mentais relevantes para a interação. No exemplo acima, as intenções de Maria, que muitas vezes já são parcialmente sensíveis ao comportamento de João, se expressam diretamente nos seus movimentos corporais e, numa dada situação, são diretamente percebidas por João, cujas reações correspondentes são percebidas por Maria e assim por diante.

Um último comentário que pode esclarecer o que está em jogo é o seguinte: no que diz respeito a essas interações, o interacionismo quer chamar a atenção para a diferença entre o ponto de vista de um participante de uma interação e o ponto de vista externo de um observador. O argumento central do interacionismo é que, enquanto engajado em uma situação de interação, o agente tem de maneira facilitada um acesso direto à mente do outro. Isso ocorre porque situações de interação carregam um conjunto de *affordances* compartilhadas. Daí que, no mais das vezes, nessas situações de interação os estados mentais relevantes para a interação se expressam diretamente nas ações dos agentes. A esse respeito, nichos de *affordances* sociais têm um papel fundamental. Como mostra Sterelny, os agentes estão cercados dessas *affordances* que, quando compartilhadas, permitem um acesso direto à mente do outro. Essas *affordances* medeiam as interações e podem facilitar o monitoramento da mente do outro. O recurso a uma teoria da mente ou à simulação de alto nível seria adequado à postura de um observador, i.e., uma postura externa às interações. Nesse caso, o agente não pode tirar proveito de objetivos comuns e objetos compartilhados que constituem essas situações interativas. Mas esse não é o comum dos casos, ao menos não reflete o que ocorre em situações interativas.

Dessas considerações resulta, em suma, uma ideia central acerca da cognição social: os processos cognitivos sociais corporificados de cada um dos agentes estão em relações dinâmicas com o outro e com um nicho de *affordances* compartilhadas. As interações envolvem ciclos de *feedback*: ao longo do fluxo da interação, o agente afeta e ao mesmo tempo é afetado pelo outro. Ou seja, cada agente não somente se ajusta ao outro, mas à maneira segundo a qual esse outro se ajustou a ele no instante anterior. Esse fato confere certa autonomia às interações; uma análise sobre o que ocorre interna ou isoladamente em cada agente não faz justiça a esse fato. Dado o caráter fluente das interações, não parece correto afirmar um *gap* cognitivo entre o comportamento dos agentes e os seus respectivos estados mentais. Em situações típicas de

interação social, não percebemos meros movimentos corporais, mas sim *affordances* sociais que se expressam tanto em ações intencionais, quanto nos objetos pertinentes à interação social. Nesse enfoque, o que se encontra disponível à percepção mútua dos agentes é um corpo ajustado no ambiente e investido de mentalidade.

O comprometimento com o *gap* cognitivo teria levado as teorias mentalistas a restringirem o foco da análise a capacidades cognitivas internas ou individuais. Por certo, as abordagens tradicionais levam em conta outras capacidades além das inferenciais, como seguir, olhar, sincronizar movimentos e assim por diante. Mas, de acordo com essas teorias, essas capacidades são meramente precursoras, não constitutivas, da capacidade de ler mentes. Isso porque, vale insistir, todos esses comportamentos não são concebidos como *affordances* sociais. Assim, a importância desses comportamentos reside tão-somente na maneira pela qual vão dar entrada à teoria da mente ou a uma atividade de simulação. Nesse sentido, elas teriam importância secundária. Lembremos que nas análises tradicionais, a cognição social se encontra desenvolvida somente na fase em que os humanos possuem uma teoria da mente em sentido explícito. De modo parecido, em Baron-Cohen, por exemplo, a cognição social atinge pleno desenvolvimento somente quando o módulo da teoria da mente é ativado. Assim as práticas interativas, e as capacidades que permitem a participação em tais práticas, teriam um papel secundário relativamente ao módulo responsável pela teoria da mente. Gallagher afirma que

isso significaria que ou essas práticas perceptivas e contextuais são simplesmente substituídas pelas funções cognitivas superiores de teorização ou simulação, ou que essas funções superiores são construídas sobre as mais primárias, de modo que passam a servir de alguma forma a um conjunto mais consistente e onipresente das capacidades cognitivas. Mesmo neste último caso, contudo, a ideia de que estas capacidades são precursoras significa que, eventualmente e em termos de desenvolvimento, não são as capacidades que empregamos na nossa compreensão adulta mais sofisticada dos outros²⁸.

Por outro lado, ao deslocar o foco do que ocorre internamente, em cada um dos agentes, para as interações elas mesmas, o interacionismo procura mostrar que essas capacidades práticas são constitutivas da cognição social. Tais capacidades se colocam, assim, no primeiro plano da análise da cognição social. Desse modo, alcança-se um enfoque mais amplo acerca da cognição social: a compreensão comum dos outros não é simplesmente a compreensão de

²⁸ “[...] this would mean that either these perceptual and contextual practices are simply displaced by the higher cognitive functions of theorizing or simulating, or that these higher functions are built upon the more primary ones so that they come to serve in some way a more consistent and ubiquitous set of cognitive capacities. Even in the latter case, however, the idea that these capacities are precursors means that eventually and developmentally, they are not the capacities that we employ in our more sophisticated adult comprehension of others.” GALLAGHER, S. **Inference or interaction:** social cognition without precursors. *Philosophical Explorations*, 2008b, p. 54.

mentes que abrigam em seu interior estados mentais; mas sim a compreensão de agentes situados espaço-temporalmente em contextos de interação mediados por um conjunto de *affordances* compartilhadas.

Tendo em vista essas considerações, muitos interacionistas se sentem encorajados a dar o seguinte passo: dada a ausência de *gap* em situações ordinárias de interação, os agentes tipicamente não precisam usar os recursos cognitivos associados à leitura de mente. Tais recursos entrariam em operação quando estamos na posição de observadores, diante de um comportamento à primeira vista difícil de ser compreendido, ou mesmo para se entender a fundo a mente do outro. No entanto, esses casos são exceções, ao menos não dizem respeito a situações ordinárias de interação. Ora, as interações ordinárias são o lugar em que tipicamente humanos desenvolvem e exercem esse tipo de compreensão mútua. Daí que não pareça correto o amplo escopo que o mentalismo atribuiu esses recursos cognitivos no domínio da cognição social. O passo seria então de reduzir, senão anular o papel de capacidades cognitivas que supostamente não aderem a essas interações. Essas são as operações que entrariam em operação no modo *off-line*, justamente as capacidades levadas em conta pelo mentalismo, como a capacidade de realizar inferências ou de simular. Segundo os interacionistas, tais capacidades seriam incompatíveis com o caráter fluente das interações ordinárias. Na melhor das hipóteses, elas seriam responsáveis por situações muito incomuns de cognição social. Desse modo, a proposta desinflacionada da posição interacionista seria adequada à cognição social.

3.3. A percepção do outro a partir do conceito de affordances sociais

Neste tópico, tentaremos extrair consequências do que afirmamos para a defesa de uma determinada ideia de percepção na cognição social. Como viemos afirmando ao longo da dissertação, nosso objetivo central consiste em mostrar que o conceito de *affordances* sociais implica uma concepção de percepção social de um modo muito diferente do que foi postulado pelas teorias tradicionais. A sensibilidade a *affordances* sociais implica riqueza do conteúdo perceptual que abrange outras mentes. Afirmamos que as teorias tradicionais se equivocam por não fazer justiça ao caráter fluente das interações sociais, em que o acesso a outras mentes ocorre comumente. Isso porque elas sobrecarregam cognitivamente a interpretação do comportamento alheio comprometendo-se, de diferentes modos, com a pobreza da estimulação sensorial. O processamento de informação acerca do outro por meio de inferências, que se

baseiam em uma teoria da mente ou em processos de simulação, serve para superar o *gap* cognitivo entre mente e corpo.

Entretanto, em situações de interação social, em que os agentes coordenam ações e compartilham uma série de *affordances*, esse *gap* dificilmente se coloca. Essa ideia será explorada com mais detalhes neste tópico. O ponto central é que, tendo em vista a tese da mente estendida, os estados mentais dos agentes se estendem nas *affordances* sociais, que são as ações e os objetos pertinentes à interação. Isso tem a seguinte consequência para a cognição social: nos contextos de interação, em que os agentes compartilham a atenção, perceber esses objetos significa perceber os estados mentais relevantes.

Entretanto, antes de desenvolver esse argumento, é necessário considerar uma objeção: pode haver uma motivação aparente para a defesa desse *gap* cognitivo. À primeira vista, pode parecer que mente e corpo não estão em uma relação de co-variação simples. Afinal, um mesmo estado mental pode gerar diferentes comportamentos. Por exemplo, alguém pode formar uma intenção que só pode ser realizada a longo prazo, de tal modo que requer diferentes comportamentos ao longo do tempo. E, inversamente, uma mesma ação pode ser causada por diferentes estados mentais. Dependendo da intenção, um mesmo gesto pode ter significados opostos. Essa diferença entre mente e corpo pode levar à tese do *gap* cognitivo, de tal modo que apenas a percepção do comportamento não é suficiente para a sua compreensão. Além disso, o *gap* cognitivo pode também evitar uma posição reducionista ou eliminativista acerca da mente. Essa posição, que pode ser compreendida como *behaviorista* no sentido skinneriano, afirmaria que a percepção do comportamento enquanto fenômeno físico qualquer é suficiente para esclarecer a mente. Essas motivações, que em suma afirmam que os estados mentais são inobserváveis, são razoáveis. De tal modo que nos cabe mostrar por que não precisamos delas. Ou seja, é importante deixar claro que a nossa posição, ao investir na percepção do intérprete, não resvala para uma posição behaviorista simples.

Na nossa concepção, a percepção social é uma capacidade que coloca o intérprete diante de um comportamento investido de mentalidade. Não há aqui qualquer comprometimento com uma posição reducionista. Um modo de esclarecer esse ponto pode ser mediante a retomada da empatia na cognição social proposta por Dan Zahavi e Soren Overgaard. Segundo eles, a capacidade de empatia significa experienciar os estados mentais das outras pessoas. Mas há uma diferença entre se empatizar com a dor alheia, por exemplo, e sentir a dor que o outro sente. Para Zahavi e Overgaard, na empatia o intérprete está diretamente voltado para o comportamento intencional do outro. Ele não está voltado para si mesmo. Ainda que ele sinta o que o outro sente, tal sentimento não é constitutivo da sua percepção: “a empatia não é uma

emoção distinta e específica (como o constrangimento, vergonha ou orgulho); mas sim denota uma forma de intencionalidade básica e irreduzível, dirigida à experiência do outro como tal”²⁹.

Como já sabemos, podemos facilmente apresentar exemplos de reconhecimento direto de estados mentais no comportamento das outras pessoas. Perceber e reconhecer expressões faciais que veiculam emoções como raiva, alegria ou dor não demandam qualquer esforço cognitivo. Tampouco precisamos sentir a mesma coisa que o outro sente para sermos capazes de capturar a emoção que se expressa na face. Do mesmo modo, podemos perceber e reconhecer diretamente intenções motoras. Um gesto de apontar para um objeto, ou de manipular algo expressam diretamente essas intenções. Um intérprete que observa alguém que agarra um objeto não precisa fazer inferências, tampouco precisa inferir emoções a partir de contornos que se expressam na face.

Ora, já temos condições de explicar a razão pela qual não é necessário qualquer esforço cognitivo nesses casos. Essas expressões faciais e esses gestos são *affordances* sociais, de tal modo que o intérprete comum, nas situações prototípicas de interação social, é habilitado a reconhecê-los como comportamentos investidos de intencionalidade. Nessas situações interativas, como vimos, os estados mentais se revelam diretamente no comportamento dos agentes. Recorde-se que nessas situações de interação social, os agentes não estão em uma postura passiva, como se assumissem o ponto de vista externo, de terceira pessoa. Cada um deles realiza uma série de movimentos corporais para se ajustar ao outro e isso constitui a percepção social. O percipiente se depara com comportamentos enquanto *affordances* sociais nos quais a mente se estende. Perceber o comportamento das pessoas nas situações de interação social é, neste sentido, perceber a mente dos outros. Acerca disso, afirma Joel Krueger:

alguns fenômenos mentais têm uma estrutura híbrida. São estados ou processos que abrangem tanto internos (neurais) quanto externos (extra-neurais) operações, e são, portanto, diretamente incorporadas dentro de alguns padrões de expressão comportamento. Assim, quando percebemos comportamentos e ações expressivas, percebemos não expressões de disposições, mas antes partes próprias da mente fenômenos. Nós literalmente vemos a mente em ação³⁰.

²⁹ “[...] empathy is not a distinct and specific emotion (like embarrassment, shame or pride); but rather, it denotes a form of basic and irreducible intentionality, directed at the experience of the other as such.” ZAHAVI, D; OVERGAARD. Empathy without Isomorphism: A Phenomenological Account. In. **Empathy: From Bench to Bedside**. Mit Press, 2012, p. 4.

³⁰ “[...] some mental phenomena have a hybrid structure. They are states or processes that straddle both internal (neural) and external (extra-neural) operations, and are thus directly embodied within some patterns of expressive behavior. Accordingly, when we perceive behavior and expressive actions, we perceive not expressions of dispositions but rather proper parts of mental phenomena. We literally see mind in action.” KRUEGER, J. Seeing mind in action. **Phenomenology and Cognitive Science**, 11, 2012. p. 155-56.

Até aqui vimos que não parece haver qualquer problema no reconhecimento perceptivo de intenções motoras e emoções que se expressam diretamente no comportamento dos agentes envolvidos em situações de interação. Nesse ponto, entretanto, vale a pena retomar o problema colocado acima. Afinal, tratamos de estados mentais que, de fato, parecem se expressar diretamente no comportamento. Mas, o que dizer de estados mentais que não se revelam à primeira vista? Pode ser que o gesto de manipular determinado objeto seja parte de uma intenção mais ampla, que não se revela diretamente nele. Será que a nossa abordagem, que defende que a mente se estende em *affordances* sociais poderia contemplar esses casos?

Podemos lidar com esses casos notando que as interações sociais em contextos compartilhados se estendem no tempo. Uma condição necessária para que os agentes consigam se engajar de forma estável nessas interações é a capacidade de lidar, além da situação ocorrente, com situações passadas e futuras. Eles tanto devem manter o rastro acerca do que já foi produzido, quanto criar expectativas acerca do futuro próximo. Mas será que essa capacidade não seria inferencial? Como o passado e o futuro poderiam ser percebidos?

Uma resposta pode ser algo que já explicamos no primeiro capítulo desta dissertação. O que experienciamos na percepção vai além do que estimula a nossa retina. A partir daí podemos mostrar que situações passadas e situações futuras que se apresentam ao longo das interações estão presentes na experiência perceptiva sob a forma de retenções e pretensões³¹. Retenções e pretensões estão presentes na circunvizinhança do campo perceptivo. Ao perceber o co-específico em contextos interativos, cada percipiente mantém, de modo implícito, o rastro do que vem resultando da interação e antecipa o momento posterior baseado em expectativas sensório-motoras.

Por exemplo, se a manipulação de determinado objeto fosse algo que não se inscreve no tempo, a percepção, por mais rica que seja, não seria suficiente para informar ao intérprete as intenções do seu co-específico. Nesse caso, o intérprete teria que mobilizar suas metarrepresentações sobre o outro em uma teoria da mente ou em um processo de simulação. Mas, em episódios de interação, tanto a percepção do intérprete, quanto o comportamento do outro, são fenômenos temporalmente estendidos. O intérprete tampouco está em uma posição passiva. Ele realiza um conjunto de ações que visam ajustar-se ao outro. Ademais, sua percepção se inscreve em um curso temporal. O que ele percebe é o próprio dinamismo da interação entre ele e o outro. Assim, ele mantém implicitamente o rastro do que foi produzido

³¹ ZAHAVI, D. OVERGAARD. Empathy without Isomorphism: A Phenomenological account. In. **Empathy: From Bench to Bedside**. Mit Press, p. 3-21, 2012.

e antecipa o futuro próximo. Isso significa que estados mentais que não se revelam imediatamente, como expressões faciais e comportamento ambíguos, se revelam no curso da interação, sem a necessidade de qualquer recurso cognitivo de alto nível.

Enfim, podemos resumir as considerações feitas até aqui da seguinte forma: em episódios de interação, as *affordances* sociais carregam um conjunto de informações acerca da mente das pessoas. A percepção dos agentes acerca do comportamento do outro a mente é, ao mesmo tempo, a percepção da mente. Por certo, o tipo de compreensão que aqui está em análise está submetida a propósitos de interação. Ou seja, não se trata de compreender profundamente as motivações e causas escondidas do comportamento, às quais talvez o próprio agente sequer é capaz de acessar de modo reflexivo. Estamos cientes dos casos em que o comportamento dos agentes se tornam obscuros ou imprevisíveis. Nesses casos, que não são comuns, pode ser necessário assumir uma postura de terceira pessoa e, a partir de uma teoria da mente ou de uma simulação, tentar compreender o outro. Entretanto, esses casos não são representativos.

Assim, em virtude do caráter prototípico das interações sociais, como as situações de atenção conjunta, é sobre elas que as análises da cognição social devem se debruçar. E, nesses casos, a posse de metarrepresentações que se colocam em uma teoria da mente ou na simulação não parecem ter qualquer utilidade. Recorrer a essas capacidades impõe uma sobrecarga cognitiva que, a rigor, é fluente e sem qualquer custo cognitivo. Por outro lado, o recurso às *affordances* sociais, tal como pensado por Gibson, faz justiça ao caráter fluente da cognição social.

CONCLUSÃO

Nossa dissertação procurou trazer à tona o conceito de *affordances* sociais em Gibson e mostrar a fecundidade deste conceito para a cognição social. Esse conceito foi construído a partir das *affordances* que se colocam na relação entre agente e mundo. De modo parecido, as *affordances* também se colocam entre os agentes que estão engajados em episódios de coordenação da ação. Nesses episódios, perceber uma ação é perceber solicitações de ajuste mútuo para a realização de fins compartilhados. As *affordances* sociais apontam para a ideia de que na percepção do outro nos deparamos com um comportamento investido de mentalidade, de tal modo que vemos os estados mentais nas ações. Nossa sensibilidade às *affordances* não depende da capacidade de realizar inferências, mas sim de uma aprendizagem perceptiva adquirida com a participação contínua em episódios de interação social. Nesses episódios, em que os agentes compartilham a atenção perceptiva, os estados mentais estão reciprocamente abertos.

Assim, quer nos parecer que fica contornado o problema do *gap* cognitivo, com o qual as teorias tradicionais da cognição social se comprometeram de diferentes modos. Ao longo da nossa dissertação, tentamos mostrar que o *gap* cognitivo aparece com consequência da tese da pobreza dos estímulos aliada a uma concepção internista da mente. Com a pobreza dos estímulos, faz-se necessário pensar a cognição social como um esquema compensatório dotado de metarrepresentações como objeto de uma teoria comum da mente ou como objeto de simulações.

Entretanto, como procuramos mostrar, a tese da pobreza dos estímulos não se atenta para a diferença entre perceber um fenômeno físico qualquer, por um lado, e perceber um comportamento humano por outro. Ou melhor, para essa tese a diferença só aparece no processamento cognitivo superior. Mas nosso ponto, seguindo os passos de Gibson, foi defender uma diferença na percepção, mesmo diante da tese de que a percepção sempre envolve riqueza informacional. A saber, diante de seres humanos, não assumimos um ponto de vista de terceira pessoa. Se, como afirma Gibson, a percepção é corporificada, então faz muita diferença coordenar ações diante de outro ser humano, por um lado, e se ajustar ao ambiente ancorado no mundo físico, por outro. A diferença é que entre seres humanos há uma reciprocidade de interação que, como vimos, comporta ciclos de *feedback*, constituídos por uma miríade de *affordances* sociais.

Uma vez que há razões que nos levam a afirmar tanto a riqueza perceptiva, quanto a tese de que a mente se estende nas *affordances*, não há razão para sustentar o *gap* entre mente e

corpo. Como vimos, isso não significa que os estados mentais de cada agente estejam sempre disponíveis ao outro. É certo que há casos em que o outro se torna imprevisível. Mas, como vimos, esses não são os casos típicos.

As *affordances* sociais, aplicadas à cognição social, podem mostrar o caráter fluente das interações, respeitando o caráter *sui generis* das ações humanas porque investidas de mentalidade.

REFERÊNCIAS

BRANCAZIO, Nick. Being perceived and being “seen”: interpersonal affordances, agency, and selfhood. **Frontiers in Psychology**. [online] 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.011750>. Acesso em: 26 set. 2022.

BROENS, Mariana C. A experiência perceptual na perspectiva da teoria da percepção direta. In. **Principia: an international journal of epistemology** 2017. Vol 21, No 2. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/principia/article/view/1808-1711.2017v21n2p223/pdf>. Acesso em: 8 dez. 2022.

CARVALHO, E. M. Social Affordance. **Encyclopedia of Animal Cognition and Behavior**. [online] 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-47829-6_1870-1. Acesso em: 16 jun. 2022.

CARVALHO, E. M. Psicologia Ecológica: da percepção à cognição social. **Escritos de Filosofia V: Linguagem e cognição**. [online] 2021. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/eroscarvalho/publications/psicologia-ecologica-da-percepcao-a-cognicaosocial>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CARVALHO, E. M. Affordances sociais e a tese da mente socialmente estendida. In: RUIVO, José Leonardo (Org.). **Proceeding of the Brazilian Research Group on Epistemology** 2018. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p. 73-105. Disponível em: <https://www.editorafi.org/107proceedings>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CHEMERO, A. Information and Direct Perception. In. **Radical Cognitive Science**. Cambridge: MIT-Press, 2009a.

CHEMERO, A. Affordance, etc. In. **Radical Cognitive Science**. Cambridge: MIT-Press, 2009b.

CHURCHLAND, P. **Scientific realism and the plasticity of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

CLORE, G; HUTSINGER, J. How emotions inform judgment and regulate thought. **Trends in Cognitive sciences** 11(9), 393-399, 2007.

CURRIE, G.; RAVENSCROFT, I. (2002) **Recreative Minds**. New York: Oxford University Press.

DAVIDSON, D. (1963) Action, Reasons and Causes. In. **Action and Events**. Oxford Press.

DAVIDSON, D. (1974) Psychology as Philosophy. In. **Action and Events**. Oxford Press.

DAVIDSON, D. (2001) Aristotle`s action. In. **Truth, Language and History**. Oxford Press.

DAVIDSON, D. (2003) Responses to Barry Stroud, John McDowell and Tyler Burge. In. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXVII, n.3.

DE JAEGER, S. Social understanding through direct perception? Yes, by interacting. **Consciousness and Cognition** 18: 535-542, 2009.

DENNETT, D. **Brainstorms**: philosophical essays on mind and psychology. Cambridge, MA: MIT Press, 1981.

FODOR, J. (1983). **The Modularity of Mind**: An Essay on Faculty Psychology. MIT press.

FROESE, T.; FUCHS, T. The extended body: a case study in the Neurophenomenology of social interaction. *Phenomenology and Cognitive Science*, 41, 5, 2012, p. 213.

GALLAGHER, S. Direct Perception in the intersubjective context. **Consciousness and Cognition** 17: 535-543, 2008a.

GALLAGHER, S. **Inference or interaction**: social cognition without precursors. *Philosophical Explorations*, 2008b.

GALLESE, V. "Being like me: Self-Other Identity, Mirror Neurons, and Empathy." In. **Perspectives on Imitation**: From Neuroscience to Social Science. pp. 101-119. MIT Press, 2005.

GIBSON, J. **The ecological approach to visual perception, Classical Edition**. New York: Psychology Press, 2015.

GIBSON, J. A Theory of Direct Visual Perception. In: **Vision and Mind**: Selected Readings in the Philosophy of Perception. MIT-Press, 2002.

GINSBURG, G. The ecological perception debate: an affordance of the journal for the theory of social behaviour. **Journal for the Theory of Social Behaviour**. [online] 2007. Disponível em: DOI:10.1111/j.1468-5914.1990.tb00193.x. Acesso em: 23 fev. 2023.

GOLDMAN, A. (2006). **Simulating minds**: The philosophy, psychology, and neuroscience of mindreading. Oxford: Oxford University Press.

GONZALEZ, M. E.; MORAIS, S. Contribuições do Pragmatismo para a Compreensão do Conceito de Informação Ecológica. In. **Cognitio**: Revista de filosofia, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2007.

GOPNIK, A.; WELLMAN, H. (1994). Theory-Theory. In. *Mapping the mind: Domain Specificity in Cognition and Culture*. Cambridge University Press.

GORDON, R. (1996). "Radical" simulationism. In P. Carruthers and P. Smith, eds., **Theories of Theories of Mind**. Cambridge University Press. 11-21.

GREGORY, R. **Knowledge in perception and illusion**. *Phil. Trans. R. Soc* 1997.

HEAL, J. (1998). "Understanding Other Minds from the Inside." In. **Mind, Reason and Imagination**. Cambridge University Press. pp. 28-45.

HURLEY, S. (1998). **Consciousness in Action**. Cambridge: Harvard University Press.

KIVERSTEIN, Julian; RIETVELD, Erik. A Rich Landscape of Affordances. In. **Ecological Psychology**, 2014, 26:4, 325-352, DOI: 10.1080/10407413.2014.958035. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10407413.2014.958035>. Acesso em: 07 agos. 2023.

KRUEGER, J. Seeing mind in action. **Phenomenology and Cognitive Science**, 11, p. 149-173, 2012.

LALAND, K.; SMEE, J. (2012). Ecological Inheritance and Cultural Inheritance: What Are They and How Do They Differ? In. **Biology Theory**, 28.

LEWIS, D. (1972). "Psychophysical and theoretical identifications." **Australasian Journal of Philosophy** 50: 249–258.

MACE, William M. Introduction to the classic edition. In: JAMES, G. **The ecological approach to visual perception, Classical Edition**. New York: Psychology Press, 2015.

MAGNANI, L; BARDONE, E. "Chances, affordances, and cognitive niche construction: the plasticity of environmental situatedness", In: **J. Advanced Intelligence Paradigms**, 2010, Vol. 2, Nos. 2/3, pp.235-253.

MÁRQUEZ, Gabriel G. **Cem anos de solidão**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MCDOWELL, J. **Mente e Mundo**. Ideias e Letras, 1994.

MELTZOFF, A.; MOORE, M. (1977). Imitation of facial and manual gestures by human neonates. **Science** 198: 75-8.

MILNER, A; GOODALE, M. **The visual brain in action**. Oxford Psychology Series, 1999.

NOË, Alva; THOMPSON, Evan. **Vision and Mind: Selected Readings in the Philosophy of Perception**. MIT-Press, 2002.

NOË, A. (2004). *Action in Perception*. Cambridge: MIT Press.

PERNER, J. (1993) **Understanding representational mind**. Mit Press.

POVINELLI, D. **Folk Physics for Apes: The Chimpanzee's Theory of How the World Works**. Oxford University Press, 2003.

PYLYSHYN, Z. (1978). When is attribution of beliefs justified? **The Behavioral and Brain Sciences**, 1, pp. 592-593.

SMITH, J. (2010). Seeing Other People. In. **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LXXXI N.3.

ROLLA, Giovanni. *A mente enativa*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. Disponível em: <http://editorafi.org/334mente>. Acesso em: 25 jul. 2022.

STERELNY, Kim (2003) *Thought in a hostile world: The evolution of human cognition*. Oxford Press.

STRAWSON, P F. (1969). **Freedom and Resentment and Other Essays**. Cambridge Press.

TOMASELLO, M. **Becoming human:** a theory of ontogeny. Belknap Press, 2019.

TSAKIRIS, M. **The interoceptive mind.** Oxford University Press, 2018.

TYE, M. Are pains feelings? **The Monist.** 100 (4):478-484 (2017)

VAN GELDER, T. (1995). "What Might Cognition Be, If Not Computation" In. **Journal of Philosophy** 92: 345-81.

VARELA, F.; THOMPSON, E., and ROSCH, E. (1991). **The Embodied Mind:** Cognitive Science and Human Experience. Cambridge: MIT Press.

ZAHAVI, D. OVERGAARD. Empathy without Isomorphism: A Phenomenological Account. In. **Empathy:** From Bench to Bedside. Mit Press, p. 3-21, 2012.